



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL DOS ANOS 90 E
SEUS IMPACTOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA**

Ângelo Marcos Queiroz Prates

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de Economia
da UNICAMP para obtenção do título
de Mestre em Desenvolvimento
Econômico, Espaço e Meio Ambiente
– área de concentração: Economia
Regional e Urbana, sob a orientação
do Prof. Dr. Carlos Antonio Brandão.

Campinas, 2005.

UNIDADE	BC
CHAMADA	T/UNICAMP
	P887r
EX	
OMBO BC/	67033
ROC.	16.123-06
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	17/02/06
1º CPD	

BIB ID: 375909

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

P887r

Prates, Ângelo Marcos Queiroz

Reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90 e seus
Impactos na Região do Grande ABC Paulista / Ângelo Marcos
Queiroz Prates. – Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador : Carlos Antonio Brandão.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. ABC Paulista – Indústrias – 1990. 2. ABC Paulista –
Desenvolvimento Economico. I. Brandão, Carlos Antonio.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
- III. Título.

***Aos meus pais Adelino da silva Prates e
Suzeti Maria de Queiroz Prates.
O que sou devo a vocês.***

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho foi possível graças ao apoio e dedicação de inúmeras pessoas sem as quais não teria sido possível a realização dessa dissertação. Contudo, eximindo-os de quaisquer erros ou omissões presentes desse trabalho.

Agradeço a todos os funcionários do Instituto de Economia, da secretaria pelo apoio junto às questões burocráticas, e da biblioteca por sua dedicada atenção.

À CAPES pela concessão de uma bolsa de estudos possibilitou a conclusão desse mestrado.

Agradeço igualmente o apoio e companheirismo de todos os colegas do mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, especialmente aos amigos Robson, Fabrício, Kleber, Iracema, Ronaldo, Valdeci, Carlos, Karina, Eduardo, Érica, Thomas e Joelson, dentre outros, que sempre estiveram comigo em todos os momentos dessa caminhada.

Agradeço de forma especial ao Professor Wilson cano, cujos ensinamentos me servirão imensamente em minha vida profissional e pessoal.

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Carlos Brandão, cuja dedicação possibilitou esse estudo.

As observações no exame de qualificação, e a grande ajuda nos momentos finais desse processo, vindas do Professor Fernando Motta Macedo, forma decisivas.

Por fim, quero expressar meus sinceros agradecimentos ao Professo Jeroen Klink, que em meio às suas diversas atividades profissionais, gentilmente encontrou tempo para participar da defesa dessa dissertação de mestrado.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
CAPÍTULO 1 – A Região do ABC Paulista no Contexto da Industrialização Brasileira.....	05
1.1. Breve Caracterização Histórica do ABC Paulista.....	06
1.1.1. A Ferrovia como promotora do primeiro surto de Crescimento Industrial no ABC Paulista.....	07
1.1.2. A Via Anchieta e a Segunda Fase da Expansão Industrial no ABC Paulista.....	14
1.2. O Processo de Industrialização Indústria Brasileira e sua Concentração em São Paulo.....	16
1.2.1. O Nascimento da Indústria Paulista até os Anos 30.....	17
1.2.2. O Crescimento Industrial entre os Anos de 1930 e 1955.....	19
1.2.3. A Industrialização Brasileira e sua Espacialidade entre os anos de 1955 e 1990.....	20
1.2.4. A Dinâmica Industrial da Região Metropolitana de São Paulo entre 1970 e 1990.....	23
1.3. Breve nota acerca da Desconcentração Industrial no Brasil.....	27
1.4. A Dinâmica Econômica do ABC Paulista nos Anos 80 e 90, segundo o VAF do Setor Industrial em seus diferentes Ramos Industriais.....	29
1.4.1. A Evolução da participação relativa do VAF da Indústria do ABC.....	30
1.4.2. O Comportamento da Participação do VAF Industrial gerado no ABC no Total do VAF Industrial Estadual e da Região Metropolitana de São Paulo.....	32
1.4.3. A Composição e o Comportamento do VAF Industrial do ABC em 2000 e 2001.....	36
1.4.4. A Evolução do Número de Estabelecimentos Industriais no ABC, entre 1995 e 2002.....	38
1.4.5. A Evolução da Produtividade da Indústria do ABC nos anos 90.....	39
1.5. A Controvérsia acerca da Desindustrialização ou não do ABC Paulista.....	40
1.5.1. A Economia do ABC no Contexto dos Anos 80 e 90.....	41
1.5.2. A Guerra Fiscal e suas Conseqüências para o ABC Paulista.....	44
1.5.3. Os Argumentos Favoráveis e Contrários à tese da Desindustrialização.....	47
CAPÍTULO 2 – A Dinâmica Econômica do ABC Paulista nos Anos 90: Em Direção a um Processo de “Desindustrialização”?.....	53
2.1. A Dinâmica dos Principais Ramos Industriais do ABC nos anos 90.....	53
2.1.1. Material de Transporte.....	54

2.1.2. Química/Petroquímica.....	58
2.2. O Comportamento do Quociente Locacional nos Diferentes Ramos Industriais no ABC a partir dos dados de VAF.....	61
2.3. Reestruturação e Inovação na Indústria do ABC Paulista nos anos 90.....	64
2.3.1. Os Ramos mais Inovadores.....	66
2.3.2. As Fontes de Inovação.....	68
2.3.3. A Dinâmica dos Fatores Locacionais nas Decisões de Instalação Industrial no ABC.....	69
2.3.4. A Importância dos Fatores Locacionais nas Decisões de Transferência da Produção ou de Fases do Processo Produtivo nas Indústrias do ABC.....	70
2.4. Os Investimentos Privados anunciados para o ABC.....	72
2.5. A Expansão do Setor Comercial e de Serviços nos anos 90 e sua Importância para a Economia do ABC Paulista.....	76
2.5.1. O Comportamento desses Setores segundo o VAF.....	77
2.5.2. A Dinâmica do Setor de Serviços no ABC nos Anos 90.....	80
2.5.3. A Evolução do Número de Estabelecimentos nos Setores Comercial e de Serviços, entre 1995 e 2002.....	84
2.6. As Transformações no Mercado Formal de Trabalho no ABC Paulista.....	87
2.6.1. O Comportamento do Rendimento Médio dos Assalariados no ABC, segundo os diferentes Setores Econômicos.....	91
2.7. O Comportamento das Finanças Públicas dos municípios que compõe o ABC Paulista.....	95
2.7.1. Comportamento e Evolução dos Principais Indicadores Fiscais.....	95
2.7.1.1. Receitas.....	98
2.7.1.2. Despesas.....	98
2.7.1.3. Endividamento.....	99
Considerações Finais.....	105
Bibliografia Consultada.....	109
Anexos.....	119

RESUMO

Nos anos 90 o processo de abertura comercial e financeira bem como as transformações tecnológicas e organizacionais no setor industrial tiveram forte impacto na economia brasileira. Regiões densamente industrializadas como o Grande ABC Paulista, apresentaram ao longo dessa década uma severa crise em suas estruturas industriais, com forte perda de postos de trabalho e encerramento de atividades.

De modo particular, o presente trabalho tem por objetivo investigar a real magnitude desse processo nessa região. Procurar-se-á assim, identificar se há de fato um processo de crise industrial, com forte evasão industrial, ou se sua estrutura econômico-industrial estaria passando por uma transformação sem, contudo apresentar perda significativa no dinamismo de seu parque industrial.

INTRODUÇÃO

As profundas mudanças ocorridas na economia brasileira nos anos 90 determinaram profundas transformações em sua estrutura produtiva. A abertura comercial e financeira, acompanhada de uma política de juros elevados e câmbio valorizado, levou a que seu aparelho industrial passasse por profunda metamorfose em suas linhas de produção.

O objetivo declarado do violento processo de abertura comercial foi de, ao expor abruptamente a economia brasileira a uma severa concorrência internacional, transformar o setor produtivo nacional numa estrutura econômica mais eficiente. Adicionalmente, diagnosticava-se, tal opção de política se constituiria num importante mecanismo de controle inflacionário, visto o elevado grau de oligopolização da economia brasileira. Entretanto os resultados dessa condução política no campo do crescimento econômico se mostraram altamente perversos, em grande medida como consequência da elevada taxa de juro, posta em prática para a sustentação cambial.

Esse movimento de reestruturação produtiva se constituiu, em grande medida, da adoção de novas formas de organização da produção e do trabalho, com o enxugamento de estruturas hierárquicas, adoção de novas técnicas de produção (com maior maquinização das linhas de produção), novas linhas de produtos, terceirizações, fechamento de unidades, entre outros, com o objetivo único de aumentar a produtividade e a competitividade.

Na esteira desse processo de reestruturação tem-se a busca por parte das empresas por renovados nichos do mercado internacional (decorrente também do baixo crescimento econômico interno) e por maior capacitação produtiva para o enfrentamento, no mercado interno, dos produtos importados a preços mais baixos.

Os resultados dessas transformações tiveram um acentuado impacto na composição e dinâmica das estruturas produtivas regionais do Brasil, sobretudo nas regiões mais densamente industrializadas, como a região do Grande ABC Paulista.

Nesse sentido destaca-se nesse quadro o avanço da chamada “guerra fiscal” entre Estados e municípios na busca por atrair novos investimentos ou plantas localizadas em outras regiões consideradas “caras” (com custos relativos de produção mais elevados, tais como salários, terrenos, etc). Praticou-se amplamente renúncia fiscal (de tributos estaduais e/ou municipais), doação de terrenos, obras de infra-estrutura, entre outras, procurando seduzir esses capitais. Nesse processo o ABC aparece como uma das regiões mais penalizadas por essas políticas perversas.

A economia do ABC está sustentada, grosso modo, por dois segmentos industriais: o ramo metal/mecânico e o químico/petroquímico, que juntos respondem por aproximadamente 80% de toda riqueza industrial gerada na região.

Ao longo do processo de reestruturação produtiva o segmento metal/mecânico se constituiu num dos setores submetidos ao mais agressivo processo de modernização, o que implicará, entre outras coisas, na redução de mais de 100 mil postos de trabalho no ABC.

Esse fato, acompanhado do fechamento de diversas unidades industriais, levará a se pensar na ocorrência de um processo de “desindustrialização do ABC”, face ao forte impacto dessa nova realidade na dinâmica regional.

Dessa forma, o presente trabalho, não obstante suas limitações, tem por finalidade sistematizar algumas informações que balizam este debate e refletir acerca da ocorrência ou não de um processo de “desindustrialização” ou esvaziamento econômico-industrial. Para tanto o trabalho se encontra dividido em dois capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos um quadro sintético da evolução da industrialização brasileira e de sua concentração na Região Metropolitana de São Paulo e no ABC, bem como os traços principais do posterior movimento de desconcentração industrial. Em seguida, analisamos o comportamento da estrutura industrial do ABC em termos de geração e participação no Valor Adicionado Fiscal estadual.

No segundo capítulo o objetivo é analisar – lançando mão de diversas informações disponíveis de investimentos, ocorrência de inovação, transformações no mercado de trabalho, transferência ou fechamento na região de fases ou linhas de produção, dinâmica do setor serviços, comportamento das finanças públicas, etc – a ocorrência ou não desse processo de perdas regionais.

Veremos ao longo do texto que o ABC apresenta inegavelmente uma tendência de queda em sua participação relativa na estrutura industrial estadual.

Por outro lado, serão avaliados os movimentos de atração de novos investimentos e de inovação tecnológica, que continuam a operar significativamente na região. A própria variável número de estabelecimentos apresenta ao longo dos anos 90 uma tendência de alta, ainda que concentrada no segmento das médias e pequenas empresas.

As transformações econômicas ocorridas no ABC vêm sendo objeto de muitos estudos, pois sua singularidade no processo de industrialização brasileiro é patente, ao ter se constituído no *locus e epicentro* desse processo¹. Também a semelhança desses processos com fenômenos que vêm acontecendo em outras regiões do mundo, como por exemplo a cidade americana de Detroit, ou o Vale do Rhur na Alemanha, chamam a atenção².

¹ O processo de industrialização brasileiro se iniciou basicamente com a implantação da indústria automobilística, que, por razões logísticas e de relacionamentos inter-industriais já parcialmente existentes, se estabelece na região do Grande ABC. Nesse sentido, entre os anos 60 e 70 se instalam no ABC as seguintes montadoras: Volkswagen (1957), Mercedes – Benz (1956), Ford (1957), Toyota (1958), Karmann – Ghia (1960), Scania (1962), além da General Motors que já se encontrava na região desde 1925.

² Como aponta Klink (1998)

CAPÍTULO 1

A REGIÃO DO ABC PAULISTA NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.

A região conhecida como Grande ABC Paulista³ se encontra a Sudeste da Região metropolitana de São Paulo e é formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Compreende uma área total de 840 Km² e abriga uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes⁴. Representa um PIB que em 1996 foi estimado em 21 bilhões de dólares⁵.

Seu desenvolvimento econômico tem origem já no início do crescimento industrial do Estado de São Paulo e da expansão metropolitana e se aprofunda na esteira do processo de industrialização brasileira. Ganhará maior vigor sobretudo a partir dos anos 50, com a introdução da indústria automobilística, que por uma série de fatores, com destaque para os locacionais, opta pela região do ABC para sua instalação⁶.

Este primeiro capítulo analisará, de forma bastante sintética, a formação e o desenvolvimento econômico mais recente da região do ABC. Após breve retrospecto histórico, investigará as principais transformações na estrutura produtiva regional, quando diversas determinações de ordens nacional e internacional levaram a que essa complexa aglomeração produtivo-territorial chamada ABC sofresse impactos bastante vigorosos em seu aparelho industrial. Dentre as primeiras determinações, cabe destacar a estagnação dos anos 80, a crise da década de 90, bem como as políticas de desconcentração produtiva e a abertura comercial; dentre a segundas, os processos de globalização financeira e reestruturação produtiva.

³ Ao longo desse trabalho nos referiremos à Região do ABC Paulista apenas como ABC.

⁴ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE/2004.

⁵ IPEA (1996).

⁶ Esses fatores seriam, dentre outros, como será visto adiante, basicamente a proximidade junto ao porto de Santos e ao maior mercado consumidor urbano do país, sobretudo da metrópole paulistana.

Grosso modo, esse conjunto de fatores impactantes na região poderia ser descrito segundo duas dimensões: uma de ordem microeconômica e outra de ordem macroeconômica⁷. No plano microeconômico, destaca-se a adoção de novas formas de organização da produção e do trabalho, visando ganhos de produtividade, postas as pressões da maior concorrência a que a indústria brasileira se vê exposta a partir do início dos anos 90. No plano macroeconômico, destacam-se as políticas de corte neoliberal. A partir da implementação do Plano Real, a base produtiva doméstica sofreu abruptamente a concorrência direta dos bens importados, decorrente da abertura comercial e do câmbio altamente valorizado, o que tornava os produtos estrangeiros extremamente baratos frente aos similares nacionais.

Diante dessas várias determinações, inúmeras indagações se colocam para o debate das perspectivas do desenvolvimento regional: qual a natureza do processo de profundas transformações ocorridas no ABC?. Parte da indústria localizada no ABC se encontra em processo de “evasão”?; ou foi “desarmada” em suas bases estruturais?; ou se apresenta em situação de mudança para uma nova realidade e dinâmica econômicas?. A presente dissertação pretende sistematizar e analisar algumas informações disponíveis e, de forma modesta, procurar contribuir para esse importante debate que vem se travando há alguns anos na região.

1.1. Breve Caracterização Histórica do ABC Paulista

A constituição do ABC como região industrial pode, em linhas gerais, ser dividida em dois períodos. O primeiro, a partir de sua localização junto à Estrada de Ferro Santos–Jundiaí, e o segundo, a partir da construção da Via Anchieta.

⁷ Conceição (2001).

1.1.1. A Ferrovia como promotora do primeiro surto de crescimento indústria no ABC Paulista.

A formação sócio-econômica do ABC se encontra historicamente ligada, ao crescimento econômico do Estado de São Paulo. Sua localização às margens da Estrada de Ferro Santos–Jundiaí foi de fundamental importância para seu desenvolvimento como um dos principais centros industriais do Brasil (senão o principal) até os anos setenta.

Nesse item, destacaremos alguns dos principais fatores históricos que permitiram à região se tornar um dos maiores centros industriais do Brasil. De início, apresentamos a origem dos diversos municípios que hoje formam essa área (muito específica) da Região Metropolitana de São Paulo. O quadro 1 a seguir ilustra esses pontos de partida.

QUADRO 1: Desmembramentos municipais no ABC Paulista.

1890/1900	1900/1930	1930/1940	1940/1970
Instala-se o município de São Bernardo (1890).	Criam-se os Distritos:	O município de São Bernardo passa a ser chamado de Santo André, com o Distrito de Santo André assumindo a condição de sede do “município” e ficando São Bernardo como Distrito (1938).	São Bernardo do Campo (1945*).
	Ribeirão Pires (1896).		São Caetano do Sul (1948).
	Paranapiacaba (1907).		Santo André (1953**).
	Santo André (que incluía o atual município de Santo André mais o de São Caetano do Sul e parte do atual Mauá em 1910).		Mauá (1954).
	São Caetano do Sul (1916).		Ribeirão Pires (1954).
	Mauá (1934).		Diadema (1958).
			Rio Grande da Serra (1963).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do *site* da Prefeitura de Santo André: <http://www.santoandre.sp.gov.br/> e de Langenbuch (1971); Klink (2000).

Notas:

* O Distrito de São Bernardo é elevado a Município com a denominação de São Bernardo do Campo. A instalação do novo Município ocorreu em 1º de janeiro de 1945.

** O Município de Santo André, inicialmente termo da Comarca de São Paulo, obteve pela Lei nº 2.420 de 18/12/1953 sua autonomia jurídica, criando assim a Comarca de Santo André.

Não há dúvida que a Estrada de Ferro Santos–Jundiaí representou o fator decisivo para que nessa região a Sudeste da atual Região Metropolitana de São

Paulo, se concentrasse o maior número de plantas industriais num raio de algumas dezenas de quilômetros quadrados.

Pode-se dizer que as estações ferroviárias que vão sendo criadas ao longo da via férrea passam a se constituir como pontos de convergência de fluxos de mercadorias e pessoas. Esse fato acabava por transformá-las em pequenas aglomerações populacionais, onde uma pequena base comercial e de serviços começa a se estabelecer. Como exemplos de “povoados” que teriam surgido assim, destacam-se: Taipas (hoje Jaraguá), Perus, Caieiras, estação Juqueri (hoje Franco da Rocha), Campo Limpo, Várzea (hoje Várzea Paulista), Itaquera, Lajeado (hoje Guaianazes), Poá, Guaió (hoje Suzano), São Caetano (hoje São Caetano do Sul), Estação São Bernardo (hoje Santo André), Ribeirão Pires, Rio Grande (hoje Rio Grande da Serra), Alto da Serra (hoje Paranapiacaba), Barueri e Estação Cotia (hoje Itapevi).

Para além da função mercantil, muito desses pequenos povoados já abrigavam também uma incipiente base produtiva manufatureira, ainda que constituída de unidades meramente de beneficiamento e de transformação de matérias-primas localizadas no entorno da via férrea, com destaque para as serrarias.

Segundo Langenbuch (1971), desde fins do século passado as fábricas preferiam as vizinhanças das estações ferroviárias. Cita como exemplos a estação São Caetano, onde já no final do século XIX, se instalaram muitas indústrias, como uma fábrica de sabão e graxa, que em 1901 empregava perto de 40 pessoas; uma indústria de formicidas e outra de óleos. Nos arredores da estação São Bernardo, estavam localizados dois estabelecimentos têxteis, que juntos empregavam aproximadamente 700 operários.

Cabe destacar a origem da mão-de-obra empregada nessas indústrias localizadas nas proximidades das estações. Naquelas atividades para as quais não se faziam necessários maiores níveis de qualificação, a oferta era suprida localmente sem maiores constrangimentos. Porém, quando algum nível de maior especialização se fazia necessário, essa mão-de-obra era buscada entre os estrangeiros que migravam em grande número para o Brasil à época. Isso

implicava numa grande predominância de mão-de-obra estrangeira nestas fábricas. Como exemplo, temos a Companhia Melhoramentos de São Paulo, em Caieiras, cujos operários se dividiam entre 16 nacionais e aproximadamente 236 operários de origem estrangeira⁸.

Nas Estações, foram as atividades comerciais, de serviços e industriais, que acabaram por atrair grande contingente de pessoas para sua circunvizinhança. Para se ter uma idéia desse movimento, entre 1874 e 1920 a população localizada na então São Bernardo do Campo (hoje toda a região do ABC), salta de 2.787 para 25.215. Desse total, aproximadamente 6.833 habitantes eram de origem estrangeira, ou 27,1% do total da população de São Bernardo, segundo Langenbuch (1971: 123).

Por se localizar justamente à margem da Estrada de Ferro Santos–Jundiaí, caminho por onde escoava a produção da maior economia do país ao seu principal porto, cresce rapidamente o interesse da indústria pelas vantagens comparativas locacionais desta região. Assim, pode-se dizer que, ao se somar a atuação das Ferrovias com a existência de um grande número de estrangeiros, que correspondia em grande medida à mão-de-obra mais especializada do país (com São Bernardo firmando-se como um importante centro de imigração) têm-se o contexto propício para o rápido crescimento industrial do ABC.

A Ferrovia comandava e reforçava também a ampliação e as principais trajetórias da mancha suburbana. E isso se dava porque na cidade de São Paulo os terrenos mais adequados para a instalação industrial se tornavam cada vez mais valorizados e escassos, dada a vertiginosa expansão urbana que se verificava naquela época. A rede férrea permitia assim que se instalassem essas indústrias a uma maior distância do núcleo paulistano central. Além disso, a localização às margens da Ferrovia se mostrava extremamente vantajosa às indústrias, pois através dela podia se receber o fornecimento adequado de matérias-primas e escoar mais rapidamente os produtos finais manufaturados. A Ferrovia, adicionalmente, se constituía em transporte eficaz, barato e rápido, para os trabalhadores.

⁸ Langenbuch (1971: 110).

A existência de alguma atividade industrial localizada nessas regiões periféricas engendrou e reforçou economias externas e de urbanização, acabando por influir de maneira positiva na instalação de novas indústrias nesses espaços, o que favorecia os *linkages* produtivos e as inter-relações funcionais entre os diversos segmentos que se iam estruturando. Também se beneficiavam do suporte de infra-estrutura física e econômica aí gestado, além de um mercado regional de trabalho específico, com grandes reservas de mão-de-obra disponíveis a preço relativo menor.

No bojo dessa dinâmica de expansão industrial acompanhando os trilhos, aponta Langenbuch (1971: 142) que: “Num exame regional da industrialização suburbana verificada entre 1915 e 1940, desponta nitidamente a faixa do município de São Bernardo cortada pela Ferrovia, especificamente o trecho compreendido entre a divisa de São Paulo e o aglomerado Estação São Bernardo (que passou a se denominar Santo André no decorrer do citado período). A faixa São Caetano – Santo André é a única porção dos arredores paulistanos a se transformar em verdadeira ‘zona industrial suburbana’ durante o período em causa. A mesma se destaca pelo grande número de indústrias que aí se estabelecem, pelo tamanho das mesmas, e pela diversidade de ramos industriais”.

Para se ter uma idéia dessa ponderável concentração regional de fábricas que se estabelecem no trecho ferroviário entre São Caetano e Santo André (acrescentando a esse trecho as fábricas instaladas em São Bernardo e Diadema), basta dizer que em 1938 nessa pequena porção do território paulista já se concentravam 106 plantas industriais, que juntas empregavam aproximadamente 9.600 operários. Como exemplos de empresas que se instalaram nessa região, se beneficiando diretamente de sua infra-estrutura econômica, destacam-se a General Motors do Brasil e a Rhodia, dentre outras.

A partir de meados da década de 1940 o município de São Bernardo passa a apresentar um forte crescimento industrial, o que o leva a ultrapassar, em termos de dimensão do parque industrial, os municípios de São Caetano e Santo André. Isso ocorrerá em função da instalação do parque industrial automotivo que se estabelece, sobretudo em São Bernardo, na década de 50.

Na prática, o que possibilitou ao trecho localizado entre São Caetano e Santo André abrigar tão expressiva concentração industrial foi a confluência de uma série de fatores, sendo três os principais. Langenbuch (1971) os definiu como o trinômio: Ferrovia / terrenos baratos (além de grandes e planos) / existência de um importante curso de água (o Rio Tamanduateí).

Pode-se elencar como sendo fatores decisivos os seguintes: (a) a circunstância de essa área ser recortada pela Ferrovia que une São Paulo a seu principal porto a favoreceu definitivamente, constituindo vantagem comparativa não apresentada pelos demais eixos ferroviários; (b) a presença, em grande extensão territorial linear, do trinômio Ferrovia – terrenos grandes e planos (rejeitados em parte pela expansão residencial) – curso fluvial; (c) a própria evolução industrial pioneira da faixa São Caetano/Santo André deu fôlego à continuação do processo de alargamento do campo de possibilidades regionais, não somente devido às relações funcionais que se poderiam estabelecer, mas também aos equipamentos urbanos, infra-estruturas e reservas de mão-de-obra que iam se formando; (d) a própria colonização anterior da área teria favorecido o crescimento industrial, pois a forte presença de imigrantes vindos de regiões industrializadas da Europa propiciava experiências acumuladas importantes, disponíveis nestes trabalhadores estrangeiros.

Outro ponto a ser destacado nesse processo se refere a que a Ferrovia, além de trazer a indústria em seu bojo, também acabou por provocar um crescimento urbano marcante nessas áreas próximas aos aglomerados industriais. Nesse sentido aponta Langenbuch (1971: 148) que: “A concentração na faixa São Caetano – Santo André de um número de operários superior às necessidades locais de mão-de-obra, constituía, convém novamente insistir, um estímulo para uma ulterior expansão do já expressivo parque industrial”. Ou seja, concentrava-se no ABC um expressivo contingente demográfico, verdadeiro exército industrial de reserva apto, redundante e disponível para o trabalho nas indústrias locais.

Na tabela 1 pode-se dimensionar os principais vetores dos assentamentos populacionais paulistanos e a grande mancha urbana que ia se consolidando no sentido São Caetano/Santo André. O trecho da Estrada de Ferro Santos–Jundiaí é

o eixo suburbano mais populoso, que conta, já em 1940, com um quarto da população dos arredores da cidade de São Paulo.

TABELA 1: População dos arredores paulistanos em 1940.

Setor Ferroviário	Sub-distrito ou Distrito	População	População (resumo por setor)	%
Cantareira	Tucuruvi	33.474	46913	14,7
	Guarulhos	13.439		
Central – Variante	São Miguel	7.634	46678	14,7
	Itaquaquecetuba	2.957		
	Vila Matilde	12.038		
	Itaquera	7.825		
	Lajeado	2.942		
	Poá	4.922		
	Suzano	6.000		
	Santo Ângelo	2.360		
Santos – Jundiaí (direção Santos)	Santo André (incluído	66.035	78189	24,5
	São Caetano)	4.973		
	Mauá	4.902		
	Ribeirão Pires	2.279		
Sorocabana	Paranapiacaba			
	Osasco	15.128	20785	6,5
	Barueri	2.864		
Santos – Jundiaí (direção Jundiaí)	Itapevi	2.793		
	Pirituba	9.261	32690	10,3
	Perus	5.934		
	Caieiras	5.105		
Tramway de Santo Amaro	Franco da Rocha	12.390		
	Ibirapuera	7.507	22625	7,1
Não servidos por Ferrovias radiais	Santo Amaro	15.118		
	Nossa Senhora do Ó	13.322	70617	22,2
	Juqueri	7.356		
	Arujá	2.395		
	São Bernardo	11.685		
	Cap. Socorro	9.413		
	Itapecerica	8.818		
	Embu	2.252		
	Cotia	8.594		
	Parnaíba	3.386		
	Água Fria	3.396		
Total		318.497	318497	100

Fonte: Langenbuch (1971: 173).

No que se refere aos dados de ocupação profissional dessa população, a Tabela 2 mostra sua distribuição pelos principais centros industriais.

TABELA 2: População ativa dos municípios vizinhos, por setores.

Município	População Ativa		Setor Primário**				Setores Secundário e Terciário***			
	1920	1940	N.º		% da ativa		N.º		% da ativa	
			1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940
Juqueri	2142	6608	1820	3142	85	48	322	3466	15	52
Guarulhos	1674	4192	1233	1812	74	43	441	2380	26	57
S. Bernardo/S. André	6708	34131	2372	3274	35	10	4336	30857	65	90
Santo Amaro	3983	(*)	2441	(*)	61	(*)	1542	(*)	39	(*)
Itapecerica	3073	6192	2836	5604	92	91	237	588	8	9
Cotia	3213	4153	2776	3270	86	79	437	883	14	21
Parnaíba	1918	3979	1241	1645	65	41	677	2334	35	59
Jundiaí	12117	20012	6402	8453	53	42	5715	11559	47	58
Mogi das Cruzes	8350	15872	5733	7997	69	56	2617	7875	31	50
Total (exc. S. Amaro)	39195	95139	24413	35197	62	37	14782	59942	38	63

Fonte: Langenbuch (1971: 175).

Notas:

* O município de Santo Amaro foi incorporado ao de São Paulo em 1934.

** Extrativismo e agricultura.

*** Indústria de Transformação, comércio, serviços, administração, profissões liberais.

Pode-se observar já forte concentração da população economicamente ativa de São Bernardo e Santo André nos ramos produtivos tipicamente urbanos. A participação dos setores secundários e terciários alcança 90% da população ativa em 1940.

Em suma, até 1940 a Ferrovia se constituiu no grande fator de atração e desenvolvimento industrial e urbano da região do ABC. Essa porção territorial ainda dispunha de grandes terrenos, relativamente mais baratos e planos, favoráveis à instalação industrial, um curso de água muito importante⁹, e um ponderável nível pretérito de desenvolvimento das forças produtivas, alcançado anteriormente em função da existência de alguns vigorosos povoados às margens das estações da Ferrovia¹⁰.

⁹ A existência desse curso de água possibilita à região oferecer, sem grandes custos ou constrangimentos, recursos hídricos adequados para consumo tanto industrial quanto humano, visto o crescimento das vilas industriais que se formam ao redor das indústrias que vão se instalando.

¹⁰ Pode-se citar como exemplo de indústrias que vieram a se instalar ao longo da linha Ferroviária Santos – Jundiaí, na região do ABC, a Indústria Sul – Americana de Metais, Cofap (autopeças),

1.1.2. A Via Anchieta e a Segunda Fase da Expansão Industrial no ABC Paulista.

Embora as Ferrovias continuassem a desempenhar função coadjuvante no processo de industrialização das regiões por elas cortadas, a partir de 1940 são as rodovias que passarão a assumir um papel cada vez mais determinante neste processo¹¹. A implantação de importantes vias rodoviárias, tais como a Dutra, a Anhanguera e a Anchieta cumprirá verdadeiro divisor de águas na história econômica paulista.

De forma semelhante àquela descrita acima em relação aos eixos ferroviários, também as rodovias favoreceram o surgimento de importantes povoamentos. Muitos desses núcleos erguidos à margem das estradas se tornariam grandes centros urbano-industriais, com destaque para Rudge Ramos, situado em São Bernardo; e até cidades como Taboão da Serra e Diadema.

No caso de São Bernardo, em que pese a grande importância da Via Anchieta para seu desenvolvimento, Langenbuch (1971) aponta que essa cidade teria atingido um elevado grau de desenvolvimento econômico mesmo sem a presença dessa Rodovia. Isso em função de nessa área existirem ainda disponíveis grandes áreas favoráveis à implantação industrial, tais como grandes terrenos planos, além de sua proximidade com São Paulo e os demais municípios do atual ABC, como Santo André e São Caetano.

De qualquer forma, a construção dos leitos rodoviários na região do entorno da cidade de São Paulo, acabou por impulsionar o desenvolvimento industrial já existente nessa área, possibilitando o surgimento de novos núcleos urbanos, e fundamentalmente constituindo e adensando o eixo que comanda a sua localização.

Phillips, Vidrobrás, Jowipa, Magnafer, a Refinaria de Petróleo União (localizada nessa região dado o potencial a grande concentração industrial já localizada nessa área), entre muitas outras indústrias.

¹¹ A cidade de São Bernardo do Campo, por exemplo, se desenvolve rapidamente a partir da inauguração da Via Anchieta em 1947, que passa a ligar de maneira mais eficiente a cidade de São Paulo à Santos. E será esse um dos fatores que determinarão o implante do pólo automotivo nessa cidade.

Sem dúvida, destaca-se que, o desenvolvimento alcançado pelas áreas atendidas pelas Rodovias (no caso São Bernardo, pela Via Anchieta) apresentou um crescimento industrial que em termos relativos acabou por ser muito mais intenso do que o alcançado pelas demais regiões do chamado hoje Grande ABC. A tabela 3 abaixo ilustra o crescimento industrial acelerado de São Bernardo entre 1949 e 1959, segundo o número de operários.

TABELA 3: Industrialização em vários setores suburbanos.

Unidade Territorial Comparável (entre os atuais municípios compreendidos)	Média mensal de operários ocupados.			
	1949		1959	
	Número	Índice	Número	Índice
São Paulo (São Paulo e Osasco)	253696	100	377832	149
São Caetano do Sul (São Caetano do Sul)	11306	100	16195	143
Santo André (Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra)	24624	100	37517	152
Guarulhos (Guarulhos)	1651	100	6972	422
São Bernardo do Campo (São Bernardo do Campo e Diadema)	4061	100	22167	550

Fonte: Langenbuch (1971: 213).

Alguns fatores parecem ter ampliado ainda mais o poder polarizador dos principais eixos rodoviários da região: (a) os povoados mais industrializados já em 1950 haviam se expandido a ponto de provocar uma carência de áreas amplas e a baixo custo para a implantação industrial, o que favoreceu aquelas áreas pouco ocupadas localizadas às margens das rodovias; (b) as ferrovias existentes, ao deixarem paulatinamente de exercer sua função mercantil hegemônica, abriram espaço para o transporte rodoviário; (c) muitas das indústrias localizadas em São Bernardo, já se encontravam próximas às margens aonde viria a ser implantada a Via Anchieta, o que lhes conferia, nesse novo cenário, uma grande vantagem¹².

Outro ponto que merece destaque é com relação à mão-de-obra empregada nas indústrias de São Bernardo. As rápidas vias de circulação aumentaram a mobilidade entre as cidades da região. Segundo pesquisa realizada à época, em 22 indústrias do município, verificou-se que 37% de sua mão-de-obra moravam em cidades vizinhas, como Santo André e São Caetano do Sul.

Como afirma Langenbuch (1971: 215): “A posição intermediária entre a metrópole e seu porto, que São Bernardo ocupa no setor das comunicações

¹² Idem. Ibidem. p. 213/14.

rodoviárias, tenha funcionado como importante fator locacional. Assim se repetiria o verificado em seu devido tempo por São Caetano do Sul e Santo André, graças à mesma posição que ocupam na via férrea. Note-se que as indústrias automobilísticas receberam maquinaria pesada do exterior, e, sobretudo em sua fase inicial, quando o índice de nacionalização era baixo, dele provinham partes desmontadas dos automóveis. Aliás, a moderna fase da indústria automobilística nacional foi precedida pela montagem de automóveis, na qual tal dependência era mais acentuada. Compreende-se assim a preferência que a “Varam Motores” (instalações hoje ocupadas pela “Sinca”) e a “Brasmotor” (instalações hoje ocupadas pela “Brastemp”) tenham dado pela área da Via Anchieta”.

Sem dúvida a rede rodoviária representou grande importância para o desenvolvimento industrial das áreas de seu entorno. Grosso modo se poderia afirmar que a rodovia representou para São Bernardo o que fora a ferrovia para Santo André e São Caetano do Sul.

Em seguida, apresentaremos sinteticamente os traços mais gerais do processo de industrialização brasileira, sua concentração no Estado de São Paulo e a inserção do ABC neste contexto, ao longo dos diversos ciclos da economia nacional.

1.2. O Processo de Industrialização Brasileira e sua Concentração em São Paulo.

Nesse tópico procuramos apresentar uma breve caracterização da industrialização brasileira, desde sua origem até os anos 80 e 90, posto que o ABC foi um dos principais epicentros desta dinâmica industrial.

Como a partir de meados dos 80 a economia brasileira passou a se defrontar com uma grave crise de estagnação econômica e crônico processo inflacionário, causados em grande parte pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico adotado até então, e nos anos 90, pela política econômica, ancorada sob uma plataforma de forte abertura comercial e câmbio valorizado, torna-se necessário aquilatar os principais impactos deste esgotamento do padrão de acumulação anterior sobre a economia do ABC.

1.2.1. O Nascimento da Indústria Paulista até os Anos 30.

Como é sabido, o complexo cafeeiro paulista é a matriz geradora do processo de crescimento industrial no Brasil. Será em São Paulo que de fato emergirá um sistema econômico tipicamente capitalista em termos de sua capacidade de acumulação de capital, e essa constitui sua grande diferença em relação às demais regiões. Negri (1996: 45) bem sintetizou tal processo afirmando que “a reprodução e expansão do ‘complexo cafeeiro’ não significou apenas o aumento físico da produção de café, mas, sobretudo, um processo de criação de novos ‘espaços’ para a acumulação, que se fez acompanhar de efeitos multiplicadores ao nível da urbanização, migração, atividades industriais, de serviços, comerciais, de administração pública”.

Já nos anos 20 a indústria paulista ganharia mais força a partir da implementação de uma série de políticas públicas destinadas ao fortalecimento de diversos segmentos industriais, tais como cimento e siderurgia. Essas políticas propiciaram o aparecimento de diversos ramos industriais de maior complexidade, que acabaram por se concentrar no Estado de São Paulo. Posteriormente, o papel desempenhado pela crise de 29 foi decisivo, ao reduzir sobremaneira a capacidade de importação do Brasil e abrir horizontes de acumulação mais largos à nascente indústria nacional. Amplas parcelas do mercado interno se viram obrigadas a buscar suas necessidades de consumo na produção doméstica, deslocando, assim, o eixo dinâmico da acumulação, do setor agroexportador para o industrial, e articulando e integrando o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia nacional restava se ajustar complementarmente à economia dominante paulista (Cano, 1985).

Para se ter uma idéia desse crescimento registrado em São Paulo nesse período, tomemos os dados referentes à evolução do número de estabelecimentos, operários e a participação da indústria paulista na brasileira, como posto na tabela 4 abaixo.

TABELA 4: Crescimento da Indústria de Transformação Paulista segundo o número de estabelecimentos industriais, emprego e valor da produção., entre 1907 e 1928.

Anos	Número de Estabelecimentos	Número de Operários	Participação do Valor da Transformação da Indústria Paulista na Indústria Nacional.
1907	327	24.686	15,9%
1919	4112	80.782	31,5%
1928	9603	158.746	37,1%

Fonte: Negri (1996: 36).

Como pode ser observado na tabela acima, em número de estabelecimentos, a indústria paulista cresce à extraordinária cifra de 3.000%, e sua participação relativa na indústria nacional praticamente dobra no período, o que demonstra o potencial dinâmico de São Paulo. Entretanto, cabe destacar que cerca de 75% dessa indústria constituída em São Paulo, ainda se concentrava no segmento de bens de consumo não duráveis, tais como têxtil, alimentos e vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Desse total de 9.603 estabelecimentos, em torno de 84% (8.055) se concentravam no segmento de bens de consumo não-duráveis, bem como o emprego industrial que nesse mesmo segmento concentrava 71% aproximadamente de toda mão-de-obra industrial, ou seja, 111.980 empregados (Negri, 1996: 37-39).

Em relação à distribuição espacial da indústria paulista, observa-se desde seu nascedouro uma tendência concentradora em torno da região do entorno da capital, em detrimento do interior do Estado. A tabela 5 ilustra esse fato.

TABELA 5: Distribuição Espacial da Indústria Paulista, entre 1907 e 1928. (Em %)

Regiões/Valor da Produção/Pessoal Ocupado/Anos	Valor da Produção				Pessoal Ocupado	
	Em Relação a São Paulo		Em Relação ao Brasil		Em Relação a São Paulo	
	1907	1928	1907	1928	1907	1928
1. Grande São Paulo	58,2	65,0	9,3	24,1	57,1	67,8
1.1. Capital	51,8	58,0	8,3	21,5	51,7	63,5
1.2. Outros Municípios	6,4	6,7	1,0	2,6	5,4	4,3
2. Interior	41,8	35,0	6,6	13,0	42,9	32,2
Total do Estado	100,0	100,0	15,9	37,1	100,0	100,0

Fonte: Negri (1996: 47).

Como visto na tabela acima destacam-se a profunda concentração industrial que se estabelece no Estado de São Paulo com relação ao Brasil e, sobretudo, a concentração que se estabelece na região da Grande São Paulo,

cuja participação com relação ao Brasil avança de 9,3% em 1907 para 24,1% em 1928.

1.2.2. O Crescimento Industrial entre os Anos de 1933 e 1955.

Entre 1933 e 1939 a indústria brasileira cresce a uma taxa anual de 11,2%, e entre 1939 e 1949 esse crescimento continua a uma taxa de 7,8% ao ano, sobretudo nos segmentos de bens de capital, intermediários, e de consumo duráveis.

Esse rápido crescimento industrial se processa com forte concentração em uma restrita área geográfica do país.

TABELA 6: Concentração do Valor da Produção Industrial Paulista, entre 1939 e 1956. (Em %)

Regiões/Anos	Em Relação a São Paulo			Em Relação ao Brasil		
	1939	1949	1956	1939	1949	1956
1. Grande São Paulo	64,5	66,3	66,6	29,3	31,8	34,8
1.1. Capital	53,9	54,2	51,1	24,5	26,0	26,7
1.2. Outros Municípios	10,6	12,1	15,5	4,8	5,8	8,1
2. Interior	35,5	33,7	33,4	16,1	16,2	17,4
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	45,4	48,0	52,2

Fonte: Negri (1996: 87).

Como pode se observar na tabela acima, a participação paulista na indústria brasileira cresce de 45,4% para 52,2% entre 1939 e 1956, com uma forte concentração na região da grande São Paulo, que avança de 29,3% para 34,8% nesse mesmo período. Essa concentração que se estabelece em São Paulo representa 47,2% da produção nacional de bens de consumo não-duráveis, 53,2% da de bens intermediários e 76,6% do total da produção de bens de consumo duráveis e de produção¹³.

Será ainda nesse período, no bojo desse processo de potente crescimento industrial e de sua marcante concentração na Grande São Paulo, que a região do ABC, então formada por Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul começa a se destacar como importante centro industrial¹⁴. Nesse período o seu número de empregados, chega a mais de 45 mil trabalhadores no setor

¹³ Idem. ibidem. p. 65.

¹⁴ Os principais fatores que propiciaram à região do ABC o recebimento de muitos investimentos industriais já foram apontados nos itens anteriores desse trabalho.

industrial, representando aproximadamente 8% do total de operários industriais do Estado de São Paulo¹⁵. Contudo como destaca Negri (1996: 88): “o aumento da concentração industrial nessa região deveu-se principalmente ao fato de que a expansão da indústria na década de 1940 ocorreu, sobretudo, nos ramos mais complexos (química, metalurgia, plásticos, material de transporte, mecânica, borracha e material elétrico), que ali se concentravam e onde instalaram seus mais novos estabelecimentos”.

Esse surto de investimentos industriais que se dirigiam ao ABC levou-a a responder por aproximadamente 30% da produção estadual de fundição e de laminados, 43% da de material elétrico, 55% da de material de transporte, 43% da de produtos químicos, 52% da de pneumáticos, e 66% da produção de fios artificiais e de matérias plásticas.

1.2.3. A Industrialização Pesada e sua Espacialidade.

Essa fase do processo de industrialização brasileiro pode ser dividida em dois ciclos principais: um primeiro, de 1956 a 1967, e outro, que se inicia em 1967 e vai até 1980, quando ocorre o esgotamento do padrão de acumulação da industrialização pesada.

No primeiro período, que estende até quase o início dos anos 70, consolida-se o parque industrial brasileiro, bem como sua concentração espacial em São Paulo. Nesse momento se dá a montagem e encadeamento do esforço industrializante, posto em prática com o Plano de Metas, com a implantação do parque industrial automotivo, a ampliação dos segmentos da química, metalurgia e dos bens de consumo duráveis.

Os principais determinantes deste avanço do processo de industrialização ao longo desses anos serão os investimentos realizados pelo Estado brasileiro somado ao expressivo ingresso de investimentos diretos estrangeiros. Estas pesadas inversões acabaram por ampliar significativamente o parque industrial no

¹⁵ Idem. ibidem. p.87/88.

país, incorporando plantas nas áreas de bens de capital, intermediários e de bens de consumo duráveis.

Assim, reside no Plano de Metas o cerne da dinâmica dessa primeira fase da industrialização pesada no Brasil. É através da interação entre capital estrangeiro, Estado e capital nacional, possibilitada e desenhada no Plano de JK que se consolida a indústria automobilística, a de material elétrico pesado, a construção naval e a de máquinas e equipamentos. Além da expansão da indústria de bens de capital e de consumo durável, tem-se o avanço da indústria de bens intermediários, como siderurgia, papel e celulose, materiais não-Ferrosos, petróleo e química pesada. Quanto ao Estado, coube o papel de provisão de pesados investimentos em insumos básicos e infra-estrutura, principalmente em transportes e energia, além da aplicação de instrumentos de política econômica que favoreceram o investimento industrial.

Como vinha se desenhando desde os primórdios da industrialização brasileira, a concentração produtiva em São Paulo se acentua ainda mais, como mostra a tabela 7.

TABELA 7: Concentração do Valor da Produção Industrial Paulista, entre 1956 e 1970. (Em %)

Regiões/Anos	Em Relação a São Paulo			Em Relação ao Brasil		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970
1. Grande São Paulo	66,6	71,1	70,7	34,8	37,1	38,5
1.1. Capital	51,1	51,7	43,8	26,7	27,0	23,8
1.2. Outros Municípios	15,5	19,4	26,9	8,1	10,1	14,7
2. Interior	33,4	28,9	29,3	17,2	15,1	15,9
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	52,2	55,7	54,4

Fonte: Negri (1996: 117).

Cresce a concentração industrial na Grande São Paulo, cuja participação na indústria nacional salta de 34,8% para 38,5% entre 1956 e 1970; e de 66,6% para 70,7%, no mesmo período, com relação à indústria do Estado de São Paulo.

O segundo período do processo de industrialização pesada no Brasil, que se inicia em 1967 e avança até meados dos 80, compreende dois momentos: o chamado “milagre econômico”, entre 1967 e 1973, e o posterior esforço por completar a matriz produtiva brasileira do II PND, já em uma conjuntura em que se explicitava o esgotamento deste padrão de acumulação.

Em que pesem as profundas dificuldades enfrentadas pelo II PND no caminho de sua execução, o Brasil conseguiu avançar na construção de um parque industrial amplo e diversificado. A tabela 8 ilustra a modificação sofrida pela estrutura industrial brasileira entre 1967 e 1990.

TABELA 8: Evolução da Estrutura Setorial da Indústria Brasileira entre 1967 e 1990.

Grupos e Ramos/Anos	1967	1970	1975	1980	1985	1989	1990
Bens de Consumo não-duráveis:	42,0	40,4	33,6	31,5	31,1	30,6	31,2
Têxtil	9,8	9,3	6,1	6,2	6,0	5,7	5,6
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	3,1	3,3	3,8	4,7	5,2	4,3	4,0
Alimentos	14,5	13,5	11,3	11,6	12,0	11,4	12,8
Outros	14,6	14,3	12,4	9,0	7,9	9,2	8,8
Bens Intermediários:	36,6	37,1	40,8	41,3	43,0	42,6	42,6
Química	10,9	10,0	12,1	14,6	17,3	16,1	16,3
Minerais Não-Metálicos	5,6	5,3	6,2	5,6	4,3	4,6	4,5
Metalurgia	10,5	11,6	12,6	11,6	12,6	12,5	12,1
Outros	9,6	9,6	9,9	9,5	9,2	9,4	9,7
Bens de Capital e de Consumo Duráveis:	21,4	22,5	25,6	27,2	25,9	26,8	26,2
Mecânica	5,1	7,1	10,3	10,2	9,2	10,0	9,3
Material de Transporte	8,4	8,0	6,3	7,5	6,4	6,2	5,7
Material Elétrico e de Comunicações	6,1	5,4	5,8	7,0	7,6	8,2	8,6
Outros	1,8	2,0	3,2	2,5	2,7	2,4	2,6
Total do Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Negri (1996: 151).

No concernete à indústria paulista, esta vinha apresentando perda relativa em sua participação na indústria nacional desde os anos de 1970, o que pode ser visto nos dados apresentados na tabela 9.

TABELA 9: Evolução da participação da indústria paulista e suas regiões no total do produto industrial brasileiro, entre 1959 e 1987.

Estado de São Paulo e suas principais regiões	Participação de São Paulo no produto industrial do Brasil				
	1959	1970	1975	1980	1987
Estado de São Paulo	55,6	58,2	55,9	53,4	51,0
Região Metropolitana:	41,0	43,5	38,8	33,6	30,6
Município de São Paulo	30,5	28,0	24,6	18,6	15,4
Demais Municípios da Região Metropolitana	10,5	15,5	14,2	15,0	15,2
Interior do Estado de São Paulo:	14,6	14,7	17,1	19,8	20,4
Região de Campinas	5,0	6,1	8,4	8,5	9,0
REGIÃO do Vale do Paraíba	1,1	1,9	2,3	2,9	3,4
Região de Ribeirão Preto	1,8	1,7	1,7	2,3	2,7
Região de Sorocaba	1,8	1,3	1,3	2,2	2,3
Demais Regiões	4,9	3,7	3,4	3,9	3,0

Fonte: Araújo e Pacheco (1992: 204).

A participação da indústria paulista declina de 55,6%, em 1959, para 51,0%, em 1987, ao passo que o interior do Estado amplia sua participação na indústria nacional de 14,6% para 20,4% no mesmo período. A RMSP sofre uma forte queda de aproximadamente 50% em sua participação na indústria nacional, que cai de 41,0% para 30,6% entre 1959 e 1987. Evidencia-se nesse período, portanto, um movimento de interiorização da indústria paulista. A tabela 10 ilustra a magnitude desse movimento de interiorização da indústria paulista.

TABELA 10: Distribuição do Valor da Transformação da Indústria Paulista, segundo suas diferentes regiões, entre 1970 e 1987.

Estado/Regiões/ Anos	Censo Industrial			Secretaria da Fazenda de São Paulo	
	1970	1975	1980	1980	1987
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Metropolitana:	74,7	69,4	62,9	64,1	60,0
Capital	48,2	44,0	34,8	36,0	31,1
Demais Municípios	26,5	25,4	28,1	28,1	28,9
Interior:	25,3	30,6	37,1	35,9	40,0
Litoral	2,8	2,5	3,7	4,4	2,9
Vale do Paraíba	3,3	4,2	5,5	5,4	6,6
Sorocaba	2,2	2,4	4,1	4,0	4,6
Campinas	10,6	15,1	15,8	15,1	17,6
Ribeirão Preto	3,6	3,1	4,4	4,1	5,3
Bauru	0,9	1,0	1,3	1,1	1,1
Região Oeste	2,5	2,3	2,3	1,8	1,9

Fonte: Araújo e Pacheco (1992: 190).

A indústria do interior ganha forte participação na indústria paulista, que avança de 25,3% em 1970 para 40% em 1987. Entretanto deve-se destacar a evolução da indústria dos municípios que compõe a região metropolitana, exceto a capital. Nota-se que a participação desse entorno mais próximo apresenta uma trajetória de sustentação e até ganho de sua participação. Nacionalmente sua participação avança de 10,5% para 15,2% entre 1959 e 1987. No total do Estado avança de 26,5% para 28,9% entre 1970 e 1987.

1.2.4. A Dinâmica Industrial da Região Metropolitana de São Paulo entre 1970 e 1990.

Essa participação declinante da indústria paulista no total nacional é fruto tanto das políticas de investimentos públicos em outros estados nesse período,

quanto da nova configuração da própria geografia industrial do Estado de São Paulo, com a perda de participação da indústria metropolitana e forte ganho de participação da indústria interiorizada.

Ao se analisar, de forma mais desagregada, o comportamento da indústria metropolitana, nos anos 70, é importante discriminar os demais municípios que compõem região metropolitana, excluindo-se dela a capital. Como já destacado anteriormente sua participação se mantém estável e até mesmo com ganhos de participação. Esse resultado está relacionado diretamente com o bom desempenho da indústria localizada à sudeste da região metropolitana, a Região do ABC. Nela se concentrava aproximadamente 40% da indústria automobilística nacional¹⁶. Nesse segmento, apontam Araújo e Pacheco (1992: 75) que: “São Bernardo do Campo concentra 10,4% do produto industrial metropolitano, em especial no segmento de material de transportes, no que responde por 36% do total desse gênero na metrópole (...) São Bernardo transformou-se na maior concentração nacional do setor automobilístico, com a instalação da Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz e Toyota, entre mais de 2000 empresas; Santo André concentra 6% da indústria metropolitana, com preponderância também da automobilística, além dessa, em termos regionais são importantes a indústria de produtos de borracha (40,3%) e a de produtos químicos (17,8%), instaladas no município ainda nas décadas de 20 e 30, através da Pirelli e da Petroquímica União, e fortalecidas pelo pólo petroquímico de Capuava, no limite com Mauá; Diadema, com 4,1% da indústria da grande São Paulo, responde por 8,4% da produção de artigos de matéria plástica e 9,9% de sua indústria mecânica; Mauá, que no gênero químico e petroquímico concentra 12,2% da indústria metropolitana, em razão do Pólo Petroquímico de Capuava; e São Caetano se destaca pelo complexo da General Motors”.

Também irão se destacar na região metropolitana o parque industrial de Guarulhos, que concentrava 6,7% da indústria metropolitana, Barueri com 14,8% da indústria de madeira, Itapeverica da Serra com 15,7% da frigorífica, e Suzano e

¹⁶ Araújo e Pacheco (1992: 74).

Mogi das Cruzes que concentram respectivamente 22,2% e 6,3% da indústria metropolitana de papel e celulose¹⁷.

Já nos anos 80, a composição industrial metropolitana se mantém, como na década de 70, com forte peso dos municípios do ABC. Internamente a esses municípios, suas estruturas industriais se apresentavam da seguinte maneira, segundo Araújo e Pacheco (1992: 81/82): “Em São Bernardo, o ramo de material de transporte concentrava 46,6% da indústria municipal, seguido da metalurgia (9,9%), química (9,1%), mecânica (9%) e material elétrico e de comunicações (8%), que no conjunto somavam 82,9% do produto industrial; A indústria de Santo André tinha na química (31,2%) o seu maior segmento industrial, seguido da metalurgia (17,6%), madeira (18,3%), material de transportes (10,7%) e têxtil (7,8%), totalizando 85,6% da indústria local; Os três maiores ramos de São Caetano do Sul eram o de material de transporte (34,2%), metalurgia (27,9%) e química (11,6%), que totalizavam 73,7% de sua indústria; A indústria de Mauá era extremamente concentrada no ramo da química, responsável por 60,5% de seu produto, aparecendo num segundo plano material de transportes (9,3%) e material elétrico (8,4%); Em Diadema, os três maiores ramos concentravam 55,4% da indústria local: mecânica (22%), metalurgia (20,4%) e material de transportes (13%).” Os demais municípios da região metropolitana como Guarulhos, Mogi das Cruzes, Suzano, continuavam a se concentrar nos setores da indústria frigorífica e da indústria de papel e celulose, respectivamente. A indústria frigorífica de Guarulhos representava 33,9% de sua produção industrial e a indústria de papel e celulose representava 65,2% da indústria local de Suzano, já Mogi das Cruzes, apresentava uma estrutura industrial mais diversificada, com destaque para mecânica (21,4%), metalurgia (28,1%), química (17,8%) e papel e papelão (14,9%)”.

De outra forma, tomando-se a participação do setor industrial no ABC no Estado de São Paulo para os anos de 1970 e 1980 tem-se como resultado a já expressiva participação dessa região nos segmentos industriais de material de transporte e química, conforma ilustra a tabela 11.

¹⁷ Araújo e Pacheco (1992: 76).

Tabela 11: Comportamento da participação da Indústria do ABC na Indústria estadual, segundo

Ramos/Anos	1970			1980		
	Estab.	po total	VTI	Estab.	po total	VTI
TOTAL	4,24	13,21	18,85	5,92	12,75	17,02
EXTRAÇÃO DE MINERAIS	2,19	1,57	1,81	1,38	2,11	1,63
PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	3,04	13,09	15,56	2,95	10,06	11,72
METALÚRGICA	7,54	17,50	19,61	8,77	17,81	21,53
MECÂNICA	5,68	13,58	16,79	10,79	16,33	17,30
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	4,97	8,13	14,52	8,20	8,81	8,53
MATERIAL DE TRANSPORTE	9,00	47,07	58,47	11,70	32,34	52,12
MADEIRA	3,34	6,03	6,72	4,14	8,52	6,50
MOBILIÁRIO	6,06	11,53	11,34	7,79	11,22	10,95
PAPEL E PAPELÃO	3,07	2,71	2,77	4,26	2,92	2,39
BORRACHA	6,53	27,68	42,16	10,89	26,42	33,80
COURO E PELES E PRODUTOS SIMILARES	2,96	x	x	3,64	3,62	5,96
QUÍMICA	10,48	26,45	37,83	14,49	22,27	20,84
PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	4,35	10,10	8,12	7,21	11,18	6,86
PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	4,08	5,06	5,80	7,12	9,16	8,96
PRODUTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS	5,56	6,72	11,08	10,11	12,41	12,43
TÊXTIL	2,55	4,87	4,45	2,72	4,75	3,87
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	1,61	2,32	2,91	1,85	1,94	2,78
PRODUTOS ALIMENTARES	3,51	5,40	4,71	4,72	5,64	4,91
BEBIDAS	0,59	0,00	0,00	0,70	0,69	3,65
EDITORIAL E GRÁFICA	3,89	2,78	2,60	4,41	3,94	3,58
DIVERSAS	3,76	5,64	6,85	5,70	9,18	8,98

estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da transformação industrial (VTI).

Fonte: IBGE - Censos Industriais, 1970 e 1980.

Como se pode observar pelos dados apresentados pela tabela acima, a região do ABC já se apresentava desde os anos 70 como um dos principais centros do estado, concentrando, em 1980, 17% aproximadamente do total do VTI da indústria estadual, sobretudo nos ramos de produtos minerais não-metálicos (11,72%), metalúrgica (21,53%), mecânica (17,30%) mobiliário (10,95%), plásticos (12,43%), e principalmente química (20,84%), borracha (33,80%) e material de transporte (52,12%). A mesma tendência de concentração pode ser observado tanto com relação à participação do número de estabelecimentos sediados na região como no de pessoal ocupado nesses ramos. É patente que, apesar de sucessivas perdas relativas de participações que terá a região a partir de meados dos anos 80, ela continua a se apresentar como importante centro industrial, como veremos adiante.

Por fim cabe lembrar que os anos 90 serão marcados pelas ações do Plano Collor (1990 e 1991) e depois pelo Plano Real (1994) que colocarão em prática

uma política de ampla abertura comercial e uma política econômica baseada no câmbio valorizado e em taxas de juros elevados, com aumento brutal do endividamento público. Nesse período, o PIB brasileiro cresce a uma taxa média de aproximadamente 2,65% ao ano, e a participação da indústria paulista na indústria nacional se estabiliza em 45%¹⁸, tomando-se como base o Valor da Transformação Industrial (VTI).

Persiste forte concentração produtiva na região metropolitana, principalmente dos setores mais modernos. Segundo a Pesquisa da Atividade Econômica do Estado de São Paulo – PAEP, de 2001 realizada pela Fundação SEADE, embora a participação da RMSP na indústria estadual tenha se retraído de 60% no começo dos anos 90, para 53% em 2001, nessa região ainda se concentra 73% de toda a indústria de confecção e vestuário do Estado, 90% da indústria de edição, impressão e reprodução de gravações, dois terços da indústria química, com destaque para a farmacêutica, 72% da fabricação de equipamentos de informática, e 70% da produção de material elétrico.

1.3. Breve nota acerca da Desconcentração Industrial no Brasil.

Os principais determinantes do processo de desconcentração industrial já foram exaustivamente tratados pela literatura pertinente (Cano, Guimarães Neto, Pacheco, Diniz, Azzoni) não sendo necessário reproduzir aqui seus principais argumentos.

Dentre outros, os determinantes fundamentais seriam o próprio processo de integração do mercado nacional, a expansão da fronteira agrícola, as políticas de desenvolvimento regional, as políticas de incentivo às exportações, a intensificação do processo de urbanização nas regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste, a crise econômica, incentivos e alguns investimentos decorrentes do II PND, etc.

É certo que o processo de desconcentração no Brasil tem muito pouco de transferências de plantas ou sucateamento de antigas áreas industriais. É

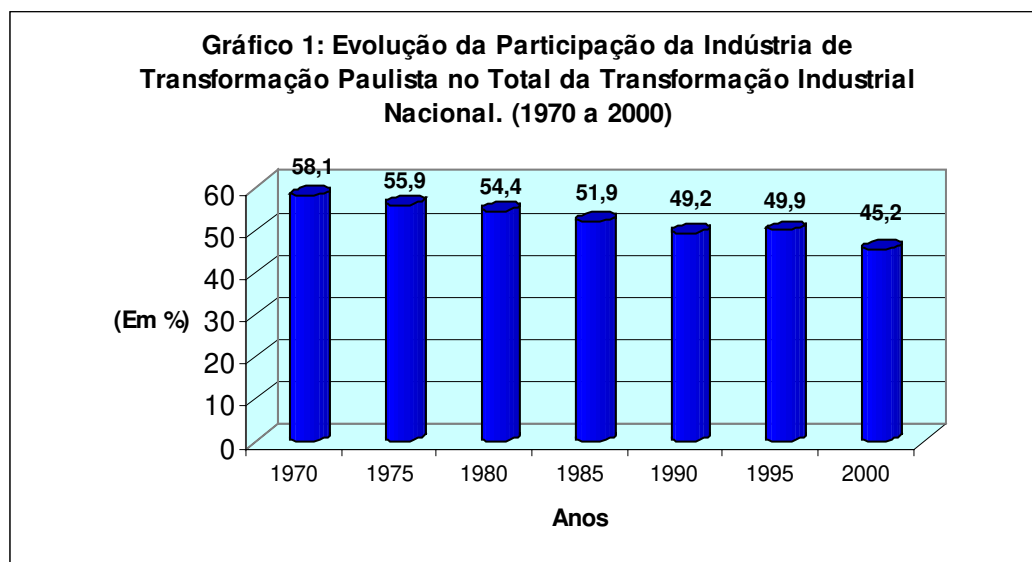
¹⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004.

decorrente, na realidade, sobretudo de novos investimentos que moldam o arranjo espacial da atividade econômica. Dessa forma, a desconcentração da produção seria conseqüência, também, da indústria localizada nos Estados industrialmente mais desenvolvidos crescer a um ritmo inferior à média nacional, durante os anos de recuperação, e de declinar a taxas maiores nos anos de depressão.

É importante ressaltar que o processo de reestruturação produtiva, relacionado com as mudanças tecnológicas e organizacionais e a conseqüente emergência de novos setores industriais, tende a restringir a desconcentração no espaço territorial brasileiro, retendo o crescimento em cidades de porte médio, próximas às grandes capitais do Centro-Sul, ou mesmo em áreas metropolitanas de maior dimensão dentro dessa região.

A cidade de São Paulo acentua suas “deseconomias de aglomeração”, como preço da terra, saturação das vias de circulação, pressão sindical, leis ambientais mais rígidas, etc. Isso em um contexto de forte processo de reestruturação industrial a que muitas empresas são submetidas para fazer frente aos seus produtos congêneres importados.

O gráfico 1 abaixo ilustra o comportamento da participação da indústria paulista na indústria nacional em termos de Valor da Transformação Industrial (VTI).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Como se pode observar pelo gráfico acima, tomando-se os dados de VTI, a indústria do Estado de São Paulo, que apresentava uma participação relativa de 58,1% em 1970, chega a 2000 apresentando uma participação relativa de 45,2%, ou seja, uma perda de aproximadamente 13,0% ao longo das últimas três décadas, o que evidencia o forte processo de desconcentração industrial que vem ocorrendo no Brasil desde os anos 70, em que pese a indústria paulista ainda concentrar quase a metade do VTI da indústria nacional.

1.4. A Dinâmica Econômica do ABC Paulista nos Anos 80 e 90, segundo o Valor Adicionado Fiscal do Setor Industrial em seus diferentes Ramos Industriais.

Nesse item vamos averiguar o comportamento da indústria do ABC a partir da análise do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que corresponde basicamente ao valor criado por cada empresa em seu processo de produção, ou seja, a diferença entre a entrada de matérias-primas e a saída de bens finais. Veremos como o VAF da indústria do ABC evoluiu desde os anos 80, bem como sua participação no VAF industrial gerado pela RMSP no total do estado, em seus diferentes ramos.

O VAF se constitui em uma variável de importante utilidade para os propósitos desse trabalho, pois através dele pode-se, ainda que superficialmente, auferir o nível da atividade econômica local. Através das relações de participação pode-se identificar se há uma redução ou não de participação, o que poderia estar a indicar perda de dinamismo econômico.

Por fim, fazemos uma análise da evolução dos Índices de Produtividade Industrial, construídos a partir de uma *proxy*, onde se dividiu o VAF de cada ramo industrial pelo total de empregados no mesmo ramo.

1.4.1. A Evolução da participação relativa do VAF da Indústria do ABC.

A tabela 12 abaixo ilustra como evoluiu o VAF nos diferentes ramos industriais na região do ABC nos anos 90.

TABELA 12: Evolução do Valor Adicionado Fiscal gerado pela indústria do ABC, segundo seus principais ramos de atividade, entre 1990-1999. (com 1990 = 100)

Ramos/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	100,00	95,09	117,56	132,50	164,70	143,66	121,87	147,45	120,42
Metalúrgica	100,00	67,91	70,60	80,12	75,94	78,05	65,19	62,51	51,02
Material Elétrico e de Comunicações	100,00	82,71	75,75	64,10	86,34	55,18	66,08	63,00	57,53
Produtos Químicos	100,00	89,77	97,38	97,54	80,21	60,70	63,03	61,10	59,26
Produtos Têxteis	100,00	108,00	128,51	125,50	127,09	92,56	77,92	62,19	48,57
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	100,00	91,27	140,02	196,39	256,87	153,89	193,61	209,69	216,14
Produtos Mecânicos	100,00	87,33	81,48	90,17	84,18	84,37	90,00	83,60	73,22
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	100,00	73,99	71,17	99,82	173,79	129,95	104,31	101,76	85,67
Material Plástico	100,00	88,93	98,48	88,16	87,74	95,97	99,30	84,15	85,79
Produtos de Borracha	100,00	108,84	138,57	172,09	141,23	134,96	115,58	127,08	129,91
Couros, Peles e Produtos Similares	100,00	743,75	700,00	2525,00	3012,50	4718,75	693,75	812,50	706,25
Indústria Total	100,00	88,51	99,47	107,69	115,85	99,46	92,52	98,86	86,69

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados brutos de Anau (2001).

Na tabela acima, construída somente para o setor industrial, tomando-se 1990 como ano base, identifica-se que em termos de VAF gerado localmente o setor industrial do ABC, no seu conjunto, apresentou uma perda de aproximadamente 13% entre 1990 e 1998. Entretanto, observa-se um avanço em quatro ramos industriais: um aumento nominal de 20,42% no ramo de material de transporte; de 116,14% no ramo de produtos farmacêuticos, médicos e perfumaria; de 29,91% no ramo de produtos de borracha e finalmente uma expansão de 606,25% no ramo de couros, peles e produtos similares.

Para se ter uma idéia da relevância desses aumentos no VAF, bem como da queda generalizada que se observa na grande maioria dos ramos do segmento industrial, é preciso destacar o peso que cada um dos ramos industriais tem na composição do VAF gerado pela região do ABC. Para tanto, a tabela 13 abaixo ilustra o peso que cada segmento e seus respectivos ramos apresentam no conjunto do VAF gerado na região.

TABELA 13: Evolução da Participação de cada Setor/Ramo no Valor Adicionado gerado na Região

Setor/Ramo	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Comércio	10,81	6,79	11,96	10,68	10,94	9,93	11,01	13,95	12,20	11,48	13,77
Comércio Varejista	3,96	3,13	4,43	4,69	4,40	5,30	4,33	8,99	7,39	6,70	7,46
Comércio Atacadista	6,85	3,66	7,52	5,99	6,54	4,63	6,68	4,96	4,80	4,78	6,31
Indústria	84,51	88,48	79,88	79,05	82,78	74,57	75,90	73,76	75,87	76,84	72,23
Material de Transporte	25,75	25,42	23,91	25,42	29,29	27,46	32,30	31,89	29,92	34,31	29,78
Metalúrgica	12,90	11,95	10,28	7,80	7,56	7,14	6,40	7,45	6,88	6,25	5,47
Material Elétrico e de Comunicações	8,30	8,78	6,02	5,56	4,75	3,34	4,26	3,08	4,08	3,69	3,61
Produtos Químicos	15,89	17,45	17,27	17,33	17,52	14,60	11,36	9,73	11,17	10,27	10,67
Produtos Têxteis	2,82	3,86	2,53	3,05	3,38	2,75	2,63	2,17	2,02	1,53	1,28
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	1,13	1,57	1,80	1,84	2,63	3,07	3,80	2,58	3,58	3,68	4,07
Produtos Mecânicos	4,71	4,69	4,70	4,59	3,99	3,67	3,24	3,68	4,34	3,82	3,59
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,40	0,64	0,66	0,55	0,49	0,57	0,94	0,80	0,71	0,66	0,59
Material Plástico	2,30	2,79	3,12	3,10	3,20	2,39	2,25	2,78	3,18	2,56	2,79
Produtos de Borracha	1,93	2,81	2,83	3,44	4,09	4,22	3,28	3,55	3,36	3,50	3,83
Couros, Peles e Produtos Similares	0,01	x	0,00	0,01	0,01	0,02	0,02	0,03	0,01	0,01	0,01
Serviços	x	x	5,89	9,22	5,46	5,65	12,07	10,64	8,03	8,46	9,52
Serviços de Transporte	x	x	3,55	6,96	3,22	2,99	9,67	7,49	3,85	4,25	3,88
Serviço de Comunicação	x	x	0,68	0,75	0,68	1,14	0,84	1,06	1,13	1,47	x
Geração e Distribuição de Eletricidade	x	x	1,66	1,51	1,56	1,52	1,56	2,09	2,71	2,74	x
Outras Atividades	4,67	4,73	2,27	1,05	0,82	9,86	1,02	1,65	3,90	3,23	4,48
Total Grande ABC	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

do ABC. (Em %)

Fonte: Elaboração Própria a partir dos Dados da Fundação SEADE (2000).

Nota: (x): Dado sigiloso ou inexistente.

Assim, ao analisarmos a tabela acima podemos observar a importância do segmento industrial no ABC, cujo peso na estrutura econômica alcança aproximadamente 72% do total de VAF gerado no ABC. Destaque-se que o ramo de material de transporte apresenta o maior peso em sua estrutura produtiva, com uma participação que chega a aproximadamente 30% do total do VAF gerado no ABC, em 1998. Logo, a expansão de 20,42% nesse ramo é de extrema importância para a economia local, contudo os demais ramos que apresentaram expansão representam pouco peso na estrutura de pesos relativos em termos de VAF na estrutura produtiva do ABC. O ramo de produtos farmacêuticos, médicos e perfumaria, por sua vez, apresenta um peso de somente 4,07% em 1998; o ramo de produtos de borracha apenas 3,83% e por fim o ramo de couros, peles e produtos similares representa pífios 0,01%. Assim, pode-se deduzir que a expansão registrada nesses ramos relaciona-se com a baixa base, isto é, se deu muito mais em função de sua baixa participação anterior na economia local.

Por outro lado a queda generalizada dos demais ramos industriais, somada às suas participações relativas, explica a queda no segmento industrial em seu conjunto no VAF regional do ABC.

1.4.2. O Comportamento da Participação do VAF Industrial gerado no ABC no Total do VAF Industrial Estadual e da Região Metropolitana de São Paulo.

Para melhor entender o que de fato vem ocorrendo com a estrutura industrial do ABC ao longo da década de noventa, vejamos o comportamento da participação do VAF gerado por sua economia ao longo dessa década. Para tanto as tabelas 14 e 15 abaixo ilustram a participação do VAF gerado na região em relação ao VAF gerado pela RMSP e em relação ao próprio Estado de São Paulo.

TABELA 14: Evolução da Participação do Valor Adicionado Industrial gerado pela região do ABC no total gerado pela Região Metropolitana de São Paulo. Entre 1980 - 1998. (Em %)

Ramor Industrial	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	58,76	57,47	56,25	60,37	61,81	51,37	68,08	69,60	71,86	70,42	68,96
Metalúrgica	27,66	26,97	29,41	26,19	27,79	29,24	27,82	32,39	27,20	28,45	26,63
Material Elétrico e de Comunicações	20,52	21,21	19,24	17,49	17,69	12,76	21,96	12,95	15,65	16,15	16,02
Produtos Químicos	45,00	49,28	51,86	50,11	49,34	47,67	45,68	45,11	43,26	42,75	41,48
Produtos Alimentícios	13,78	13,89	13,00	11,08	11,41	10,61	11,75	12,64	11,50	17,86	19,97
Produtos Têxteis	14,45	16,55	17,04	22,16	27,07	24,79	26,12	25,12	23,66	23,31	20,85
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	9,02	10,62	13,94	14,27	14,39	15,63	17,72	13,42	13,53	13,21	12,72
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	24,10	19,40	17,91	17,32	16,73	19,83	20,01	19,69	18,35	15,18	15,63
Papel e Papelão	5,20	6,07	6,95	7,02	6,18	7,11	8,95	6,42	6,99	6,99	4,36
Produtos Mecânicos	17,22	18,92	21,26	22,47	21,14	21,98	20,87	21,95	23,37	22,74	21,31
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	3,07	4,34	4,14	4,78	5,67	5,29	10,73	8,69	7,23	7,96	7,85
Material Plástico	19,06	21,45	23,60	24,66	28,72	25,49	26,30	28,34	27,91	23,99	27,70
Produtos de Borracha	36,62	35,63	41,60	47,31	54,03	54,20	53,00	59,24	55,79	59,07	61,57
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	x	x	x	x	x	7,72	9,05	5,85	10,43	x	x
Mobiliários	17,37	13,84	16,23	13,02	10,26	11,49	14,32	17,86	16,19	16,18	16,01
Editorial e Gráfica	3,48	4,33	4,15	5,90	6,15	7,02	6,82	8,68	13,27	10,33	7,51
Diversos (I e III)	3,59	5,55	8,57	7,92	7,24	7,39	8,52	7,47	7,84	11,91	13,93
Diversos (II)	5,74	4,72	5,98	6,99	5,92	4,83	5,57	6,37	5,27	5,63	5,25
Artigos e Artefatos de Madeira	16,68	16,03	15,58	16,13	18,10	15,89	18,93	17,56	12,71	13,70	20,01
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	x	x	x	x	x	8,27	5,65	7,66	8,39	x	x
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	x	x	x	x	x	8,98	9,31	5,59	9,16	0,01	x
Fumo e Produtos Derivados	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pedra e Outros Materiais de Construção	20,18	14,87	13,24	12,09	7,77	2,03	25,54	25,37	13,73	9,69	11,50
Couros, Peles e Produtos Similares	2,24	x	0,12	1,37	1,49	3,34	4,19	7,89	6,90	1,44	1,55
Outras Indústrias	0,48	0,18	4,36	4,32	9,08	8,38	13,49	7,91	10,21	7,40	5,76
Indústria Extrativa	2,77	6,28	1,89	1,91	0,47	0,33	0,24	0,30	0,43	0,18	0,04
Total do Grande ABC	26,02	26,17	27,38	28,34	30,47	27,59	32,07	30,43	28,34	30,61	28,81

Fonte: Fundação SEADE (2004).

Nota: (x): Dado sigiloso ou inexistente.

Logo, observando a tabela acima, cujos dados representam a participação do VAF industrial do ABC no total do VAF industrial gerado na região metropolitana, pode-se observar uma expansão dessa participação relativa, que

avança de 26,02% para 28,81% entre 1980 e 1998. Já com relação ao comportamento dos ramos industriais pode-se identificar aumento de participação entre 1980 e 1998 nos seguintes ramos: material de transporte, que amplia sua participação relativa de 58,76% para 68,96%; produtos químicos de 45% para 41,48%; produtos alimentícios de 13,78% para 19,97%; produtos mecânicos, que avança de 17,22% para 21,31%; material plástico, cuja participação cresce de 19,06% para 27,70%; editorial a gráfica que avança de 3,48% para 7,51%; e finalmente o ramo diversos (I e III) que cresce de apenas 3,09% para 13,93% no período. Os demais ramos industriais não apresentaram, via de regra, nenhuma grande variação significativa, com pouco avanço ou retração em suas participações. Entre os ramos que apresentaram maiores retrações de participação relativa destacam-se: produtos minerais não-metálicos e cimento, com uma retração de 24,10% para 15,63%; material elétrico e de comunicações, que encolhe sua participação relativa de 20,52% para 16,02%; e o ramo de pedras e outros materiais de construção, cuja participação cai de 20,18% para 11,50%.

Pela tabela 15 podemos ver como o VAF gerado no ABC se comportou também no período entre 1980 e 1998, em termos de participação relativa no total de VAF gerado pelo setor industrial do Estado de São Paulo.

TABELA 15: Evolução da Participação do Valor Adicionado Industrial gerado pela região do ABC no total gerado no Estado de São Paulo. Entre 1980 - 1998. (Em %)

Ramo Industrial	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Material de Transporte	40,76	37,57	36,97	38,25	39,32	33,51	44,35	42,60	38,49	42,39	38,51
Metalúrgica	19,12	15,32	18,78	16,31	16,31	17,65	17,02	17,70	15,54	15,19	12,90
Material Elétrico e de Comunicações	17,09	16,71	14,68	13,27	12,54	7,23	14,54	8,20	9,50	9,42	8,59
Produtos Químicos	25,77	26,94	27,63	24,29	19,78	19,63	17,70	17,70	25,02	23,80	22,30
Produtos Alimentícios	4,85	4,05	4,49	3,54	3,69	3,23	3,72	4,08	3,58	4,65	4,75
Produtos Têxteis	8,69	9,30	8,84	11,36	13,47	12,18	13,11	12,48	11,74	10,91	8,80
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	6,47	7,17	9,72	9,87	10,55	12,54	14,28	10,62	10,69	9,85	9,50
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	13,01	9,54	8,53	8,44	7,39	8,55	8,27	8,05	7,62	6,02	5,92
Papel e Papelão	2,96	3,13	3,76	3,65	2,86	2,68	3,38	2,49	2,63	2,80	1,64
Produtos Mecânicos	11,28	11,42	13,58	14,83	13,94	13,75	12,85	12,65	13,94	12,94	11,60
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	2,05	2,41	2,26	2,61	2,75	2,89	5,72	4,64	4,27	4,77	4,59
Material Plástico	16,75	17,98	18,44	19,79	22,13	18,32	18,69	20,62	20,61	17,11	17,91
Produtos de Borracha	25,40	23,54	27,25	34,35	39,87	39,70	33,67	38,30	36,13	38,27	38,41
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	x	x	x	x	x	1,94	1,91	1,20	1,84	x	x
Mobiliários	11,62	8,90	9,82	7,98	6,03	6,82	8,31	10,28	9,22	8,78	8,61
Editorial e Gráfica	3,24	3,84	3,72	5,23	5,35	5,98	5,98	7,43	11,23	8,87	6,34
Diversos (I e III)	3,35	4,93	7,46	6,59	5,90	6,39	6,72	5,84	5,82	7,95	8,90
Diversos (II)	2,97	1,90	1,90	3,23	1,16	2,26	2,44	2,76	2,14	2,22	2,15
Artigos e Artefatos de Madeira	6,82	5,54	5,69	4,70	4,93	4,47	5,13	4,42	3,14	3,64	4,25
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	x	x	x	x	x	1,58	1,24	1,28	1,25	x	x
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	x	x	x	x	x	1,39	1,30	0,78	1,39	x	x
Fumo e Produtos Derivados	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pedra e Outros Materiais de Construção	4,18	3,31	2,81	1,96	1,21	0,77	3,91	3,59	2,01	2,07	2,49
Couros, Peles e Produtos Similares	0,91	0	0,05	0,50	0,56	1,34	1,73	3,08	2,78	0,68	0,60
Outras Indústrias	0,43	0,16	3,24	3,30	7,08	6,09	7,96	5,28	6,26	5,26	4,15
Indústria Extrativa	0,59	1,02	0,59	0,71	0,16	0,11	0,09	0,11	0,15	0,06	0,01
Total do Grande ABC	16,66	15,00	15,86	16,02	15,71	14,85	17,16	15,76	15,19	15,90	14,20

Fonte: Fundação SEADE (2004).
Nota: (x): Dado sigiloso ou inexistente.

Com relação à participação do VAF gerado na região do ABC no total do VAF estadual, observa-se uma redução em sua participação que cai de 16,66% em 1980 para 14,20% em 1998, ou seja, uma redução de aproximadamente 15%.

Nessa redução de participação do segmento industrial, destacam-se nesse período os seguintes ramos industriais: metalurgia, cuja participação relativa cai de 19,12% para 12,90%; material elétrico e de comunicações, que encolhe sua participação de 17,09% para 8,5% e o ramo de produtos minerais não-metálicos e cimento que reduz sua participação entre 1980 e 1998 de 13,01% para somente 5,92%, ou seja, uma redução de mais de 50%.

Dos dados anteriores, o que se observa é que a participação relativa junto à região metropolitana se amplia de 26,02% para 29%. Porém com relação à participação no total do VAF industrial estadual, a Indústria do ABC sofre uma expressiva queda, retraindo sua participação relativa de 16,66% para 14,20% entre 1980 e 1998.

A explicação desta decrescente participação relativa do VAF industrial no total estadual e aumento de participação relativa no total do VAF da RMSP se encontra no comportamento da participação da região metropolitana no total do VAF estadual que, entre 1990 e 1998, se reduz de 56% para 49%.

Ou seja, a região do ABC manteve seu potencial industrial. O aumento de participação da RMSP e a pequena queda no total estadual se devem ao comportamento do VAF industrial gerado no município de São Paulo, cuja participação relativa no total do VAF industrial estadual cai de 30% para 20%, aproximadamente, entre 1990 e 1998. Assim, a queda de participação relativa do município de São Paulo puxa para baixo a participação relativa da economia metropolitana.

Pode-se aventar a hipótese de que a participação do ABC fora afetada não por um problema crônico de desindustrialização, muito embora não se possa negar a ponderável fuga ou mesmo falência de empresas. O abrupto impacto recebido pelo ABC deve ser analisado tendo em conta que essa região se

constitui num dos centros industriais mais importantes do país. Muitas empresas continuaram sendo atraídas para a região, porém sua aparente perda de importância industrial se deve a uma expansão econômica geral de outras regiões do Brasil e do próprio Estado de São Paulo.

Deve-se ainda destacar que essa expansão das demais regiões do Estado se deu não somente a partir da transferência de plantas industriais da região metropolitana (e particularmente do ABC), mas também em função de fortes investimentos industriais realizados naquelas regiões. A tabela 16 a seguir ilustra o comportamento da evolução da participação das diferentes Regiões Administrativas do Estado de São Paulo no total estadual no VAF da indústria.

TABELA 16: Evolução da participação do VAF industrial de cada Região Administrativa (RA) do

RA/Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Araçatuba	0,33	0,49	0,66	0,64	0,73	0,70	0,65	0,65	0,67	0,92	1,03	1,08	0,97	1,13
Barretos	0,42	0,68	0,51	0,76	0,51	0,49	0,50	0,48	0,54	0,72	0,69	0,85	0,76	0,86
Bauru	1,13	1,38	1,21	1,34	1,18	1,39	1,51	1,51	1,51	1,52	1,65	1,78	1,59	1,59
Campinas	15,09	17,46	19,22	18,35	20,89	21,89	20,06	21,47	19,25	18,55	20,31	21,06	23,65	24,20
Central	1,79	2,29	1,78	2,46	1,98	1,74	2,06	1,78	2,08	2,15	2,14	2,37	2,06	2,08
Franca	0,75	0,93	1,18	0,87	0,75	0,91	0,99	0,85	0,84	1,18	1,23	1,28	1,16	1,10
Marília	0,54	0,80	0,87	0,75	0,67	0,80	0,83	0,81	0,92	1,11	1,18	1,14	0,96	1,09
Presidente Prudente	0,37	0,41	0,35	0,43	0,37	0,38	0,39	0,37	0,41	0,59	0,63	0,59	0,42	0,51
Registro	0,17	0,22	0,13	0,02	0,19	0,14	0,12	0,14	0,14	0,20	0,21	0,25	0,21	0,20
Ribeirão Preto	1,12	1,63	1,20	1,30	1,20	1,67	1,60	1,90	2,04	2,15	2,46	2,26	2,17	2,20
Santos	4,33	4,08	2,63	3,71	5,03	3,42	3,36	3,22	2,28	2,29	2,43	2,48	4,20	4,28
São José do Rio Preto	0,56	0,67	0,95	0,85	0,75	0,87	0,90	1,00	1,12	1,61	1,60	1,73	1,40	1,47
São José dos Campos	4,98	6,33	6,36	7,13	8,16	7,22	8,76	8,75	9,18	9,05	9,31	10,57	13,93	13,34
Sorocaba	3,98	4,94	4,99	4,70	4,88	4,54	4,77	5,29	5,44	5,80	5,81	5,83	5,32	5,08
RMSP	64,01	57,32	57,95	56,52	51,56	53,83	53,51	51,79	53,59	51,94	49,30	46,74	41,21	40,85
Total São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Estado no total do VAF industrial gerado no Estado de São Paulo. (em %)

Fonte: Fundação Estadual de Análise de Dados – SEADE/2004.

Como se pode observar a partir dos dados apresentados na tabela acima praticamente todas as regiões administrativas apresentaram ao longo da década de noventa algum crescimento em suas participações relativas no VAF industrial paulista. A exceção é a RMSP, com uma queda de participação de 36%.

1.4.3. A Composição e o Comportamento do VAF Industrial do ABC para os anos de 2000 e 2001.

Vimos até aqui o comportamento do VAF industrial do ABC até o final dos anos 90, bem como seu comportamento em termos de participações relativas no Estado e na Região Metropolitana. Entretanto, em 2001 essas participações apresentam algumas alterações, com uma pequena queda de participação na região metropolitana e uma queda um pouco maior com relação ao Estado de São Paulo. A tabela abaixo ilustra esses comportamentos.

Tabela 17: Comportamento da participação do VAF industrial do ABC na RMSP e no ESP, e o peso de cada ramo do Setor Industrial em 2000 e 2001. (Em %)

Ramos Industriais/Ano	GABC/RMSP		GABC/ESP		Peso: Ramo/Setor	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Indústria - Extrativa	0,31	3,12	0,14	1,38	0,00	0,00
Minerais Não Metálicos	18,50	21,54	6,18	7,66	1,60	1,53
Metalurgia Básica - Ferrosos	19,44	19,55	6,58	6,90	1,37	1,31
Metalurgia Básica - Não Ferrosos	56,43	59,19	23,41	25,25	2,74	2,62
Produtos de Metal	22,65	23,01	13,56	13,47	3,87	3,70
Máquinas e Equipamentos	20,68	23,62	10,41	12,48	4,35	4,16
Eletrodomésticos	0,00	7,01	22,39	3,74	1,00	0,96
Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	2,39	2,54	1,21	0,99	0,11	0,11
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	23,82	20,82	15,50	13,37	4,10	3,92
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicações	2,79	3,70	0,84	0,95	0,21	0,20
Equipamentos Médicos, Óticos, de Automação e Precisão	11,83	12,18	7,52	7,68	0,47	0,45
Material de Transporte - Montadoras e Autopeças	65,96	70,77	30,10	32,17	34,59	33,08
Madeira	24,51	22,88	3,60	3,60	0,17	0,16
Móveis	24,94	28,15	12,80	13,17	0,93	0,89
Papel e Celulose	9,07	8,96	3,02	2,97	1,12	1,07
Artigos de Borracha	59,95	57,77	36,54	34,57	5,26	5,03
Couros e Calçados	4,79	8,35	0,72	1,32	0,04	0,04
Produtos Químicos	43,34	43,51	20,30	20,24	16,55	15,82
Combustíveis	40,43	32,04	4,92	4,38	6,62	6,33
Produtos Farmacêuticos	4,38	6,41	3,45	4,95	1,68	1,61
Produtos de Perfumaria e Cosméticos	47,31	41,22	34,78	35,83	2,90	2,77
Produtos de Plástico	27,30	28,18	14,89	16,50	3,94	3,77
Têxtil	12,33	13,23	5,31	5,46	1,19	1,14
Vestuário e Acessórios	7,63	7,56	5,64	5,53	0,57	0,55
Produtos Alimentícios	12,84	11,49	2,46	1,92	2,60	2,48
Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edição, Impressão e Gravações	6,21	5,47	5,32	4,95	1,35	1,29
Reciclagem	21,67	5,68	7,47	1,00	0,02	0,02
Diversas	14,40	14,71	7,71	8,24	0,65	0,62
Total da Indústria	27,90	27,64	11,36	11,29	100,00	100,00

Fonte: Fundação SEADE (2004).

A tabela acima revela que o setor industrial do ABC continua tendo forte presença na região metropolitana, onde apresenta uma participação relativa de

27,64% ante os 26,02% que apresentava em 1980, mantendo assim, a mesma tendência de participação relativa nos últimos anos. Essa mesma tendência também pode ser observada para os principais ramos industriais, com o ramo de material de transporte, apresentando uma participação relativa de aproximadamente 70,8%; material plástico com 28%; produtos químicos com uma participação relativa de 43%; e produtos alimentícios que, após ter alcançado uma participação relativa de quase 20% em 1998, recua para 11,5% aproximadamente em 2001.

Com relação à participação relativa do VAF gerado pela indústria do ABC no total do VAF industrial estadual, observa-se uma queda de aproximadamente 20,5%: caindo de 16,56% em 1980, para 14,20% em 1998, e finalmente para 11,29% em 2001. Entretanto, com relação às participações relativas de cada ramo industrial no total do Estado, pode-se observar uma relativa tendência de estabilidade no conjunto dos ramos industriais. Com exceção dos ramos de material de transporte, que apresenta uma queda de participação relativa da ordem de 40% em 1980 para 32% em 2001, e do ramo de produtos químicos, com um recuo de participação de 26% em 1980 para 20% em 2001.

Pode-se auferir que essa queda relativa da participação do VAF industrial do ABC no total do VAF industrial estadual se deveu fundamentalmente à redução nesses dois ramos industriais, que juntos representam aproximadamente 49% de todo o VAF industrial gerado na região. De maneira equivalente, pode-se pensar que a relativa estabilidade na participação do VAF industrial do ABC na RMSP se deveu à queda de participação relativa do VAF industrial gerado na região metropolitana no VAF industrial estadual. Entre 1980 e 2001, a participação metropolitana no VAF industrial estadual se reduziu de 64% em 1980 para somente 41% em 2001.

Em resumo, o importante a se ter em mente ao longo dessa década é que podemos dividi-la, grosso modo, em dois momentos principais: o que se inicia em 1990 com a abertura comercial implementada pelo governo Collor, e um segundo momento que se inicia em 1994 com a implantação no Plano Real. Para tanto se observa, a partir dos dados apresentados pelas tabelas acima que, com relação à

participação do VAF industrial no ABC no total estadual, o ano de 1994 marca o auge de sua participação que alcança pouco mais de 17%, declinando para 11% em 2001. Já com relação à participação da indústria do ABC na região metropolitana de São Paulo, constata-se que esta apresenta pouca variação ao longo dos anos 90, saindo de 26% em 1990 e chegando a quase 28% em 2001.

1.4.4. A Evolução do Número de Estabelecimentos Industriais no ABC entre 1985 e 2003.

Com base no que vimos até o presente acerca do comportamento do setor industrial do ABC, a partir dos dados disponíveis de VAF, podemos atentar para outra variável de interesse, o número de estabelecimentos industriais. A tabela 18 abaixo ilustra o comportamento dessa variável.

Tabela 18: Evolução do número de Estabelecimentos Industriais no ABC, entre 1985 e 2003.

Setores/Anos	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
EXTR MINERAL	29	30	25	22	21	15	15	17	12	12	9	10	4	8	9
MIN NAO MET	187	225	223	210	200	178	184	187	183	175	188	195	190	191	189
IND METALURG	613	737	693	637	618	910	998	967	1025	1038	1032	1018	1067	1066	1106
IND MECANICA	408	558	532	516	514	372	402	395	405	416	433	496	533	563	556
ELET E COMUN	163	229	228	222	216	178	191	174	180	189	195	196	200	212	228
MAT TRANSP	161	170	176	167	171	193	215	207	224	207	203	203	202	205	201
MAD E MOBIL	333	433	408	367	374	376	405	384	370	362	348	341	325	299	303
PAPEL E GRAF	198	269	265	258	258	303	353	365	376	365	379	387	391	409	428
BOR FUM COUR	263	398	391	364	352	241	282	253	252	248	237	233	237	254	253
IND QUIMICA	526	605	617	636	652	786	818	798	829	858	857	871	895	914	920
IND TEXTIL	244	453	485	435	420	428	484	410	405	383	355	348	385	411	412
IND CALCADOS	34	59	54	45	42	11	16	15	12	11	9	9	9	6	7
TOTAL DA IND.	3159	4166	4097	3879	3838	3991	4363	4172	4273	4264	4245	4307	4438	4538	4612

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS/Mtb, 2005.

Como se pode observar, o ABC em seu conjunto apresentou entre 1985 e 2003 uma expansão no número de estabelecimentos industriais da ordem de 14,5% aproximadamente, ou em números absolutos de 3.159 para 4.612 estabelecimentos industriais. Esses dados evidenciam o dinamismo industrial do ABC, ainda que sua participação relativa em termos de VAF venha se retraindo no total do VAF industrial estadual.

1.4.5. A Evolução da Produtividade da Indústria do ABC nos anos 90.

Outro fator de destaque na estrutura industrial do ABC se refere ao avanço de produtividade. A tabela abaixo mostra o comportamento da produtividade industrial média na região segundo seus principais ramos, bem como a produtividade média na indústria paulista.

TABELA 19: Evolução dos Índices de Produtividade da Indústria do ABC nos Anos 90, segundo seus principais Ramos. (1990=100) (Em %)

Setores/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Metalúrgica	100,00	77,53	87,80	99,56	83,12	90,11	89,35	87,22	81,82
Mecânica	100,00	108,23	113,75	127,61	115,12	123,41	166,39	175,72	174,34
Material Elétrico e de Comunicações	100,00	101,29	105,76	81,62	135,95	88,91	116,92	120,13	122,95
Material de Transporte	100,00	86,41	113,51	191,16	164,34	156,13	147,08	177,19	176,83
Borracha, Fumo, Couro, Ind. Diversas	100,00	100,94	127,43	130,58	132,99	145,97	155,84	151,45	175,59
Química, Farmacêuticos, Vet., Perf.	100,00	94,45	126,76	121,18	95,85	76,94	88,45	93,77	97,31
Textil, Vestuário e Artefatos de Tecidos	100,00	11,48	129,90	130,28	134,34	101,81	93,45	90,14	96,67
Indústria Total/GABC	100,00	92,35	113,91	135,94	124,17	114,07	117,56	132,05	132,76
Indústria Total/ESP	100,00	93,81	118,92	135,45	1187,24	120,24	125,31	130,82	139,15

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação SEADE.

A partir dos dados apresentados na tabela acima, observa-se que o setor industrial do ABC apresentou um crescimento em seu índice de produtividade de aproximadamente 33% entre 1990 e 1998, sendo superado pelo índice da indústria paulista em seu conjunto que alcançou no mesmo período 39%.

Pode-se explicar em grande medida essa superação do índice paulista frente ao apresentado pelo ABC em função de sua própria estrutura industrial, muito mais antiga que os novos investimentos industriais realizados no interior do Estado de São Paulo. Da mesma forma veremos no próximo capítulo, quando tratarmos da inovação industrial, que a estrutura industrial do ABC apresenta um contraponto a esse fenômeno, se mostrando muito mais inovativa que a estadual.

Tomando-se os ramos industriais separadamente, pode-se observar uma forte expansão da produtividade nos ramos de maior peso na estrutura industrial do ABC. O ramo de material de transportes apresenta um crescimento da ordem de 76,83%, seguido pelo ramo de mecânica com 74,34% de expansão na produtividade.

Obviamente esse brutal avanço de produtividade está relacionado à nova realidade econômica brasileira, isto é, uma ampla abertura comercial que

provocou uma profunda reforma nas estruturas de produção das empresas, com novas formas de organização da produção e modificações nas relações trabalho/capital.

Em grande medida pode-se entender a expressiva queda dos níveis de emprego industrial no ABC¹⁹ não somente em função da saída de empresas da região, mas também como consequência da adoção dessas novas formas de gestão da produção, como por exemplo a terceirização.

1.5. A Controvérsia acerca da Desindustrialização ou não do ABC Paulista.

Indiscutivelmente a região do ABC vem passando por profundas transformações em sua estrutura produtiva, o qual pôde ser observado nos dados apresentados acima e naqueles que serão objeto de análise no próximo capítulo. A grande questão com a qual vem se defrontando a região, é se ela estaria ou não passando por um processo de desindustrialização, ou simplesmente por uma transformação em sua estrutura produtiva, na qual seu potencial econômico não estaria se contraindo, mas ao contrário se mantendo ou até se robustecendo.

Deve-se, contudo destacar que inúmeros seriam os fatores que estariam levando a região do ABC a perder participação relativa na indústria paulista e nacional. Nesse sentido destacam-se: a pesada atuação sindical nessa região²⁰, a saturação da infra-estrutura rodoviária, os altos custos e a ineficiência do Porto de Santos²¹, elevado preço de terrenos, alta carga tributária quando comparada a outras regiões²², problemas de ordem ambiental²³ (como poluição dos rios e

¹⁹ Entre 1990 e 2003, segundo dados do Ministério do Trabalho/RAIS, o setor industrial do Grande ABC apresentou uma retração de aproximadamente 94 mil postos de trabalho, conforme veremos adiante quando trataremos do mercado de trabalho no próximo capítulo.

²⁰ Destaca-se que a região do ABC é palco do nascimento do movimento sindical brasileiro. Segundo Zylberstajn (2002), a taxa de sindicalização na indústria metalúrgica do ABC, por exemplo, apresentou um crescimento de 41% para 76% entre 1984 e 1999.

²¹ O custo de carga em container no Porto de Santos é de 166,57 dólares por Box, sendo mais barato apenas ao Porto de Vitória, com um custo de 178,45 dólares por Box, segundo Ipece (2004).

²² De forma geral o Estado de São Paulo apresenta alíquotas de ICMS mais elevadas que outros Estados.

²³ Para se ter uma idéia da magnitude do problema que a Lei de Proteção aos Mananciais causam à Região do ABC, dos sete municípios que compõe a região somente o município de São Caetano do Sul esta localizado totalmente fora da área definida como de proteção ambiental, os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra estão totalmente incluídos na área de proteção, o

grandes áreas de proteção ambiental – APAs), problemas de ordem urbana/metropolitana (violência, desemprego, enfim fatores que resultam numa baixa qualidade de vida), enfim fatores que se convencionou chamar de “Custo ABC”, além dos efeitos da chamada guerra fiscal.

Esse “Custo ABC” acabaria por pressionar sobremaneira o custo do trabalho, inibe a expansão industrial em função da já avançada degradação ambiental, visto a ausência de cursos de água despoluídos. O curso do rio Tamanduateí, que corta parte do ABC, bem como seus cursos paralelos já se encontram em avançado estado de poluição²⁴; encarece o escoamento da produção industrial da região, sobretudo no modal rodoviário, apresenta graves gargalos, sobretudo nos trechos em que a Avenida do Estado se constitui no meio principal de escoamento²⁵, além da sucateada rede ferroviária presente no ABC.

1.5.1. A Economia do ABC no Contexto dos Anos 80 e 90.

Como já analisado acima muitos foram os fatores que possibilitaram à região do ABC se constituir enquanto grande centro industrial, e igualmente muitos foram, ou são, os fatores que fazem com que essa região venha perdendo participação relativa na produção industrial brasileira nas últimas décadas, sobretudo nos anos 90. Poderia se afirmar que a crise industrial do ABC apresenta dois momentos distintos. Um primeiro, que vai até o final dos anos 80, quando se esgota o padrão de industrialização via substituição de importações e as políticas de desconcentração industrial são implementadas em São Paulo e em algumas

município de São Bernardo do Campo tem 70% de seu território localizado em área de preservação, o município de Santo André tem 60% de sua área comprometida com a região delimitada como de proteção ambiental, e somente os municípios de Mauá e Diadema apresentam pouco comprometimento de seus territórios, com 19% sob área de proteção ambiental somente. Nessa região definida como área de proteção ambiental, se encontra o reservatório da Represa Billings, responsável pelo abastecimento de aproximadamente 17 milhões de pessoas. (Semasa, 1991).

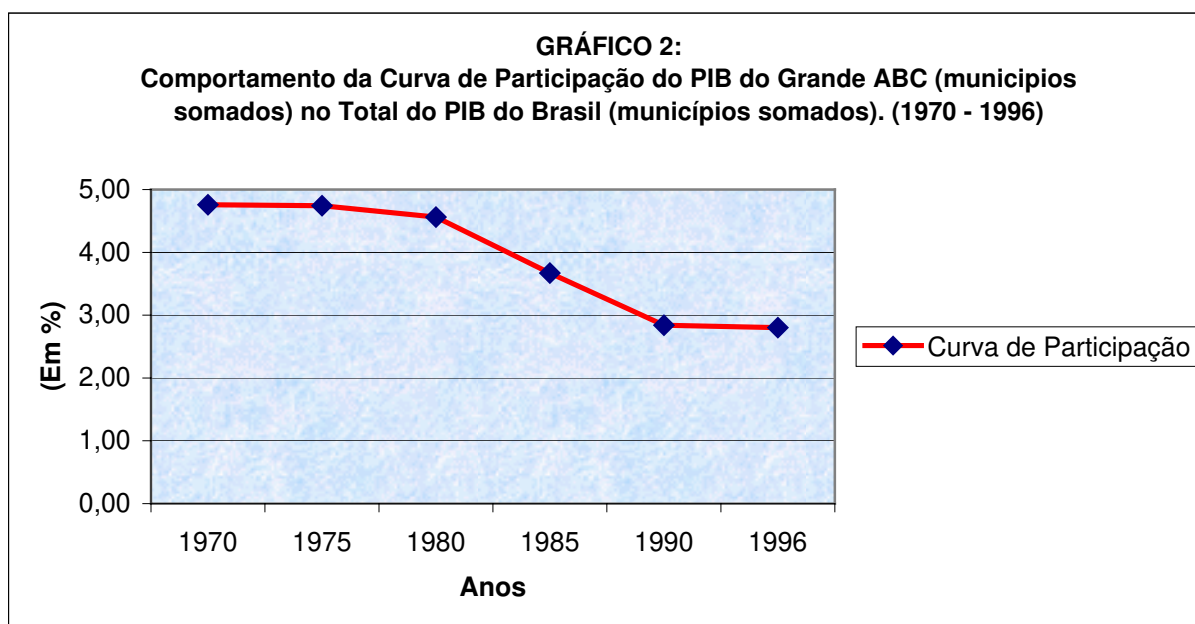
²⁴ Estudos já indicam uma possível morte do rio Tamanduateí.

²⁵ Grande parte desse problema poderia, ou poderá, ser resolvida com a concretização do Rodoanel, em seu trecho leste que possibilitara uma saída para regiões do ABC, principalmente Santo André, Mauá e São Caetano do Sul, ao círculo rodoviário, possibilitando que indústrias dessas localidades deixem de utilizar e enfrentar os problemas de saturamento das vias que cortam a grande São Paulo.

outras regiões brasileiras. Um segundo, que se inicia nos anos 90, com a liberalização comercial e financeira²⁶ e a política de combate à inflação iniciada em meados da década, somados às novas transformações estruturais na economia mundial.

O resultado dessas transformações acima descritas foi que os custos das externalidades negativas, que já nos anos 80 eram elevados no ABC, se tornaram ainda mais agravadas nos anos 90, levando as empresas da região a adotarem novos métodos de organização da produção que implicaram na drástica redução de postos de trabalho ou simplesmente a mudança para outras regiões do país²⁷.

Se tomarmos o estudo realizado pelo IPEA (2000), que procurou construir um demonstrativo do PIB municipal, pode-se observar a constante queda do PIB dos municípios que compõem o ABC no período da pesquisa.



Fonte: IPEA (2000).

²⁶ Segundo Oliveira Jr. (2000) a tarifa nominal média de importação que era em 1990 de aproximadamente 30%, com um desvio padrão de 15%, passa em 1995 a ser de 13,9%, com um desvio padrão de 9,5%, números que se mantêm em patamares até 2003, onde a tarifa média nominal se encontra em aproximadamente 13% e com um desvio padrão de 9% aproximadamente. Nesse desvio padrão se encontra desde ramos da indústria nacional ainda bastante protegidos, como a indústria automobilística, que apresenta uma tarifa média de importação de 35%, eletroeletrônicos com 20%, até ramos como o de bens de capital, com uma tarifa média de 12%. Já com relação à abertura financeira, destaca-se o processo de internacionalização bancária e a maior flexibilidade na entrada e saída de capitais do país.

²⁷ O mercado de trabalho na região do ABC é objeto de análise no capítulo 2 nesse trabalho.

Pelo gráfico acima se pode observar uma queda bastante acentuada, entre 1970 e 1996, da participação do PIB do ABC (somando-se todos os municípios que compõem a região) no total Brasil, se restringindo de 4,76% em 1970 para 2,80% em 1996.

Nos anos 90 esse processo de “fuga” de empresas da região do ABC, particularmente ligadas ao ramo de material de transportes, se intensifica, resultado de um processo de desconcentração econômica que se inicia já nos anos 60 e 70, mas que ganha forte impulso a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90, quando a abertura econômica se concretiza obrigando as empresas a se submeterem e se enquadrarem a uma nova realidade de concorrência empresarial. Assim, as empresas passam a buscar e implementar novas estratégias de gestão, bem como a construir novos espaços considerados por elas mais adequados às suas capacitações. Assim, a busca passa a ser pelo aumento contínuo dos níveis de produtividade, como visto acima, com achatamento salarial e redução do quadro de funcionários.

Nesse sentido, pode-se, a exemplo do que propõe Conceição (2001) e Cerqueira Sila (1994), dividir os vetores de atuação das forças que estariam levando a uma possível “desindustrialização” do ABC em um vetor macroeconômico, ou externo, e um vetor microeconômico, ou interno.

O macroeconômico, diz respeito basicamente à política de abertura comercial e à política de combate a inflação nos anos 90. Somados à expansão do mercado nacional, a melhora da infra-estrutura em outras regiões do país e as vantagens fiscais oferecidas por outras regiões (que veremos a seguir). O vetor microeconômico ou interno, diz respeito à adoção de novas formas de produção, cujo objetivo central se constitui na busca incessante pela redução de custos e pelo aumento da produtividade (em um contexto local de elevado custo e mesmo ausência de terrenos disponíveis, forte atuação sindical e impositivas restrições ambientais (já apontadas acima)²⁸. Nesse campo, dos fatores internos ou

²⁸ Com relação às mudanças organizacionais, o que caracteriza o setor industrial será um movimento em direção à refocalização e o *downsizing* nas linhas de produção, ou seja, o fechamento de linhas de produção e a identificação do *core business* da empresa. Apenas para se ter uma idéia da dimensão da busca pela redução de custos e aumento dos níveis de

microeconômicos, Klink (2001: 149) destaca cinco estratégias adotadas pela maioria das empresas: (a) o enxugamento das escalas de produção, de modo a lograrem maiores rendimentos, a partir de uma menor utilização de capacidade; (b) aumento das importações de insumos, ou mesmo a substituição total por importados, em função da valorização cambial que favorecia a importação; (c) desativação de linhas de produção, bem como de produtos, visando à concentração em atividades produtivas de maior competitividade; (d) maior rigor na escolha de fornecedores; (e) implementação de processos de desverticalização e de subcontratação, objetivando a descentralização de custos e riscos para toda a cadeia produtiva.

Logo, será no bojo desse processo que ganhará impulso a chamada guerra fiscal entre Estados e entre municípios, principalmente nos anos 90, impactando fortemente nas regiões mais industrializadas do país, sobretudo aquelas que já apresentavam um ambiente com fortes deseconomias, como a região do ABC Paulista.

1.5.2. A Guerra Fiscal e suas Conseqüências para o ABC Paulista.

Como destacado acima, muitos seriam os fatores causadores de um possível movimento de evasão industrial na região do ABC. A “guerra dos lugares” e seus famosos “leilões por vantagens locais” tiveram papel destacado. Esta disputa realiza-se com a concessão dos mais variados benefícios e incentivos fiscais²⁹, por parte de municípios e Estados, a empresas privadas que estão à procura de novos locais para a realização de seus investimentos.

produtividade, no ramo de autopeças Conceição (2001: 142) aponta que entre 1992 e 1999, de uma amostra de 127 empresas localizadas na Região do ABC, as empresas que possuíam ou estariam em vias de possuir a classificação ISO 9000 passam de 58% para 93% no período; que realizavam qualificação de fornecedores passam de 60% para 85%; que implementavam controle estatístico de processo, de 74% para 81%; que implementavam *benchmarking*, passam de 36% para 78%; *just-in-time* ou *kanban*, de 46% para 65%; que implantavam *lay-out celular*, de 50% para 81%; e que implantavam mecanismos de manutenção produtiva total, de 40% para 63%. Em resumo, o que as indústrias passam a perseguir é um sistema de produção flexível e enxuto, com forte terceirização.

²⁹ Esses benefícios vão desde a doação de terrenos para a instalação de nova unidade empresarial, até a realização de benfeitorias nesses terrenos ou em outros escolhidos pelas

Neste contexto, tendo a região do ABC acumulado algumas deseconomias de aglomeração³⁰, a chamada guerra fiscal acaba por afetar ainda mais diretamente essa região, principalmente quando essa disputa envolveu o setor automotivo, segmento produtivo no qual está sustentada grande parte da indústria local.

Dentre os diversos segmentos industriais que mais se beneficiam da guerra fiscal está o setor automotivo. Como a economia do ABC está sustentada em grande parte pelo ramo de materiais de transporte, o impacto desse comportamento competitivo acaba por afetar pesadamente a região. A esse respeito pode-se observar no quadro abaixo o comportamento dos mais recentes investimentos realizados pela indústria automotiva no Brasil. Nela pode-se observar claramente a descentralização que vem ocorrendo nos últimos anos nos investimentos nessa indústria.

empresas, como terraplanagem, construção de alguma infra-estrutura no local, como Estradas de acesso, etc. Já os incentivos fiscais se dão sobretudo nos impostos ISS (Imposto sobre Serviços), recolhidos pelos municípios, e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), recolhidos pelos Estados.

³⁰ Deseconomias de aglomeração são aquelas em que as vantagens comparativas e externalidades positivas de um contexto região altamente industrializado e urbanizado passam a não mais operarem. Muito embora a alta aglomeração industrial possa prover benefícios para a indústria nela situada, muitas vezes essa aglomeração passa a apresentar uma série de problemas cumulativos, que vão desde altos custos ambientais (já que uma inexorável degradação ambiental passa a se apresentar nessas aglomerações), resultado da própria atividade industrial, até problemas decorrentes de elevada urbanização, como problemas de infra-estrutura básica de transporte para o escoamento da produção, entre outros.

QUADRO 2: Distribuição dos Novos Investimentos da Indústria Automobilística no Brasil. (1996 – 2001)

Localização	Empresa	País de Origem	Data do Investimento	Investimento Planejado (em milhões de dólares)	Capacidade Anual de Produção Planejada
Região Metropolitana de São Paulo					
São Bernardo do Campo	BMW/Rover	Alemanha	1998	150	15000
Restante do Estado de São Paulo					
São Carlos*	Volkswagen	Alemanha	Em operação	250	300000
Mogi das Cruzes**	GM	EUA	Em fase de concretização	150	---
Indaiatuba	Toyota	Japão	1999	150	15000
Sumaré	Honda	Japão	Em operação	100	30000
Itu	Kia	Coréia do Sul	Em fase de concretização	50	10000
Bahia					
Camaçari	Ford	EUA	2000	1300	250000
Goiás					
Catalão	Mitsubishi	Japão	1998	35	10000
Paraná					
São José dos Pinhais	Renault	França	1999	750	100000
São José dos Pinhais	VW/Audi	Alemanha	1999	600	120000
Campo Largo*	Chrysler/BMW	EUA/Alemanha	2000	600	400000
Campo Largo	Chrysler	EUA	1998	315	12000
Minas Gerais					
Juiz de Fora	Daimler	Alemanha	1999	820	70000
Betim*	Fiat	Itália	1998	500	500000
Sete Lagoas	Iveco	Itália	1998	250	20000
Belo Horizonte	Fiat	Itália	1999	200	100000
Rio de Janeiro					
Porto Real	Peugeot	França	2000	600	100000
Resende	Volkswagen	Alemanha	Em operação	250	50000
Rio Grande do Sul					
Gravataí	GM	EUA	1999	600	120000
Caxias do Sul	Navistar	EUA	1998	50	5000

Fonte: ARBIX, G. (1999) – p.12.

Notas:

(*) – Planta de Montagem.

(**) – Planta de Autopeças.

Observa-se pela tabela acima que de um total de mais de US\$ 7 bilhões investidos na indústria automotiva nacional, somente US\$ 850 milhões foram investidos no Estado de São Paulo, sendo que desses, somente 150 milhões foram investidos no parque automotivo do ABC, ou 2% aproximadamente do total de investimentos realizados no país.

O resultado desse processo pode ser observado também pelos números da produção de veículos no Brasil.

TABELA 19: Evolução da Produção de Veículos no Brasil e no ABC entre 1975 e 1997. (Em 1.000 Unidades)

Anos	ABC	Brasil	ABC/Brasil (%)
1975	692.530	930.235	74,4
1980	651.914	1.165.174	55,9
1985	486.726	966.708	50,3
1990	336.665	914.466	36,8
1995	1.188.412	1.629.008	36,5
1997	1.283.712	2.069.703	31,0

Fonte: Leite (2001: 07).

Assim, observa-se claramente o quanto a região do ABC perdeu importância relativa no quantum da produção automotiva brasileira. Sua participação que chegou a ser de 74,4% em 1975, se reduziu a menos da metade em 1997, com uma participação relativa de 31% do total de veículos produzidos no Brasil.

Fortalecendo o movimento de uma possível fuga de indústrias do ABC, muitos estudiosos da região destacam o peso do chamado fator “custo ABC” nesse processo, como já apontado anteriormente.

1.5.3. Os Argumentos Favoráveis e Contrários à tese da Desindustrialização

O resultado dessa profunda transformação econômica a quem vem sofrendo o ABC ao longo desses últimos 20 anos, mas principalmente a partir dos anos 90, tem resultado num grande debate se há ou não um processo de desindustrialização em curso na região.

Inúmeros são os argumentos favoráveis ou contrários a essa tese. De forma geral esses argumentos podem ser elencados da forma como se encontra no quadro abaixo.

QUADRO 3: Argumentos favoráveis e contrários à tese da “desindustrialização” do ABC Paulista.

<i>Argumentos Favoráveis</i>	<i>Argumentos Contrários</i>
• Redução no número de postos de trabalho no setor industrial, • Queda no índice de participação dos municípios do ABC no ICMS do Estado de São Paulo, • Queda nominal do VAF, • Perda de participação no PIB, • Queda no potencial de consumo.	• A crise do mercado de trabalho apresentada na Região não representaria um declínio do potencial industrial do ABC, • A indústria do ABC apresenta, de forma geral, um desempenho inovador superior às demais regiões do Estado de São Paulo, • A participação relativa da Indústria de Transformação do ABC no VAF gerado pela indústria paulista se manteve estável ao longo dos últimos 20 anos.

Fonte: Elaboração própria, a partir de análises apresentadas nos diversos trabalhos acadêmicos sobre a região.

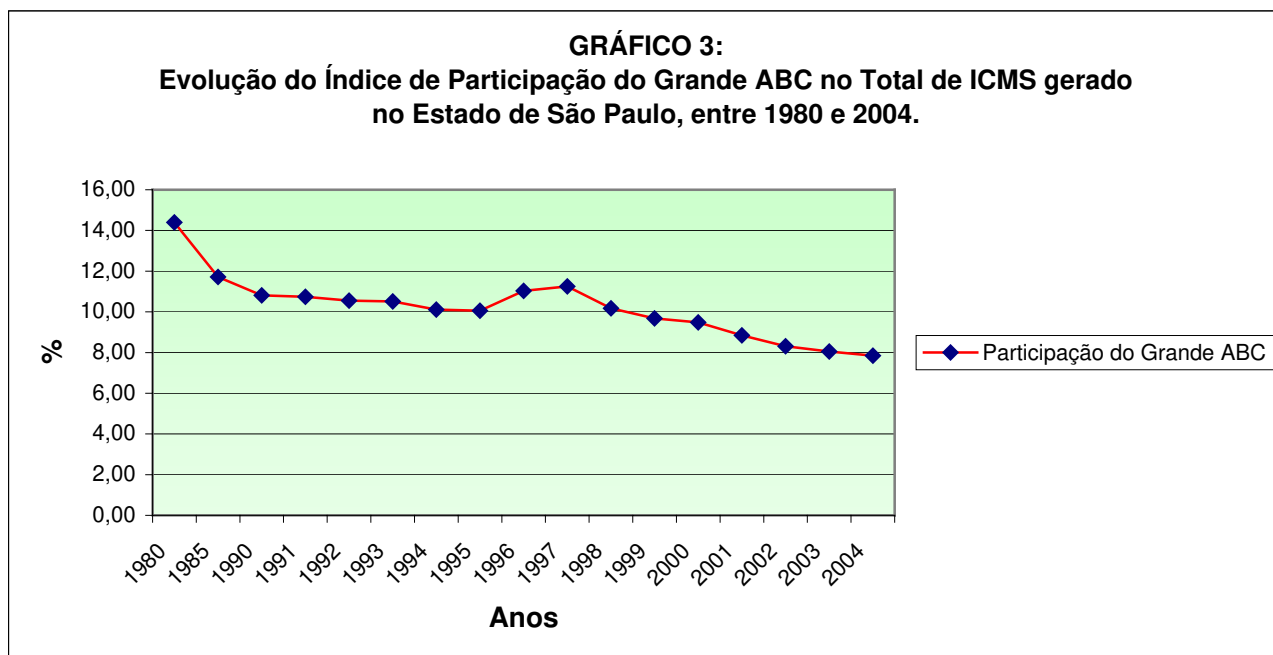
Como se pode observar pelo quadro acima, a partir de muitos prismas pode-se debruçar sobre a realidade econômica do ABC. Contudo, não se pode, negar que grande parte dessas variáveis apresentadas como indicadores do processo de “desindustrialização” se mostram extremamente negativas para o ABC. Como já visto nos tópicos anteriores, de fato, a evolução nominal do VAF industrial gerado pela indústria do ABC apresenta uma queda, de aproximadamente 13%; igualmente o mercado de trabalho apresentou entre 1990 e 2003 uma eliminação de quase 94 mil postos de trabalho no setor industrial³¹; o PIB municipal igualmente apresenta uma queda significativa de participação, como visto acima segundo estudo do IPEA, onde os municípios do ABC amargam uma redução em sua participação relativa da ordem de aproximadamente 43% caindo de 4,76% para 2,80% entre 1970 e 1996.

Outra variável que apresenta forte retração é o Índice de Participação dos Municípios do ABC no ICMS do Estado. Sua importância reside no fato de que do total de ICMS gerado no Estado 25% da arrecadação é destinada aos municípios, e a fatia a que cada município tem direito é representada por esse índice, que corresponde ao total de VAF gerado no município³². Logo, como o VAF apresenta

³¹ Como apontado anteriormente na nota de rodapé 40.

³² Em resumo, esse índice é construído a partir do VAF gerado em todo o Estado, a partir desse VAF global os governos estaduais distribuem a parcela do ICMS recolhido aos municípios. Assim, de todo o ICMS recolhido pelos cofres estaduais, 25% é distribuído aos mais de 600 municípios. Desse montante, isto é, dos 25% que competem aos municípios, o Valor Adicionado influi com

uma tendência decrescente, como colocado acima, igualmente o repasse aos municípios do ABC vem sofrendo ao longo da última década uma forte retração, o que acaba por impactar negativamente nas finanças dos diferentes municípios, o que será objeto de análise no próximo capítulo. O gráfico abaixo ilustra o comportamento desse índice para o ABC (municípios somados) nos últimos anos. Vejamos:



Fonte: SEADE, 2005.

Logo, como se pode observar no gráfico acima, esse índice apresenta uma retração de quase 50% entre 1980 e 2004³³, com uma queda de 14,39% em 1980 para somente 7,85% em 2004. Já se tomarmos somente o período a partir do ano de 1990, essa queda fica em torno de 30%, com uma retração de 10,81% em 1990 para 7,85% em 2004.

Entretanto, não podemos tomar essas observações isoladamente para afirmar a existência, ou não, de um processo de “desindustrialização” no ABC,

76% de peso relativo. Logo, quem mais gera VAF, mais recebe de ICMS, que se constitui na mais importante fonte de receita municipal.

³³ O índice para 2004 está colocado como projeção realizada pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, e disponibilizada pela Fundação SEADE no site www.seade.gov.br.

mas também levar em conta outras variáveis, tais como a dinâmica de inovações na indústria local, o comportamento dos demais segmentos econômicos, etc.

Em resumo e como considerações finais a esse capítulo pode-se pensar a partir das reflexões postas acima que, a região do ABC não sofre de uma profunda crise industrial, ou de outra forma, o ABC não perdeu importância industrial relativa (visto que as participações relativas da indústria do ABC, em termos de VAF, seja para a região metropolitana de São Paulo ou no próprio Estado de São Paulo em seu conjunto não se alteraram muito ao longo dos anos noventa), mas sim outras regiões antes com baixo desenvolvimento industrial passaram a apresentar um nível de “industrialização” que avançou ao longo dos anos noventa fundamentalmente³⁴. Deve-se, contudo, salientar que, a utilização do VAF como variável de análise apresenta uma série problemas, visto que se trata de uma mera medida estatística, entretanto dado sua origem fiscal e sua importância para a repartição do Imposto sobre Mercadorias e Serviços, o ICMS, entre os municípios, o VAF pode apresentar de sonegação e manipulação por parte dos municípios, que muitas vezes contestam seus valores. Entretanto há que salientar que se trata da única medida estatística de desempenho econômico de abrangência municipal e capaz de captar transformações nos diferentes setores e ramos da atividade econômica³⁵.

Que pese os problemas apresentados acima com relação a utilização do VAF como medida tomada isoladamente, no próximo capítulo analisaremos o comportamento de outras variáveis, tais como: índice de inovação industrial para a indústria do ABC, o comportamento dos coeficientes locacionais³⁶, os dados referentes aos novos investimentos anunciados para a Região do ABC, bem como a destinação desses investimentos, entre outras. O comportamento dessas demais variáveis se torna indispensável assim, para uma melhor análise do comportamento da economia do ABC na última década.

³⁴ Segundo análise da PAEP – Pesquisa da Atividade Econômica Paulista de 2001, a região do ABC ainda concentra sozinha cerca de metade da produção do setor automobilístico do Estado de São Paulo, ou 54% da produção estadual nesse setor.

³⁵ SILVA, S. L. Crise e Ajuste da Indústria da Grande São Paulo – 1980/1993: Um Estudo do Caso da Região do ABC. Dissertação de Mestrado. IE/Unicamp, 1994. p.38.

Contudo, não se pode deixar de lado que esse aparente declínio industrial traz em seu bojo a necessidade de se “ocupar” o espaço deixado pela indústria. Nessa esteira se observa um forte desenvolvimento do setor de serviços na região do ABC, que se desenvolve no ambiente proporcionado pela própria indústria local que ao pagar elevados salários proporciona à região um poder de compra superior ao de muitos Estados da federação inclusive. Porém, não se pode negar que mesmo esse desenvolvimento do setor de serviços (e de comércio) apresenta uma série de problemas que podem no futuro prejudicar o seu avanço. O primeiro deles trata-se da proximidade da região do ABC com a capital São Paulo, centro de convergência das principais atividades do segmento de serviços. Outro problema a ser enfrentado é que a própria evasão industrial, que apesar dos dados acima não pode ser negada, representa uma perda de massa salarial na região, visto que o setor de serviços não possibilita aos trabalhadores desse setor uma remuneração equivalente ou mesmo próxima a do setor industrial³⁷.

³⁶ O Coeficiente Locacional se constitui em uma medida construída a partir de dados de VAF e é utilizado para se avaliar o grau de concentração industrial em uma determinada região.

³⁷ A empresa de consultoria Target Marketing que realiza uma pesquisa nacional de poder de consumo das diferentes regiões, e através dela cria um Índice de Potencial de Consumo (IPC) registrou que entre 1991 e 2001 o IPC da região do ABC apresentou uma retração de aproximadamente 7,6%, ou seja, a participação do IPC regional no IPC nacional registrou uma queda de 2,904 para 2,220, ou em termos monetários, um encolhimento de 10,904 bilhões de dólares em 1991 para 8,3 bilhões de dólares em 2001. (Revista Livre Mercado, 2001).

CAPITULO 2

A DINÂMICA ECONÔMICA DO ABC PAULISTA NOS ANOS 90: EM DIREÇÃO A UM PROCESSO DE “DESINDUSTRIALIZAÇÃO”?

No capítulo anterior realizamos uma breve caracterização da formação histórica e do desenvolvimento recente do ABC, destacando o processo mais geral de concentração espacial da indústria brasileira na Região Metropolitana de São Paulo, e no ABC de forma particular. Vimos como evoluíram os dados de agregação de valor industrial no ABC, desde os anos 80 até o ano 2001, e como os diferentes ramos industriais se comportaram ao longo desse período. No presente capítulo vamos analisar o comportamento dos principais indicadores acerca das potencialidades econômicas existentes na região, assim como o comportamento dos índices de coeficiente locacional; os processos de inovação de sua indústria; os fatores decisivos para a instalação e/ou transferência de unidades fabris (ou de fases do processo produtivo) no ABC.

Também serão destacados nesse capítulo, a evolução do setor de serviços e de comércio nos anos 90; as transformações ocorridas no mercado de trabalho formal e os rebatimentos nas finanças públicas dos municípios do ABC, face à nova realidade econômica dos anos 90.

2.1. A Dinâmica dos Principais Ramos Industriais do ABC nos anos 90.

Como já mostrado no capítulo anterior, podemos destacar dois ramos industriais como sendo os de maior relevância na estrutura produtiva do ABC: o de material de transporte, que em 2001 apresentou uma participação relativa de aproximadamente 32% no VAF industrial estadual, e um peso de 33% na estrutura industrial local; e o ramo de produtos químicos, que apresentou uma participação relativa de aproximadamente 20% no total do VAF industrial estadual, com uma participação relativa de quase 16% na estrutura produtiva no ABC.

Dessa forma, faremos a seguir uma breve caracterização desses dois ramos industriais, tão fortemente presentes e importantes para a estrutura e a dinâmica industrial da região.

2.1.1. Material de Transporte.

A indústria de material de transporte, composta basicamente pelas montadoras de veículos e pelas indústrias de autopeças e borracha, sofreu duramente com o processo de abertura comercial imposto à economia brasileira ao longo dos anos 90³⁸. Nesse período, a participação da produção das montadoras localizadas no ABC se reduziu em mais de 50%, (como visto na tabela 21 no capítulo anterior), reduzindo de 74% para somente 31%, entre 1975 e 1997³⁹. Muitas empresas desse segmento, sobretudo as empresas de autopeças, passaram por profundas mudanças com desnacionalizações, aquisições e fusões, e mesmo encerramento de atividades⁴⁰. O quadro 4 abaixo ilustra a composição do setor industrial de autopeças no ABC, a partir de aquisições, em sua grande parte, que ocorreu nos anos 90.

³⁸ Entre 1990 e 1994, auge da abertura comercial, a tarifa de importação sobre veículos de passageiros passou de 85% para 34,3%, e a tarifa de importação para peças, acessórios e equipamentos de transporte, de 39,1% para 18,6%, nesse mesmo período.

³⁹ Que pese a produção de veículos ter crescido em 85% entre 1990 e 1997 no ABC, nas demais regiões do país esse crescimento foi de 122% no mesmo período, ou seja, embora a produção do ABC continue forte e em crescimento ela perde participação na produção nacional, o que já seria esperado visto a desconcentração industrial no setor de material de transporte que avança fortemente nos anos 90, como já colocado anteriormente.

⁴⁰ Segundo Conceição (2001: 187), nos anos 90 destacam-se o fechamento de aproximadamente 42 estabelecimentos industriais do segmento de autopeças, que juntos respondiam por 18.800 empregos respectivamente, o que correspondia a quase 20% de toda mão-de-obra empregada nesse ramo em todo o Estado de São Paulo em 1999. Também foram muitas as empresas de autopeças da região que acabaram se tornando cooperativas de produção, geridas normalmente por ex-funcionários da empresa falida. Destacam-se como “empresas cooperativas” a Cooperautex, produtora de revestimento termoacústico para veículos; e a Conforja, produtora de peças forjadas. A própria margem de rentabilidade operacional das empresas de autopeças no Brasil, definida como sendo o percentual de lucros ou perdas antes das receitas e despesas financeiras, apresentou uma queda de 87,5% aproximadamente. (Conceição, 2001: 123) No campo das montadoras a perda de empregos entre 1979 e 1999 chega a aproximadamente 72%, reduzindo-se de 127 mil empregos para 35 mil aproximadamente no período. Contudo grande parte dessa redução deve-se a novas tecnologias de produção, principalmente o avanço da robótica nas linhas de montagem, e não somente a redução da produção na região do ABC.

Quadro 4: Principais Indústrias do segmento de autopeças e pneumáticos presentes no ABC nos

Empresa	Produção	Município
Brigstone	Pneus	Santo André
Dana Industrial - Nakata	Componentes do sistema de Direção e suspensão	Diadema
Dana - Echlin	Sistemas de fluidos e freios	Diadema
Dura Automotive Systems	Peças de transmissão, pedais e cabos	Mauá
Delphi Automotive Systems	Centro técnico	S. C. Sul
Federal Mogul	Faróis, lanternas	Diadema
Illbruck	Revestimento acústico	S. B. Campo
Johnson Controls Automotive	Bancos e interiores veiculares	S. B. Campo
Lear Corporation	Bancos e interiores veiculares	Diadema
Mahle	Sistemas de potência	S. B. Campo
Magneti Marelli - Cofap	Sistema de suspensão e de tração	Mauá
Saint - Gobain Sekurit	Vidros	Mauá
TWE	Espumas para assentos	S. B. Campo
Valeo	Divisão de distribuição	S. B. Campo

anos 90.

Fonte: Conceição (2001: 188).

O quadro acima evidencia a política de *flow sourcing* posta em prática pelas montadoras que consiste na instalação próxima a elas das linhas de montagem das empresas produtoras de autopeças, consideradas suas fornecedoras globais. (Conceição, 2001)

Inúmeras foram as inovações organizacionais postas em prática por parte de grande parte do segmento da indústria de autopeças. Dentre essas, destacam-se segundo Conceição (2001, 71/72) as seguintes: (a) métodos do tipo *just-in-time*, para redução de estoques e custos; (b) sistemas *kanban*, para melhora na gestão de fluxos de materiais e componentes; (c) células de produção, com grupos de trabalho semi-autônomos e outros sistemas participativos, para melhora do aproveitamento de equipamentos e recursos humanos; (d) mini – fábricas, visando a organização da empresa por tipo de processo; (e) programas de qualidade total para produtos e processos; e (f) automação.

Esse processo de reestruturação industrial provoca o avanço da desnacionalização que atinge o segmento nos anos 90. A tabela 22 abaixo ilustra a evolução da participação relativa de cada categoria de controle acionário na indústria de autopeças no Brasil, nos anos 90. Vejamos:

Tabela 22: Evolução das indústrias de autopeças no Brasil, por capital de controle, entre 1990 e

Controle Majoritário/Anos	1990	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Capital nacional	72,40	72,70	73,30	74,50	75,10	71,00	69,10	66,90	60,80
Capital majoritário nacional	14,10	13,30	12,70	5,20	5,40	4,10	4,80	3,30	3,00
Capital estrangeiro	8,60	9,00	8,90	15,50	15,10	16,10	17,90	2,70	26,90
Capital majoritário estrangeiro	4,90	5,00	5,10	4,80	4,40	7,60	7,20	7,60	7,00
Capital misto	---	---	---	---	---	1,20	1,00	1,50	2,30
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

1999.

Fonte: Conceição (2001: 159).

Como se pode observar pelos dados apresentados na tabela acima, ao longo da última década, o segmento de autopeças sofreu um profundo processo de desnacionalização, com as empresas controladas por capital nacional reduzindo sua participação no setor de 72,4% para 60,8% entre 1990 e 1999, aumentando em contrapartida a participação de capitais estrangeiros, que passam de 8,6% em 1990 para quase 27% em 1999.

Já no que se refere à distribuição espacial da indústria de autopeças no Brasil, observa-se uma desconcentração da produção da cidade de São Paulo e do ABC, em direção ao interior do Estado de São Paulo, outros municípios da RMSP e principalmente outros Estados, como pode ser observado pela tabela 23 abaixo.

Tabela 23: Evolução da Distribuição Geográfica das Empresas de Autopeças Associadas ao Sindipeças. (Em %)

Regiões/Anos	1991*	1999**
Cidade de São Paulo	38,9	28,7
Interior do Estado de São Paulo	17,2	18,7
ABC	18,4	16,4
Restante da Grande São Paulo	16,2	17,6
Outros Estados	9,3	18,6

Fonte: Leite (2001: 27).

Nota:

(*) – 506 Unidades Industriais.

(**) – 550 Unidades Industriais.

Nota-se um crescimento de 100% nos outros Estados. Pode-se auferir que grande parte desse movimento se deve fundamentalmente ao processo de desconcentração da própria indústria automotiva, que nos anos 90 investiu e/ou transferiu grande parte de sua produção ou linhas de produção para outras regiões fora de São Paulo (como visto no quadro 2, no capítulo anterior),

estimulando a desconcentração dos fornecedores de peças, no âmbito da política de *flow sourcing*, como visto acima.

Entretanto, deve-se destacar como aponta Conceição (2001), que a partir de 1994, o número de empresas do ramo autopeças se manteve praticamente estável, e com um relativo ganho, conforme pode ser observado pela tabela 24 abaixo. Vejamos:

Tabela 24: Evolução do número de estabelecimentos industriais no ramo de autopeças na região do ABC, entre 1994 e 1999.

Subatividades/Anos	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Baterias e acumuladores p/ veículos	6	5	4	3	4	3
Mat. Elétrico (excl. baterias)	12	12	10	6	9	10
Sistema de Motor	16	17	15	20	18	19
Sistemas de Marcha/Transmissão	3	5	3	3	2	4
Sistema de Freios	5	6	4	6	7	4
Sistema de Direção e Suspensão	5	6	7	9	11	8
Peças/Assec. de Metal não classific.	96	102	113	122	110	111
Subtotal	143	153	156	169	161	159

Fonte: Conceição (2001: 182).

Deve-se contudo, salientar que, esse ganho no número de empresas de autopeças no ABC está relacionado a um aspecto mais geral desse segmento industrial que é o fato de que em todo o país houve nesse período um crescimento no número de estabelecimentos industriais de autopeças, como aponta Conceição (2001: 166), com um aumento de 70% aproximadamente no número de empresas, que passaram de 1826 em 1994 para 3160 em 1999.

Desse total somente no Estado de São Paulo, houve um crescimento de 1122 indústrias em 1994 para 1664 em 1999. Visto que o ABC ainda se constitui como grande centro industrial automobilístico, seria de se esperar esse crescimento, ainda que com redução no número de empregos.

Por fim, cabe destacar a evolução salarial apresentada no segmento automotivo no ABC nos anos 90. A tabela 25 abaixo ilustra o comportamento dessa variável no período. Vejamos:

Tabela 25: Evolução salarial no setor automotivo no ABC, entre 1988 e 1999. (Com base em

D a t a	M o n t a d o r a s	A u t o p e ç a s
a b r / 8 8	8 3 , 4	8 3 , 4
d e z / 8 8	8 3 , 5	8 3 , 5
a b r / 9 2	5 7 , 6	3 7 , 9
d e z / 9 2	6 6 , 4	5 2 , 5
a b r / 9 5	7 3 , 1	5 8 , 7
d e z / 9 5	7 0 , 4	5 8 , 6
a b r / 9 7	6 8 , 2	5 7 , 7
d e z / 9 7	6 7 , 0	5 9 , 0
a b r / 9 9	6 6 , 2	5 8 , 0

01/abril/1988 = 100)

Fonte: Leite (2000: 18).

Como pode ser visto acima, o movimento de desconcentração na indústria automotiva que atinge o ABC nos anos 90, implica em pesadas perdas salariais aos empregados nesse ramo, o que pode ser explicado pela perda de poder de pressão dos sindicatos nesse período, frente ao crescimento do desemprego na região, com fechamento de aproximadamente 35 mil entre 1990 e 2003⁴¹.

O custo salarial mais baixo em outras regiões também acabou por pressionar para baixo os salários do ABC⁴².

2.1.2. Química/Petroquímica.

O segmento da indústria química se apresenta como outro ramo extremamente importante para a estrutura industrial do ABC. Seu crescimento data de 1972 quando da constituição do Pólo Petroquímico instituído a partir da inauguração da Petroquímica União, localizada na divisa entre os municípios de Santo André e Mauá, sendo a primeira no país. Sua constituição se deu no âmbito do processo de industrialização brasileira, que apresentava uma demanda crescente por produtos intermediários. Será justamente em função desse fato, que a região do ABC será escolhida para a instalação da Petroquímica União, ou seja, à proximidade do maior mercado consumidor, o parque industrial e consumidor de São Paulo.

⁴¹ RAIS/MTB, 2004.

⁴² Na região do ABC o custo da hora trabalhada nas montadoras é praticamente o dobro de outras regiões. Por exemplo: enquanto na Ford do BAC o custo por hora trabalhada é de US\$ 14, na

Entretanto, em que pese seu pioneirismo, sua participação na produção nacional de eteno situa-se hoje na casa dos 21%, contra 29% do Pólo Petroquímico de Triunfo no Rio Grande do Sul; e 50% do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. SEBRAE/IE-UNICAMP (1998).

Apesar de sua importância para a região metropolitana de São Paulo, aponta Leite (2000: 19) que a instalação do pólo não teria sido guiada por um planejamento logístico adequado, quando comparado aos outros dois pólos, o que lhe imporia limitações quanto à sua expansão e ao abastecimento para determinadas empresas, que apesar de se localizarem “ao lado” do pólo, necessitam utilizar gasodutos para seu abastecimento. Esse fato, se daria em função de que sua instalação teria sido realizada sem um planejamento que articulasse empresas produtoras e consumidoras.

A tabela 26 abaixo ilustra a evolução do faturamento desses três pólos petroquímicos. Vejamos:

Tabela 26: Comportamento do faturamento líquido dos Pólos Petroquímicos de Camaçari, Triunfo e Capuava, entre 1990 e 1997.

Pólos/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
União - Capuava (SP)	nd	305757	316031	347050	447692	469365	382078	574379
Copene - Camaçari (BA)	871927	609742	795431	815440	1230329	1209552	1134049	1221505
Copesu - Triunfo(RS)	630000	487000	497000	394030	661196	677780	596546	757612

Fonte: Leite (2000: 19).

Como se observa da tabela acima, com base nos dados de faturamento líquido de cada pólo, o pólo de Capuava apresenta baixa produção. Contudo está programada uma expansão significativa em sua capacidade produtiva de gás⁴³.

Dentre os problemas enfrentados por esse pólo, destacam-se dois levantados pela pesquisa SEBRAE/UNICAMP (1998): (a) a baixa competitividade

fábrica de motores da Volkswagen em São Carlos é de US\$ 6,8, e na Fiat em Betim de US\$ 7,3. (Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC).

⁴³ Em setembro de 2004 foi anunciado a expansão da produção do Pólo Petroquímico de Capuava, com investimentos da ordem de 300 milhões de dólares dos quais 42 milhões serão destinados à construção do gasoduto que trará o gás de refinaria para a Petroquímica União a partir da Revap (Refinaria do Vale do Paraíba) e da Recap (Refinaria de Capuava). Os outros 258 milhões vão ser aplicados para a produção do eteno, por parte da Petroquímica União, e do polietileno, por parte da Polietilenos União. Espera-se gerar 10 mil empregos na cadeia de plásticos da região e 200 milhões de recursos tributários aos municípios da região. (Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – www.agenciaabc.com.br, setembro de 2004).

provocada pela baixa capacidade produtiva da Petroquímica União⁴⁴; e (b) a desarticulação existente entre as empresas do setor químico, sobretudo àquelas de terceira geração, do segmento de plástico.

Entretanto em que pese esses problemas de estrangulamento, a construção do pólo Petroquímico de Capuava, possibilitou a criação (e o crescimento) de uma vasta rede de indústrias químicas na região do ABC, chegando a se constituir na região um possível *cluster* de produtos plásticos, segundo a pesquisa SEBRAE/UNICAMP (1998). Nessa pesquisa levantou-se a existência de quase 600 empresas, distribuídas conforme o quadro abaixo. Vejamos:

Quadro 5: Número e distribuição de empresas ligadas ao segmento de plásticos no ABC, em 1998.

Municípios	Número de Empresas	Distribuição por Município (%)
Diadema	187	34,25
Mauá	166	30,40
São Bernardo do Campo	96	17,58
Santo André	57	10,44
São Caetano do Sul	25	4,58
Ribeirão Pires	14	2,56
Rio Grande da Serra	1	0,18
Total - Grande ABC	546	100,00

Fonte: Diagnóstico e Perspectiva das Cadeias Petroquímica e Automotiva no ABC, SEBRAE/UNICAMP, 1998.

Observa-se pela tabela acima uma concentração dessas empresas, pequenas e médias predominantemente, nas cidades de Diadema, Mauá, São Bernardo do Campo e Santo André, o que levou a construção de um Arranjo Produtivo Local, como veremos mais adiante.

A tabela abaixo ilustra a importância dos setores químico/petroquímico e de metal/mecânica (material de transporte fundamentalmente), segundo a participação desses segmentos no total de pessoal ocupado e no VAF gerado.

⁴⁴ Isso ocorre porque nesse setor produtivo as economias de escala se constituem de fundamental importância para a garantia de competitividade, especialmente nas empresas de primeira e segunda geração do segmento químico.

Tabela 27: Participação dos setores Metal/Mecânico e Químico/Petroquímico no total de pessoal ocupado e no valor adicionado gerado pelo setor industrial do Grande ABC.

Complexos e ramos de atividade econômica	1996		2001	
	% P.O.	% V.A.	% P.O.	% V.A.
Metal/Mecânico	53,17	57,85	52,71	56,48
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	27,42	38,7	32,47	40,11
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	7,75	8,45	6,42	5,97
Metalurgia Básica	7,72	4,14	4,73	5,32
Fabricação e produção de Metal (Excl. Máquinas e Equipamentos)	9,63	6,18	8,79	4,01
Fabricação de outros Equipamentos de Transporte	0,54	0,39	0,31	1,08
Químico/Petroquímico	24,16	26,15	23,82	32,58
Fabricação de Produtos Químicos	9,9	15,72	9,83	16,37
Fabricação e Refino de Petróleo e Álcool	0,25	0,4	0,22	7,63
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	10,44	7,65	11,13	7,29
Fabricação de Minerais Não - Metálicos	3,57	2,38	2,65	1,3
Material Elétrico/Eletrônico	6,95	5,62	4,83	2,96
Outras Indústrias	15,73	10,38	18,64	7,98
Total	100	100	100	100

Fonte: Observatório Econômico nº 6, ano 2, Santo André, dez. de 2004.

Com podemos observar, o setor metal/mecânico representa 57,85% de todo VAF gerado pelo setor industrial do ABC, bem como o setor químico/petroquímico que representa 26,15%.

Igual dimensão de peso desses dois setores é observada quando se considera o pessoal ocupado: o setor metal/mecânico emprega 53,17% e o setor químico/petroquímico emprega 24,16%, de todos os trabalhadores empregados na indústria.

2.2. O Comportamento do Quociente Locacional nos Diferentes Ramos Industriais no ABC a partir dos dados de VAF.

O Coeficiente Locacional se constitui em um índice construído a partir dos dados de Valor Adicionado Fiscal, sendo bastante utilizado para se avaliar o grau de concentração industrial em uma determinada região (Clemente, 1994). Sua construção é feita tomando-se a participação de um determinado ramo industrial X em uma determinada região Y e a participação desse mesmo ramo X em uma região maior, no caso, a região metropolitana de São Paulo e o Estado de São Paulo⁴⁵.

⁴⁵ Matematicamente esse índice pode ser representado como: $[VAF - \text{ramoX}(\text{ABC}) / VAF - \text{total}(\text{ABC})] / [VAF - \text{ramoX}(\text{RMSP ou ESP}) / VAF - \text{total}(\text{RMSP ou ESP})]$. Se o resultado dessa relação

Esse índice é bastante útil para nos apontar o comportamento dos principais segmentos industriais no ABC, no que confere à sua importância para a economia local. A tabela constante do ANEXO I ao final desse trabalho apresenta os dados de coeficiente locacional obtidos pelos diferentes ramos industriais do ABC, entre 1990 e 1998.

Os dados revelam que nesse período o segmento industrial tomado em seu conjunto, avança de 1,19 para 1,37 com relação à RMSP, e de 1,30 para 1,35 com relação ao Estado de São Paulo.

Tomando-se agora os ramos industriais isoladamente com relação à RMSP, nota-se uma queda generalizada nos coeficientes locacionais entre 1990 e 1998, com destaque para os ramos de metalurgia, cujo índice mostra uma retração de 1,07 para 0,92; material elétrico e de comunicações, cuja participação cai de 0,70 para 0,56; e por fim de produtos químicos, que encolhe sua presença no ABC de 1,89 para 1,44. Entretanto, destacam-se com relação à região metropolitana de São Paulo, nesse mesmo período, o crescimento dos ramos de material de transporte, cujo índice apresenta um crescimento de 2,05 para 2,39; e o ramo de produtos de borracha que apresenta um crescimento de 1,52 para 2,14.

Já com relação ao Estado de São Paulo, o comportamento dos coeficientes locacionais apresenta resultados bastante parecidos. Entre 1990 e 1998, observa-se igualmente uma queda em grande parte dos ramos industriais, porém com destaque para os ramos de metalurgia, cujo índice se contrai de 1,18 para 0,91; produtos químicos, cuja presença encolhe de 1,74 para 1,57; e de material elétrico e de comunicações que passa de 0,93 para 0,61. Por outro lado, destaca-se o crescimento do ramo de material de transporte, com crescimento de 2,33 para 2,71; material plástico, com expansão no índice de 1,16 para 1,26; e de produtos de borracha com acréscimo de 1,72 para 2,70.

Já para o ano de 2001, os coeficientes locacionais apresentaram alterações significativas como pode ser observado pela tabela abaixo.

for maior que 1, há especialização regional no segmento industrial analisado X, um resultado abaixo de 1 implica na não existência de uma especialização regional no segmento X.

Tabela 28: Comportamento dos Coeficientes Locacionais para a indústria do ABC com relação à indústria da região metropolitana de São Paulo e do Estado de São Paulo, segundo seus principais ramos, em 200 e 2001.

Ramos Industriais/Ano	RMSP		ESP	
	2000	2001	2000	2001
Metalurgia Básica - Não Ferrosos	2,02	2,14	2,06	2,24
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,85	0,75	1,36	1,18
Equipamentos Médicos, Óticos, de Automação e Precisão	0,42	0,44	0,66	0,68
Material de Transporte - Montadoras e Autopeças	2,36	2,56	2,65	2,85
Madeira	0,88	0,83	0,32	0,32
Móveis	0,89	1,02	1,13	1,17
Papel e Celulose	0,32	0,32	0,27	0,26
Artigos de Borracha	2,15	2,09	3,22	3,06
Couros e Calçados	0,17	0,30	0,06	0,12
Produtos Químicos	1,55	1,57	1,79	1,79
Combustíveis	1,45	1,16	0,43	0,39
Produtos Farmacêuticos	0,16	0,23	0,30	0,44
Produtos de Perfumaria e Cosméticos	1,70	1,49	3,06	3,17
Produtos de Plástico	0,98	1,02	1,31	1,46
Têxtil	0,44	0,48	0,47	0,48
Vestuário e Acessórios	0,27	0,27	0,50	0,49
Produtos Alimentícios	0,46	0,42	0,22	0,17
Edição, Impressão e Gravações	0,22	0,20	0,47	0,44
Reciclagem	0,78	0,21	0,66	0,09
Diversas	0,52	0,53	0,68	0,73
Total da Indústria	1,45	1,68	1,24	1,45

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados de VAF da SEADE/2004.

Podemos observar que para os anos de 2000 e 2001, tomando-se o setor industrial em seu conjunto os coeficientes locacionais alcançados evidenciam uma forte concentração industrial na região do ABC, como já seria esperado, apresentando inclusive um aumento no coeficiente junto à região metropolitana de São Paulo que atinge em 2001 o índice de 1,68 ante os 1,19 alcançados em 1990, o mesmo ocorre com relação ao Estado de São Paulo, no qual o índice de coeficiente locacional apresenta um crescimento de 1,30 para 1,45 entre 1990 e 2001.

Já com relação aos ramos industriais, como já seria esperado, observa-se uma forte concentração no ABC nos ramos de material de transporte, produtos

químicos, metalurgia básica – não Ferrosos, artigos de borracha, e produtos plásticos e móveis⁴⁶.

Assim, de forma geral, pode-se argumentar que apesar dos resultados acima serem esperados, visto que o ABC se constitui em um grande parque industrial, esse comportamento do coeficiente locacional evidencia que a indústria do ABC continua a polarizar grande parte da atividade industrial paulista, sobretudo nos ramos industriais que forma a base da atividade industrial local, a indústria automobilística.

Mesmo tomando-se os ramos industriais que apresentam perda no índice de coeficiente locacional, observa-se ainda uma grande concentração desses ramos na indústria do ABC, podendo ser tomado essas retrações no índice como resultado inerente do processo de crescimento industrial das demais regiões do Estado de São Paulo.

2.3. Reestruturação e Inovação na Indústria do ABC Paulista nos anos 90.

Nesse tópico, nossa análise recai sobre a dinâmica do processo de inovação existente no parque industrial do ABC⁴⁷. Esse assunto se faz de extrema importância para nossa análise acerca de uma possível desindustrialização, pois a capacidade inovativa representaria uma contratendência a ela. Assim, o objetivo nesse tópico é o de dimensionar o processo inovativo local, e quais suas fontes de inovação bem como em quais ramos industriais ele estaria ocorrendo. Nesse sentido, a tabela abaixo ilustra resumidamente, o comportamento das indústrias do ABC quanto à ocorrência de inovação, por porte de empresa. Vejamos:

⁴⁶ O avanço do índice de Coeficiente Locacional observado para esse ramo industrial está ligado ao crescimento recente da indústria de móveis de São Bernardo do Campo, tradicional centro produtor nesse ramo industrial. Assim como o crescimento do Coeficiente Locacional para o ramo de produtos plásticos está ligado ao fortalecimento da cadeia de produção nesse ramo nos últimos anos, o que levou-se a considerar a existência de um *cluster* nesse ramo industrial conforme apontado acima pela pesquisa SEBRAE/UNICAMP (1998).

⁴⁷ Esse tópico é escrito a partir dos dados levantados pela Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP de 1996, realizada pela Fundação SEADE, e cujos dados foram tabulados pela Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, em seu Caderno de Pesquisas N. 2. Infelizmente os dados se referem somente ao período entre 1994 e 1996, mas que pode servir como um indicativo de inovação existente nas empresas do ABC.

Tabela 29: Inovação nas Unidades Industriais do ABC, segundo o Porte da Empresa, entre 1994 – 1996. (Respostas “SIM” em % do número de indústrias).

Ocorrências	Total da Indústria	Empresas segundo o Porte			
		MICRO	PEQUENAS	MÉDIAS	GRANDES
Inovação de Produto Incremental	26%	17%	30%	37%	57%
Inovação de Produto Significativa	19%	12%	18%	29%	49%
Inovação de Processos	28%	18%	32%	48%	59%
Inovação de Produtos ou Processos	35%	24%	40%	53%	61%
Intenção de Inovar	40%	31%	46%	58%	61%

Fonte: Cadernos de Pesquisa nº 2/ Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – 1996, p. 36.

A tabela acima lustra que grande parte das empresas do ABC apresentou entre 1994 e 1996 algum tipo de inovação, seja de produto ou de processo, e que grande parte dessas inovações se concentraram nas grandes empresas, que apresentaram em média algum tipo de inovação (cerca de 57% delas).

Já entre as micro, pequenas e médias empresas, a ocorrência de inovação se fez presente em aproximadamente 18% para as primeiras, 30%, para as segundas e 42%, aproximadamente, para as últimas. Contudo, 40% das empresas, somando-se todos os portes, apresentaram alguma intenção de inovação em seus processos produtivos ou produtos, o que evidencia uma forte dinâmica inovacional na indústria do ABC⁴⁸.

A tabela 30 abaixo ilustra para efeito comparativo entre o ABC e as demais regiões do Estado, o comportamento inovacional do setor industrial de cada região. Vejamos:

⁴⁸ Deve-se ter em mente que a busca pela inovação se tornou bastante intensa a partir da abertura comercial do início dos anos 90, onde o enfrentamento com produtos importados se fez de maneira direta aos produtos nacionais, geralmente de qualidade inferior e preços mais elevados. Essa circunstância levou a que muitas empresas passassem a buscar novos produtos e novas formas

Tabela 30: Ocorrência de Inovação do setor industrial entre as diferentes regiões do Estado de São Paulo, entre 1994 e 1996. (Em %)

Ocorrência	Interior	RMSP (ABC + MSP)	MSP	GABC	ESP
Inovação de Produto Incremental	20%	21%	20%	26%	20%
Inovação de Produto Significativa	15%	17%	14%	19%	15%
Inovação de Processos	21%	22%	21%	28%	22%
Inovação de Produtos ou Processos	27%	28%	26%	35%	27%
Intenção de Inovar	32%	36%	29%	40%	32%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Caderno de Pesquisas n.2/Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, 2000.

Como se pode observar pela tabela acima, a indústria do ABC apresenta um setor industrial mais inovativo que qualquer região estadual em todos os quesitos de inovação. A tabela constante no ANEXO XVI ao final desse trabalho traz o quadro completo dos índices de inovação para as diferentes regiões do Estado de São Paulo.

2.3.1. Os Ramos mais Inovadores.

Vimos acima que a ocorrência de inovação na indústria do ABC se apresenta de modo bastante intenso, com grande parte das empresas inovando ou tendo a intenção de promover algum tipo de inovação. Contudo, é preciso identificar em quais ramos industriais essa ocorrência de inovação se mostra mais presente. A tabela constante no ANEXO II ao final desse trabalho ilustra o

de organização da produção visando rebaixar seus custos e ampliar a competitividade de seus produtos, via qualidade e/ou preços.

panorama de ocorrência e intenções de inovações nas indústrias do ABC segundo seus principais ramos industriais.

Pode-se deduzir que o indicador de inovação, quando tomado a partir do percentual de empresas locais no ramo industrial, nos evidencia uma forte atividade de inovação no ramo de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, com índice de 53; seguido pelo ramo de Produtos Químicos, com índice de 46; e Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico, com índice de 40. Já entre os ramos que apresentaram baixa atividade de inovação destacam-se os ramos de Fabricação de Produtos de Metal, com índice de 25; e Fabricação de Alimentos e Bebidas, com índice de apenas 16.

Olhando para as categorias de inovação tomadas isoladamente, como inovação de produto incremental, o destaque fica para os ramos de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, com índice de 46; e Fabricação de Produtos Químicos, que apresenta um índice de 44. Como inovação de produto significativa, o quadro apresenta uma atividade pouco ativa nas indústrias do ABC, com exceção do ramo de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, que apresenta um índice de 41. Já como inovação em processo, praticamente todos os ramos industriais apresentaram índices satisfatórios de atividade inovativa, o mesmo se aplicando para as intenções de inovação em produto ou processo, bem como na intenção de inovação.

Por outro lado, quando se observa a intenção de inovação pelo percentual do valor adicionado de cada ramo industrial, o indicador de inovação apresenta índices bastante elevados para praticamente todos os ramos, com destaque para a Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, que apresentou um índice de 88, e Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico, que apresentou um índice de 86. A mesma tendência pode ser observada tomando-se cada intenção de inovação tomada isoladamente.

Obviamente, que a ocorrência ou intenção de inovação não se apresenta de maneira homogênea para os diversos ramos industriais, porém deve-se destacar que os ramos mais expressivos na estrutura industrial do ABC, tais como Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Produtos Químicos, Metalurgia

Básica e Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico apresentaram um acentuado dinamismo quanto à inovação em seus processos e/ou produtos, o que mostra que a indústria do ABC continua sólida e não atrasada frente aos novos investimentos que se fazem em outras regiões do Estado ou mesmo do País⁴⁹.

2.3.2. As Fontes de Inovação.

Vimos no item anterior que a ocorrência de inovação se encontra bastante presente nas empresas localizadas no ABC. Contudo cabe destacar quais são as fontes mais relevantes usadas por essas empresas em seus processos de inovação. Para tanto, apresentamos duas tabelas ao final do trabalho: a primeira delas, no ANEXO III, nos informa os fatores considerados como motivadores para que as indústrias buscassem inovações em seus produtos e/ou processos, e outra, no ANEXO IV, que nos apresenta as fontes da inovação.

Pode-se constatar que, dentre os fatores citados pelas empresas como sendo os mais relevantes em suas decisões de inovação, destacam-se: a participação no mercado, a criação de novos mercados, a flexibilidade, os custos, a qualidade e a segurança do trabalho, todos esses fatores com mais de 90% de importância segundo as unidades industriais, sendo consideradas essas categorias como importante, muito importante e crucial.

Já dentre os fatores elencados pelas indústrias como fonte dos processos de inovação, com mais de 90% de importância, aparece apenas a categoria clientes, com 94% das indústrias considerando-a como importante, muito importante e crucial. Dentre as fontes de inovação, destaca-se a baixa participação das categorias: outras empresas do grupo (57%); fornecedores de bens de capital (65%); universidades (50%); institutos de pesquisa (57%); e Licenças e Patentes e *Know – How* (54%); e empresas de consultoria (46%). Outras categorias, embora bastante citadas pelas empresas, apareceram em um patamar intermediário de importância enquanto fontes de inovação, cabendo citar: departamento de P&D, que apresenta um índice de 85%; outros departamentos,

⁴⁹ O que pode ser constatado igualmente pelo ANEXO X ao final desse trabalho.

77%; fornecedores de materiais e componentes, 86%; competidores, 81%; conferências, 64%; e por fim feiras e exposições, 79%;

A análise desses dois fatores acima – fontes de inovação e motivos para a inovação – evidenciam que a indústria do ABC apresenta forte caráter de inovação em sua estrutura industrial. Como aponta Klink (2001: 141) dentre seus ramos industriais mais importantes na estrutura, 34% de suas unidades afirmaram ter introduzido algum tipo de inovação de produto e/ou processo, contra apenas 26% do interior do Estado, 30% do restante da região metropolitana e 27% das indústrias do município de São Paulo⁵⁰.

2.3.3. A Dinâmica dos Fatores Locacionais nas Decisões de Instalação Industrial no ABC.

Nesse tópico vamos analisar o comportamento das indústrias do ABC a partir dos fatores considerados de maior relevância para a instalação na região. A tabela constante no ANEXO V deste trabalho ilustra tais fatores.

Podemos observar por ela que, entre os fatores locacionais mais relevantes destacam-se como sendo importante, muito importante e crucial os seguintes: proximidade dos consumidores, para 55% das indústrias; acesso ao sistema de transporte, para 50% das indústrias; proximidade dos fornecedores, para 48% delas; qualidade de vida, para 55%; e principalmente infra-estrutura urbana, para 65% do total pesquisado.

Por outro lado, apareceram como sendo indiferente para a decisão de instalação, fatores como: centros de pesquisa, para 64%; baixo custo da mão-de-obra, para 54%; qualificação da mão-de-obra, para 48%; serviços técnicos de

⁵⁰ Entretanto Klink (2001: 147) aponta alguns problemas graves quanto às fontes de inovação nas indústrias do ABC. Segundo esse autor, a baixa participação dos segmentos locais como fontes de inovação tais como: institutos de pesquisa, universidades, fornecedores locais, etc; poderia levar a uma situação de baixo potencial de transformação da estrutura econômica do ABC numa estrutura dinâmica de aprendizagem, o que enraizaria na região grande parte do crescimento industrial local, criando um processo endógeno de desenvolvimento econômico.

apoio, para 53%; preço do terreno, para 53%; incentivos federais ou estaduais, para 67%; e incentivos municipais, para 66% das indústrias pesquisadas.

A partir dos dados apresentados na tabela constante no ANEXO V, pode-se identificar que o custo e qualificação da mão-de-obra, bem como a existência de incentivos de natureza fiscal - seja federal, estadual ou municipal - pouco influenciaram a instalação de indústrias no ABC entre 1990 e 1996. Para elas, os maiores atrativos foram os fatores: infra-estrutura urbana, proximidade dos consumidores e qualidade de vida. Mesmo fatores como institutos de pesquisa pouco influenciaram as decisões de instalação no ABC⁵¹.

Por outro lado, quando nos detemos nos fatores locacionais mais importante para os ramos de material de transporte e de produtos químicos/petroquímicos, Klink (2001: 130/31) aponta que, a estratégia de localização neles indica que as variáveis baseadas somente nas reduções de custos, salariais e tributários, se mostram de pouca relevância.

No caso da indústria química, os fatores baseados na infra-estrutura são os mais importantes; já no ramo de material de transporte, os fatores baseados em incentivos fiscais, preço de terrenos, qualificação de mão-de-obra, e centros de pesquisa se mostram muito mais relevantes para as indústrias localizadas fora do ABC.

2.3.4. A Importância dos Fatores Locacionais nas Decisões de Transferência da Produção ou de Fases do Processo Produtivo nas Indústrias do ABC.

Nesse item o propósito é o de analisar os fatores que levaram a que indústrias do ABC transferissem a produção e/ou fases do processo produtivo do ABC para outras regiões. A tabela apresentada no ANEXO VI nos mostra os fatores locacionais cruciais nas decisões de transferência de fases ou do próprio processo produtivo.

⁵¹ O que já se poderia esperar visto que a maior fonte de inovações não se encontra nos institutos de pesquisa ou universidades locais, na tabela x no tópico anterior.

Com base nos dados expostos na tabela X, se pode colocar que, entre os fatores considerados decisivos para a transferência do processo e/ou de fases da produção, ou que foram considerados importantes, muito importante ou crucial, os mais relevantes seriam: racionalização das plantas, apontada por 71% das empresas; custo da mão-de-obra, para 63%; necessidade de espaço físico, para 61% das empresas; e em menor grau os fatores logísticos de abastecimento e escoamento e proximidade de mercados, que se mostraram como fatores relevantes para 46% e 40% respectivamente.

Outro aspecto a ser analisado se refere ao destino dessas plataformas de produção. O quadro abaixo ilustra a origem, o destino e a preferência para a transferência ou implantação de novas plataformas de produção, com base no VAF e pessoal ocupado.

Quadro 6: Quadro de Preferências quanto a Origem, Transferências e Instalação de Novas Unidades Industriais da Indústria do ABC. (1994-1996)

Categoria	Própria Região	RMSP	Interior	Outros Estados	Mercosul	Outros Países	Total
	Região de Origem das Recepções de Fases do Processo de Produção e/ou Linhas de Produtos						
V. A.	146,8	29,3	2.082,3	27,0	0,0	1.619,7	3.905,1
%	3,8	0,8	53,3	0,7	0,0	41,5	100,0
P. O.	12.291	1.297	29.800	666	0	23.731	67.785
%	18,1	1,9	44,0	1,0	0,0	35,0	100,0
U. L.s	48	48	44	48	48	44	280
%	17,1	17,1	15,7	17,1	17,0	15,7	100,0
	Região de Destino das Transferências de Fases do Processo de Produção e/ou Linhas de Produtos						
V. A.	1.694,0	1.707,0	1.606,4	1.765,6	2.873,0	1.978,5	11.624,5
%	14,6	14,7	13,8	15,2	25,0	17,0	100,0
P. O.	34.812	25.408	23.219	26.667	40.279	28.463	178.848
%	19,5	14,2	13,0	14,9	23,0	15,9	100,0
U. L.s	17	5	4	10	2	1	39
%	43,6	12,8	10,3	25,6	5,0	2,6	100,0
	Local de Preferências para Instalação de Novas Unidades Locais da Indústria						
V. A.	-	728,6	2.376,4	2.940,2	2.555,3	920,9	9.521,4
%	-	7,7	25,0	30,9	26,8	9,7	100,0
P. O.	-	12.498	35.006	41.827	38.041	14.573	141.945
%	-	8,8	24,7	29,5	26,8	10,3	100,0

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa n. 3/junho de 2001.

Nota:

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, exclusive o ABC.

Como se pode observar, com relação à origem das recepções, constata-se que as empresas sediadas no ABC receberam fases de processo de produção ou mesmo toda a linha de produção, principalmente do interior, com 53,3% do VAF e 44% do pessoal ocupado; e de outros países, com 41,5% do VAF e 35,0% do pessoal ocupado.

Já com relação ao destino de fases ou mesmo de todo o processo de produção, de unidades industriais localizadas no ABC, constata-se uma distribuição bastante homogênea entre as diversas regiões. Entretanto evidencia-se a região do Mercosul como sendo o destino mais receptivo dessas linhas de produção e/ou fases de processos de produção, com 25% do VAF e 23% do pessoal ocupado.

2.4. Os Investimentos Privados anunciados para o ABC.

A análise dos dados de investimentos realizados (ou planejados) para o ABC constitui outra variável de relevada importância para se identificar a dinâmica da indústria local⁵². Já vimos acima a dinâmica da inovação e dos fatores decisórios para a escolha de novas instalações ou mesmo transferência de unidades industriais. Vejamos agora como se vem desenhando nos últimos três anos o comportamento e o destino dos investimento na economia do ABC.

A tabela a seguir ilustra a magnitude dos investimentos anunciados para o ABC, bem como sua finalidade.

⁵² Os dados obtidos a partir da Central Digital para o Desenvolvimento do Estado de São Paulo (www.investimentos.sp.gov.br), apesar de apresentarem diversos problemas, visto que se trata tão somente da coleta de informações veiculadas em diversos organismos de imprensa e de classes patronais, o que impossibilita a checagem em loco da efetivação ou não do investimento anunciado, se constitui como importante fonte indicativa da dinâmica dos investimentos realizados ou pretendidos na economia do ABC.

Tabela 31: Comportamento dos Investimentos Privados Anunciados para a Região do ABC, segundo sua Categoria, Valores e Setores de Atividade Econômica, entre 2000 e junho de 2003. (Em milhões de dólares*)

Município/Anos	Setores	2000/junho de 2003									
		nº de invest.	Valor*	Implant.	Valor*	Modern.	Valor*	Ampli.	Valor*	Outros	Valor*
Santo André	ind.	33	808,37	9	331,33	9	85,51	12	326,84	3	64,69
	com.	53	38,45	45	37,62	2	0,16	5	0,57	1	0,1
	serv.	85	183,39	60	169,05	8	3,65	16	10,67	1	0,02
	total	171	1030,21	114	538	19	89,32	33	338,08	5	64,81
São Bernardo do Campo	ind.	56	1384,13	25	212,7	13	800,57	14	365,66	4	5,2
	com.	40	20,6	33	18,17	4	0,47	3	1,96	0	
	serv.	62	118,44	39	104,73	10	2,8	13	10,91	0	
	total	158	1523,17	97	335,6	27	803,84	30	378,53	4	5,2
São Caetano do Sul	ind.	12	400,03	4	8,13	4	385,29	4	6,61	0	
	com.	17	17,08	15	16,05	2	1,03	0	0	0	
	serv.	22	30,4	16	24,3	2	1,54	4	4,56	0	
	total	51	447,51	35	48,48	8	387,86	8	11,17	0	
Diadema	ind.	25	50,52	9	18,45	6	22,06	6	9,24	4	0,77
	com.	7	4,69	5	2,63	1	0,06	1	2	0	
	serv.	9	5,16	7	2,54	1	0,01	1	2,61	0	
	total	41	60,37	20	23,62	8	22,13	8	13,85	4	0,77
Mauá	ind.	23	417,19	7	29,9	8	84,11	8	303,18	0	
	com.	15	29,71	12	26,49	1	0,06	2	3,16	0	
	serv.	19	147,79	15	115,09	1	0,01	2	2,69	1	30
	total	57	594,69	34	171,48	10	84,18	12	309,03	1	30
Ribeirão Pires	ind.	3	6,64	0		0		3	6,64	0	
	com.	0		0		0		0		0	
	serv.	3	0,3	1	0,04	0		2	0,26	0	
	total	6	6,94	1	0,04	0		5	6,9	0	
Rio Grande da Serra	ind.	0		0		0		0		0	
	com.	0		0		0		0		0	
	serv.	0		0		0		0		0	
	total	0		0		0		0		0	
Grande ABC	ind.	152	3066,88	54	600,51	40	1377,54	47	1018,17	11	70,66
	com.	132	110,53	109	100,96	10	1,78	12	7,69	1	0,1
	serv.	200	485,48	138	415,75	22	8,01	38	31,7	2	30,02
	total	484	3662,89	301	1117,22	72	1387,33	97	1057,56	14	100,78

Fonte: Elaboração Própria a partir de Dados obtidos junto a Central para o Desenvolvimento do Estado de São Paulo – www.investimentos.sp.gov.br.

Nota: (*) – Os valores correspondem à cotação média mensal do mês em que foi divulgado o anúncio.

Como se pode observar pela tabela acima, tomando-se o ABC em seu conjunto, constata-se que dos mais de US\$ 3 bilhões anunciados para o segmento industrial, quase US\$ 1,4 bilhão estaria sendo destinado à modernizações de plantas já localizadas na região, e outro US\$ 1 bilhão, estaria sendo destinado à ampliação, ou seja, do total de investimentos na indústria, aproximadamente 78% estariam sendo destinados à ampliações e modernizações de plantas industriais já instaladas no ABC, sendo uma fatia, de US\$ 0,6 bilhão, ou 22% do total, estaria sendo destinado a novas unidades fabris.

Com relação ao número (*quantum*) desses projetos de investimentos, observa-se que 152 são para o segmento industrial, com uma elevada concentração nas categorias de modernização e ampliação, que juntas somam 87 projetos, ou 57% aproximadamente do total de investimentos. A categoria de

implantação é responsável por 54 projetos, ou 36% aproximadamente do total de projetos de investimento industrial. Essa mesma proporção pode ser observada levando-se em conta os anúncios de investimentos industriais tomados por municípios isoladamente.

Considerando os principais municípios do ABC, observa-se que em Santo André, do total de US\$ 800 milhões anunciados para o segmento industrial, US\$ 412 milhões, ou seja, quase 50% do total, se destinavam a modernização ou ampliação e US\$ 330 milhões a projetos de implantação de unidades fabris, ou seja, 41% aproximadamente do total dos recursos anunciados para investimentos.

Já em São Bernardo do Campo, dos quase US\$ 1,4 bilhão de investimentos anunciados para o segmento industrial, US\$ 1,17 bilhão estaria sendo destinado a projetos de modernização e ampliação, ou seja, aproximadamente 84% do total.

Em São Caetano do Sul, dos US\$ 400 milhões anunciados de investimento no segmento industrial, US\$ 385 milhões seriam destinados unicamente à modernização de fabricas já existentes.

Por fim, em Diadema e Mauá, dos quase US\$ 470 milhões destinados a investimentos industriais, US\$ 420 milhões direcionar-se-iam a projetos de modernização e ampliação de fábricas locais, ou seja, quase 90% do total de investimentos anunciados.

Com relação aos segmentos de comércio e de serviços, os dados apresentam um montante de aproximadamente US\$ 596 milhões, dos quais US\$ 517 milhões destinariam-se a projetos de implantação, ou seja, 87% do total dos recursos destinados àqueles segmentos. Esse dado mostra a relevância a que vem tendo no ABC o setor de serviços e comércio, em face da crise vivida pela região na última década principalmente. A mesma observação pode ser feita com relação ao número de projetos nesses segmentos: do total de 332 projetos de investimento, 247 se constituíam em projetos de implantação, ou seja, 74% aproximadamente do total.

Com relação ao comportamento do investimento anunciado nesses segmentos tomando-se os municípios isoladamente a mesma observação é válida. Em Santo

André, do total de US\$ 221 milhões destinados a esses segmentos, US\$ 206 milhões eram para implantação, ou seja, 94% do total aproximadamente.

Em São Bernardo do Campo, de um volume de US\$ 139 milhões para investimentos nos segmentos de comércio e de serviços, US\$ 123 milhões eram destinados a implantações, ou seja, 88% do total.

Já em São Caetano do Sul, de um total de US\$ 47,5 milhões para investimentos em serviços e comércio, US\$ 40,35 milhões, ou 85% aproximadamente do total, eram destinados a esses segmentos; em proporções menores o mesmo se pode observar para os demais municípios do ABC na tabela acima.

Já com relação a participação desses investimentos anunciados para o ABC, a tabela abaixo ilustra as participações relativas tomadas setorialmente para cada município, bem como para o total de investimentos anunciados para o Estado de São Paulo.

Tabela 32: Comportamento dos Investimentos Privados Anunciados para a Região do ABC, segundo seus Valores, Setores de Atividade Econômica e Participação Relativa no Total de

Município/Anos	Setores	2000			2001			2002			jun/03		
Santo André	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	355,45	20,64		307,26	74,90		145,11	26,03		0,55	0,17	
	com.	19,53	45,32		12,65	46,78		5,46	15,87		0,71	12,03	
	serv.	65,39	56,80		92,85	55,03		19,21	10,47		5,94	37,06	
	Val. Total	440,37	23,42	1,88	412,76	68,11	1,76	169,78	21,89	1,44	7,20	2,12	0,10
São Bernardo do Campo	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	780,60	45,33		37,20	9,07		196,72	35,28		310,69	97,66	
	com.	5,48	12,72		6,27	23,19		3,95	11,48		4,90	83,05	
	serv.	26,22	22,77		37,20	22,05		45,97	25,05		7,00	43,67	
	Val. Total	812,30	43,20	3,46	80,67	13,31	0,34	246,64	31,81	2,10	322,59	94,87	4,37
São Caetano do Sul	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	377,28	21,91		12,38	3,02		9,35	1,68		1,02	0,32	
	com.	7,95	18,45		0,29	1,07		8,72	25,35		0,12	2,03	
	serv.	7,41	6,44		20,30	12,03		1,04	0,57		1,65	10,29	
	Val. Total	392,64	20,88	1,67	32,97	5,44	0,14	19,11	2,46	0,16	2,79	0,82	0,04
Diadema	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	27,29	1,58		2,50	0,61		17,22	2,22		3,51	1,10	
	com.	3,56	8,26		0,90	3,33		0,06	0,17		0,17	2,88	
	serv.	1,11	0,96		3,84	2,28		0,20	0,11		0,01	0,06	
	Val. Total	31,96	1,70	0,14	7,24	1,19	0,03	17,48	2,25	0,15	3,69	1,09	0,05
Mauá	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	181,45	10,54		48,38	11,79		185,01	33,18		2,35	0,74	
	com.	6,57	15,25		6,93	25,63		16,21	47,12		0,00	0,00	
	serv.	15,00	13,03		14,55	8,62		117,07	63,79		1,17	7,30	
	Val. Total	203,02	10,80	0,86	69,86	11,53	0,30	318,29	41,04	2,71	3,52	1,04	0,05
Ribeirão Pires	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	0,00	0,00		2,51	0,61		4,13	0,74		0,00	0,00	
	com.	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
	serv.	0,00	0,00		0,00	0,00		0,04	0,02		0,26	1,62	
	Val. Total	0,00	0,00		2,51	0,61	0,01	4,17	0,54	0,04	0,26	0,08	0,00
Rio Grande da Serra	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
	com.	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
	serv.	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
	Val. Total	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Grande ABC	Setor	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP	Val. de invest.	% GABC	%/ESP
	ind.	1722,07	100,00		410,23	100,00		557,54	100,00		318,12	100,00	
	com.	43,09	100,00		27,04	100,00		34,40	100,00		5,90	100,00	
	serv.	115,13	100,00		168,74	100,00		183,53	100,00		16,03	100,00	
	Val. Total	1880,29	100,00	8,01	606,01	100,00	2,58	775,47	100,00	6,59	340,05	100,00	4,61

Investimentos Anunciados para o Estado de São Paulo. (Entre 2000 e junho de 2003).

Fonte: Elaboração Própria a partir de Dados obtidos junto a Central para o Desenvolvimento do Estado de São Paulo – www.investimentos.sp.gov.br.

Como se pode observar na tabela acima, entre 2000 e junho de 2003, os investimentos totais anunciados para o ABC somaram aproximadamente mais de US\$ 3,5 bilhões, o que representou na média desse período, uma participação de aproximadamente 5,4% do total de investimentos anunciados para o Estado de São Paulo, o que demonstra que a região do ABC continua a atrair grande fatia dos investimentos no Estado de São Paulo, ainda que em proporção inferior à sua participação na economia paulista.

Tomando-se a participação de cada município que compõe o ABC isoladamente, observa-se que Santo André apresentou uma participação relativa de aproximadamente 29% do total de investimentos anunciados para o ABC, e de 1,3% dos investimentos no Estado de São Paulo; São Bernardo do Campo recebeu 46% e 2,57% respectivamente; São Caetano do Sul, “abocanhou” 7,4% e 0,5% respectivamente. Os demais municípios do ABC juntos receberam (ou receberiam) aproximadamente 18% dos investimentos anunciados para o ABC, e 1,08% dos investimentos estaduais, com destaque para Mauá, que desse montante, receberia 16% dos investimentos do ABC, e quase 1% do investimento estadual⁵³.

2.5. A Expansão do Setor Comercial de Serviços nos anos 90 e sua Importância para a Economia do ABC Paulista.

A expansão dos setores comercial e de serviços vem se destacando no ABC como substitutivos do industrial, visto que esse se apresenta em profunda transformação na região, com evasão de muitas unidades industriais e adoção de práticas de reestruturação em suas linhas de produção, como já comentado.

Nesse tópico analisaremos o comportamento do setor de serviços no ABC em termos da evolução do seu VAF, bem como sua participação no conjunto do VAF gerado pela região metropolitana de São Paulo e pelo próprio Estado de São Paulo.

2.5.1. O Comportamento dos Setores Comercial e de Serviços segundo o VAF.

Nesse tópico, destacaremos o comportamento do VAF gerado pelo terciário no ABC, comparativamente ao VAF gerado pela região metropolitana e do estado de São Paulo entre 1990 e 2001⁵⁴. A tabela abaixo ilustra sua evolução entre 1990 e 1998.

Tabela 33: Evolução do Valor Adicionado Fiscal gerado pelos Setores Comercial e de Serviços na Região do ABC, entre 1990 – 1999. (Com 1990 = 100)

Setores/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Comércio Varejista	100,00	94,63	95,17	137,86	118,96	218,28	162,40	155,25	161,24
Comércio Atacadista	100,00	71,21	83,48	70,94	108,23	71,04	62,21	65,31	80,45
Comércio Total	100,00	79,89	87,81	95,75	112,21	125,64	99,36	98,66	110,41
Serviço de Transporte	100,00	175,24	87,13	97,10	332,14	227,35	105,57	123,01	104,72
Serviço de Comunicação	100,00	98,89	95,74	193,41	151,36	168,45	162,58	222,66	-
Geração e Distribuição de Eletricidade	100,00	81,29	89,74	105,57	114,09	135,06	158,86	169,08	-
Serviços Total	100,00	139,93	88,86	110,57	249,77	194,51	132,74	147,48	154,97
Total Geral (Comércio + Serviços)	100,00	99,71	88,16	100,64	157,62	148,37	110,38	114,78	125,12

Fonte: SEADE/2004

Nota: (-): Dado sob Sigilo/Inexistente.

Como podemos observar o comportamento do VAF nesses setores apresentou entre os anos de 1990 e 1998, um crescimento conjunto de aproximadamente 25%, sendo que somente o segmento de serviços apresentou um crescimento de mais de 50%⁵⁵.

Entretanto para compreendermos mais a magnitude do crescimento desses setores na estrutura produtiva do ABC, que cresce em grande medida no vácuo deixado pelo setor industrial, analisaremos o peso de seus VAF no total do VAF da RMSP e no total do estado.

⁵³ É importante se ter em mente que grande parte desses investimentos anunciados para o ABC se concentram nas indústrias de grande porte do complexo automotivo e químico/petroquímico da região.

⁵⁴ Dividimos a apresentação dos dados em dois blocos, um de 1990 a 1998 e outro que compreende os anos de 2000 e 2001. Isso foi feito em função da diferença de classificação adotada pela Fundação SEADE entre esses anos, o que implicou na impossibilidade de se acoplar as duas séries.

⁵⁵ Entretanto devemos ter claro que o VAF para o setor comercial e de serviços, especialmente para o setor de serviços, apresentam uma série de problemas em função de não captar claramente

Tabela 34: Evolução da Participação do Valor Adicionado Fiscal gerado pelos Setores Comercial e de Serviços no ABC no Total do Valor Adicionado Fiscal gerado por esses mesmos Setores na Região Metropolitana de São Paulo, entre 1990 – 1998.

Setores/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Comércio Varejista	11,38	10,77	10,83	15,68	13,53	24,83	18,47	17,66	18,34
Comércio Atacadista	12,33	8,78	10,30	8,75	13,35	8,76	7,67	8,06	9,92
Comércio Total	11,96	9,56	10,50	11,45	13,42	15,03	11,88	11,80	13,21
Serviço de Transporte	18,36	32,18	16,00	17,83	60,99	41,74	19,38	22,59	19,23
Serviço de Comunicação	8,25	8,16	7,90	15,96	12,49	13,90	13,42	18,38	-
Geração e Distribuição de Eletricidade	21,06	17,12	18,90	22,23	24,02	28,44	33,45	35,60	-
Serviços Total	16,62	23,26	14,77	18,38	41,51	32,33	22,06	24,51	25,76
Total Geral (Comércio + Serviços)	13,18	13,14	11,62	13,27	20,78	19,56	14,55	15,13	16,49

Fonte: Fundação SEADE, 2004.

Nota: (-): Dado sob Sigilo/Inexistente.

Tabela 35: Evolução da Participação do Valor Adicionado Fiscal gerado pelos Setores Comercial e de Serviços no ABC no Total do Valor Adicionado Fiscal gerado por esses mesmos Setores no Estado de São Paulo, entre 1990 – 1998.

Setores/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Comércio Varejista	6,15	5,82	5,86	8,48	7,32	13,43	9,99	9,55	9,92
Comércio Atacadista	6,74	4,80	5,63	4,78	7,30	4,79	4,19	4,40	5,42
Comércio Total	6,51	5,20	5,72	6,23	7,31	8,18	6,47	6,42	7,19
Serviço de Transporte	10,17	17,82	8,86	9,87	33,77	23,12	10,73	12,51	10,65
Serviço de Comunicação	4,62	4,57	4,43	8,94	7,00	7,79	7,52	10,29	-
Geração e Distribuição de Eletricidade	5,87	4,77	5,27	6,20	6,70	7,93	9,33	9,93	-
Serviços Total	7,56	10,58	6,72	8,36	18,89	14,71	10,04	11,15	11,72
Total Geral (Comércio + Serviços)	6,82	6,80	6,02	6,87	10,76	10,13	7,53	7,83	8,54

Fonte: Fundação SEADE, 2004.

Nota: (-): Dado sob Sigilo/Inexistente.

Como se pode observar pelos dados apresentados nas tabelas acima, tanto para a região metropolitana como para o Estado de São Paulo, a participação relativa do VAF gerado pelos setores comercial e de serviços do ABC, apresenta uma participação crescente. Entre 1990 e 1998. Em relação à primeira aumenta sua participação de 6,82% para 8,54%; em relação ao segundo de 13,18% para 16,49. Em contrapartida, quando comparamos as mesmas participações relativas para os anos de 2000 e 2001, observa-se uma situação de relativa estabilidade,

o que considera parte desse setor. Entretanto, que pese esse problema, trata-se da única variável disponível para o estudo desses setores.

porém com alguma tendência de queda. As tabelas abaixo ilustram essas participações. Vejamos:

Tabela 36: Participação Relativa do VAF gerado pelos Setores de Comércio e de Serviços do ABC no Total do VAF Comercial e de Serviços da Região Metropolitana de São Paulo, para 2000 e

Setores/Anos	2000	2001
Valor Adicionado - Total (Comércio mais Serviços)	19,25	19,08
Valor Adicionado do Comércio - Total	9,31	8,82
Valor Adicionado dos Serviços - Total	11,79	10,77
Comércio Atacadista	7,85	6,93
Comércio Varejista - Total	10,33	10,27
Comércio Varejista - Distribuição de Combustíveis	12,55	14,55
Comércio Varejista - Revendedoras de Veículos	10,05	9,66
Comércio Varejista - Lojas de Departamentos	8,69	6,22
Comércio Varejista - Supermercados	13,00	12,31
Comércio Varejista - Outros	8,34	8,38
Serviços de Transporte	16,27	14,49
Serviços - Produção e Distribuição de Energia Elétrica	x	x
Serviços - Produção e Distribuição de Gás	x	x
Serviços de Comunicação	7,40	7,91
Serviços - Outros	10,56	10,14

2001.

Fonte: SEADE/2004.

Nota:

(X) – Fenômeno inexistente, ou sob sigilo em algum município.

Tabela 37: Participação Relativa do VAF gerado pelos Setores de Comércio e de Serviços do ABC

Setores/Anos	2000	2001
Valor Adicionado - Total (Comércio mais Serviços)	9,15	9,04
Valor Adicionado do Comércio - Total	5,29	5,06
Valor Adicionado dos Serviços - Total	7,08	6,37
Comércio Atacadista	5,19	4,46
Comércio Varejista - Total	5,35	5,44
Comércio Varejista - Distribuição de Combustíveis	5,00	5,29
Comércio Varejista - Revendedoras de Veículos	5,67	5,84
Comércio Varejista - Lojas de Departamentos	4,50	2,90
Comércio Varejista - Supermercados	7,24	6,98
Comércio Varejista - Outros	4,69	4,85
Serviços de Transporte	9,82	8,53
Serviços - Produção e Distribuição de Energia Elétrica	x	x
Serviços - Produção e Distribuição de Gás	x	x
Serviços de Comunicação	5,14	5,39
Serviços - Outros	6,96	6,84

no Total do VAF Comercial e de Serviços do Estado de São Paulo, para 2000 e 2001.

Fonte: SEADE/2004.

Nota:

(X) – Fenômeno inexistente, ou sob sigilo em algum município.

Pelas tabelas acima se observa que com relação à região metropolitana de São Paulo, a participação do VAF comercial e de serviços do ABC apresentou uma pequena queda de 19,25% para 19,08%, no período em questão.

Já com relação ao Estado de São Paulo essas participações relativas apresentam uma queda de 9,15% para 9,04%. Entretanto a participação relativa do VAF comercial e de serviços do ABC, tanto na região metropolitana como no estado de São Paulo, se estabelece em patamares bastante elevados, o que resulta em grande medida do alto dinamismo de sua atividade industrial⁵⁶.

2.5.2. A Dinâmica do Setor de Serviços no ABC nos Anos 90.

Nesse tópico, nossa análise recairá sobre as variáveis definidas pelas empresas do setor de serviços do ABC como estratégicas tais como: motivos de instalação, obstáculos e dificuldades enfrentadas pelas empresas, ações sugeridas pelas empresas para se melhorar o ambiente econômico local, investimentos realizados, expectativas de expansão e modernização, entre outras⁵⁷.

No que se refere aos motivos explicitados pelas empresas do setor de serviços como sendo de fundamental importância para suas escolhas locacionais, tomando somente as respostas que obtiveram mais de 50% de citações, o fator potencial de consumo local foi o mais importante, para 68% das empresas; seguido do fator proximidade do mercado consumidor, para 52%. As demais variáveis lembradas, com mais de 30% de citações foram: disponibilidade de imóvel, para 39,5% das empresas; empresas que contribuem para a disseminação de conhecimento de novas técnicas, para 31,5%; e facilidade de transporte urbano, para 32,7% do total pesquisado. O quadro constante do ANEXO XIX ao

⁵⁶ Deve-se ter em mente que a pesquisa de Valor Adicionado Fiscal para os anos de 2000 e 2001 contemplaram uma gama maior de atividades ligadas aos segmentos de comércio e de serviços, em comparação ao Valor Adicionado Fiscal calculado para os anos anteriores, de 1990 a 1998.

⁵⁷ Todas essas variáveis foram levantadas no âmbito da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP de 1996, pesquisa realizada através de questionários respondidos por grande do segmento de empresas da região, e estão estilizadas nos Cadernos de Pesquisa números 4 e 5 da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC.

final mostra as principais variáveis citadas como importantes para a instalação no ABC.

Outra variável explicitada pela pesquisa se refere aos obstáculos e dificuldades enfrentados pelas empresas do setor de serviços. Dentre esses fatores, destacam-se com mais de 50% de citações: encargos sociais incidentes sobre mão-de-obra assalariada, para 59,8% das empresas; seguido de alto nível da taxa de juros para empréstimos nos bancos comerciais, segundo 59,8% das empresas. Nas demais variáveis citadas, com mais de 30%, encontram-se: impostos e taxas municipais incidentes sobre a atividade, para 40,9% das empresas, falta de capital de giro para manter as atividades da empresa, para 42,2%, e criminalidade/falta de segurança na área onde está instalada a empresa, para 42,1% das empresas; ou seja, fatores onde o poder público local poderia enfrentar com mais força, para a melhoria do ambiente econômico. Da mesma forma, o quadro constante no ANEXO X ao final desse trabalho, mostra todos os fatores definidos como sendo obstáculos e/ou dificuldades enfrentadas no ABC.

Por outro lado, frente aos diferentes problemas apontados pelas empresas, são defendidas ações para a melhoria das condições econômicas locais. Dentre essas ações destacam-se, com mais de 50% de citações: adotar ações de marketing para a consolidação de uma imagem em outras regiões, para 62,2% das empresas; adotar ações de marketing para a consolidação de uma imagem dentro da própria região, para 57,1%; criar sistema de informações sobre empresas instaladas na região, segundo 53,4%; e por fim, ampliação dos programas de capacitação de mão-de-obra, para 51,3%. O quadro constante no ANEXO XI traz as demais ações sugeridas pelas empresas do setor de serviços do ABC.

Outra variável relevante para se entender o comportamento do setor de serviços na região, se refere aos motivos apresentados pelas empresas desse setor acerca da escolha para a abertura de novos estabelecimentos ou transferência destes.

Nesse sentido, entre os fatores apresentados pelas empresas que intencionavam essas aberturas ou transferências, aparecem com mais de 50% de

citações os fatores: ficar próximo do mercado consumidor dos serviços, para 74,6%; e área geográfica de fácil acesso para consumidores/clientes de vários municípios, para 57,6%, das empresas; ou seja, fatores ainda fortemente ligados à localização; logo a seguir, com mais de 40% de citações, aparecem: menor taxa de INSS comparativamente a outras localidades, para 44,1%; preço acessível para aquisição ou aluguel de terreno ou imóvel, para 44,1%; qualificação satisfatória da mão-de-obra, para 42,4%; facilidade de transporte urbano para as pessoas, para 42,4%; e disponibilidade de infra-estrutura de serviços públicos, para 40,7% das empresas pesquisadas. A tabela constante no ANEXO XII traz todos os fatores citados como sendo mais relevantes para a decisão de instalação e/ou transferência de estabelecimentos de serviços na região.

De forma análoga, as empresas do setor de serviços que intencionavam abrir outro estabelecimento apontaram como motivos para fazê-lo os fatores já colocados acima, principalmente a área geográfica de fácil acesso para consumidores/clientes de vários municípios, com 62,6% de citações, seguido de potencial econômico do mercado consumidor local, com 53,2% de citações.

Contudo, entre os fatores citados nas intenções de instalação de unidades empresariais fora do ABC, aparece com 80,4% de citações o fator proximidade do mercado consumidor, seguido de área geográfica de fácil acesso para consumidores/clientes de vários municípios, com 63% de citações, e potencial econômico do mercado consumidor local, com 59,8%.

Logo, torna-se curioso que as mesmas variáveis que levam as empresas do setor de serviços a investirem na região do ABC, são as que levam a que muitas também resolvam sair dela, ou pelo menos reduzir sua presença. Em grande medida, podemos imputar esse fato ao crescimento econômico que vem ocorrendo de forma bastante acelerada em outras regiões do Estado e do país, ou mesmo em outras localidades da região metropolitana de São Paulo. A tabela constante no ANEXO XIII traz os principais motivos para essas escolhas.

Vimos anteriormente a dinâmica dos investimentos privados anunciados para a região do ABC nos últimos anos, nos diversos setores econômicos. Contudo, faremos aqui uma melhor qualificação desses investimentos no que se

refere ao setor de serviços. A tabela abaixo ilustra o tipo e a pretensão de investimentos apontados pelas empresas, segundo pesquisa PAEP de 1996.

Tabela 38: Investimentos realizados e expectativas de expansão e modernização das empresas do

Tipo de Investimento	Grande ABC (%)	
	Não	Sim
Compra de imóvel	89,1	10,9
Reforma das instalações físicas	42,6	57,4
Aquisição de equipamentos de informática e/ou telecomunicações	19,9	80,1
Aquisição de máquinas e/ou equipamentos (excl. inf. e telecom.)	49,3	50,7
Compra de veículo leve	56,1	43,9
Compra de veículo utilitário e/ou pesado	76,3	23,7
Aquisição de marcas e patentes	83,5	16,5
Outro investimento	98,2	1,8
Pretensão	Grande ABC (%)	
Fechar o estabelecimento e não abrir outro	0,7	
Manter o estabelecimento sem expansão e/ou modernização	15,9	
Expandir e/ou modernizar o estabelecimento sem abertura de outro	56,9	
Fechar o estabelecimento e abrir outro	0,8	
Expandir e modernizar o estabelecimento e abrir outro	18,8	
Transferir o estabelecimento para outro local	2,9	

setor de serviços do ABC, entre julho de 1998 a junho de 2000.

Fonte: Agência de Desenvolvimento do ABC – Cadernos de Pesquisa nº 4 (2000, p. 58 e 59)

Como podemos observar a partir dos dados apresentados pela tabela acima, pode-se concluir que a atividade no setor de serviços no ABC se apresenta de forma bastante dinâmica com mais de 50% das empresas declarando a intenção de expansão e/ou modernização de suas atividades no ABC, e com 80% e 50% aproximadamente das empresas declarando positivamente quanto à aquisição de equipamentos de informática e/ou de telecomunicações e de máquinas e equipamentos, respectivamente.

As tabelas constantes nos ANEXOS XVI e XV ao final desse trabalho ilustram igualmente os investimentos realizados segundo os diferentes segmentos de atividade do setor de serviços (segundo a classificação CNAE), no ABC e nas diversas regiões do Estado e em outros Estados, bem como as expectativas de expansão e modernização.

Pelas informações apresentadas nas tabelas, grosso modo, pode-se observar na região, uma forte espiral de investimentos realizados em praticamente

todos os segmentos elencados, com destaque para os de: seguros e previdência privada (83,3%), educação (81,8%), atividades imobiliárias (75%), entre outras.

Já com relação às expectativas de expansão e modernização, destaca-se a informação de expansão ou modernização sem a abertura de uma nova empresa. Essa variável apresenta uma forte ocorrência em praticamente todos os segmentos do setor de serviços levantados, com mais de 50% de ocorrência, seguido da variável expansão e modernização com abertura de uma nova empresa, com 22% em média, e por fim manter a empresa, porém sem alguma expansão ou modernização, com 13% em média anunciada.

Para concluir, é importante salientar que grande parte dos segmentos do setor de serviços no ABC está intimamente relacionado com o setor industrial, o que pode ser observado a partir dos dados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 39: Participação dos segmentos de mercado atendidos pelas empresas de serviços empresariais instaladas na região do ABC, em 2000. (Em %)

Segmento de Mercado	Grande ABC(*)
Pessoas físicas/consumidor final	24,4
Agricultura	2,5
Ind. de montagem de veículos automotores (inclui autopeças)	53,8
Indústria Química	57,1
Indústria de Máquinas e Equipamentos	52,9
Indústria de Artigos de Borracha e Plástico	54,6
Indústria da Construção Civil	36,3
Outras Indústrias	60,5
Empresas do Comércio (varejista ou atacadista)	37,8
Empresas de Serviços de Saúde	24,4
Bancos/Instituições Financeiras	11,8
Governo (municipal, estadual ou federal)	10,9
Outras empresas de serviços	44,5

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa nº 4 (2002, p. 72)

Nota:

(*) – Está se considerando somente as empresas com mais de 50 empregados.

2.5.3. A Evolução do Número de Estabelecimentos nos Setores Comercial e de Serviços, entre 1995 e 2002.

Vimos acima como o setor de serviços no ABC se comportou nos anos 90 com base em diversas variáveis. Nessa parte, faremos uma breve caracterização

do comportamento da evolução do número de estabelecimentos nos setores comercial e de serviços no ABC, tomando-se os dados disponíveis entre 1995 e 2002. A tabela abaixo ilustra a evolução dos estabelecimentos nesses setores no respectivo período. Vejamos:

Tabela 40: Evolução do Número de Estabelecimentos nos Setores Comercial e de Serviços no ABC, entre 1995 e 2002. (Com 1995 = 100)

Municípios/Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Santo André								
Comércio	100,00	100,42	112,19	115,82	117,59	120,98	125,70	128,97
Serviços	100,00	106,96	120,66	125,89	128,21	130,31	133,90	118,90
São Bernardo do Campo								
Comércio	100,00	92,56	98,35	99,20	101,65	106,73	110,39	116,47
Serviços	100,00	101,55	112,77	118,90	121,88	126,05	129,86	123,34
São Caetano do Sul								
Comércio	100,00	106,75	107,34	106,75	103,74	106,83	109,99	111,53
Serviços	100,00	112,33	124,59	130,83	137,42	143,59	148,76	138,91
Diadema								
Comércio	100,00	106,67	112,67	119,24	125,43	132,19	136,67	143,05
Serviços	100,00	108,50	124,19	128,89	140,47	146,77	153,52	143,26
Mauá								
Comércio	100,00	103,46	109,36	114,94	116,83	119,29	126,87	138,13
Serviços	100,00	105,08	123,73	134,32	143,43	138,98	143,43	134,11
Ribeirão Pires								
Comércio	100,00	103,64	109,61	113,25	116,10	115,84	124,94	126,75
Serviços	100,00	116,61	121,03	133,21	136,90	139,85	140,96	123,25
Rio Grande da Serra								
Comércio	100,00	138,10	150,00	166,67	164,29	190,48	188,10	192,86
Serviços	100,00	125,93	155,56	148,15	151,85	188,89	207,41	159,26
GRANDE ABC								
Comércio	100,00	99,86	106,94	109,63	111,48	115,59	120,12	125,02
Serviços	100,00	106,19	118,96	125,06	129,30	132,84	136,99	126,22
GRANDE ABC/RMSP								
Comércio	x	100,00	102,58	104,55	104,24	103,73	103,67	104,06
Serviços	x	100,00	105,09	108,22	109,25	109,14	110,60	109,97
GRANDE ABC/ESP								
Comércio	100,00	97,87	98,85	99,00	97,47	96,23	95,12	94,09
Serviços	100,00	97,87	102,34	104,73	105,15	104,28	105,04	109,37

Fonte: SEADE/2004.

Nota: (x) – dado não disponível para a Região Metropolitana de São Paulo.

Logo, pode-se observar que no ABC, tanto o setor comercial como o de serviços apresentaram, ao longo da última metade dos anos 90, um crescimento de 25% em média no número de estabelecimentos empresariais, bem como um crescimento de quase 10% na participação relativa no total de estabelecimentos da região metropolitana e no próprio Estado de São Paulo, para o setor de serviços.

Tais fatos evidenciam a grande importância que esses setores estão representando para a estrutura produtiva no ABC, muito embora ainda sejam incapazes de ocupar os espaços econômicos deixados pela atividade industrial que reduziu sua presença no ABC ao longo da década de 90, como já mostrado anteriormente⁵⁸.

De forma semelhante se tomarmos o quadro da evolução dos estabelecimentos comerciais e de serviços a partir de dados da RAIS/Ministério do Trabalho, podemos constatar o expressivo crescimento desses setores no ABC. A tabela abaixo evidencia esse crescimento. Vejamos:

Tabela 41: Evolução no número de estabelecimentos comerciais e de serviços no Grande ABC, entre 1985 e 2003.

Setores/Anos	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
COMÉRCIO															
COM VAREJ	6028	7566	7668	7351	7335	8615	9394	9428	10151	10425	10588	10967	11451	11933	12178
COM ATACAD	580	816	843	835	841	1007	1060	1011	1028	1036	1066	1117	1146	1186	1259
TOTAL DO COM.	6608	8382	8511	8186	8176	9622	10454	10439	11179	11461	11654	12084	12597	13119	13437
SERVIÇOS															
INST FINANC	253	256	280	280	283	470	499	516	562	559	597	627	674	709	721
ADM TEC PROF	1531	2235	2341	2251	2180	2760	3113	3360	3802	4165	4459	4680	4834	4972	4983
TRAN E COMUN	400	439	427	396	350	733	826	875	1010	1130	1192	1282	1331	1435	1598
ALOJ COMUNIC	2653	3143	3168	3041	2891	2562	2963	3079	3441	3434	3406	3352	3484	3680	3715
MED ODON VET	521	599	663	730	787	1109	1387	1500	1663	1738	1775	1809	1842	1854	1874
ENSINO	272	285	280	260	242	506	605	657	719	752	749	756	795	807	828
ADM PUBLICA	47	51	50	46	49	57	62	53	51	46	47	54	45	49	41
ALIM E BEB	162	196	198	193	193	493	475	499	495	509	504	455	436	432	437
SER UTIL PUB	21	43	35	26	22	39	30	31	39	39	44	32	35	32	36
CONSTR CIVIL	289	516	537	497	487	719	782	777	848	854	778	761	749	819	845
TOTAL DOS SERV.	6149	7763	7979	7720	7484	9448	10742	11347	12630	13226	13551	13808	14225	14789	15078

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS/Mtb, 2005.

Como podemos observar pela tabela acima, o setor de serviços apresentou no período de 1985 a 2003 um crescimento de 145%, e o setor comercial um crescimento de 100% aproximadamente no mesmo período⁵⁹.

Como no capítulo anterior, também podemos observar o comportamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços segundo os diferentes portes dos estabelecimentos. A tabela 40 abaixo ilustra o comportamento dessa variável.

⁵⁸ Muito embora o número de estabelecimentos industriais tenha crescido de 3159 para 4612, conforme mostrado na tabela 18 no capítulo anterior. Nesse sentido, o espaço econômico que abre o industrial se refere ao mercado de trabalho que veremos a seguir.

⁵⁹ Evidentemente que algum crescimento nessa variável deve ser esperada num intervalo tão longo de tempo, contudo o que devemos destacar é a acelerada expansão dessa variável que se observa ao longo dos anos 90.

Tabela 42: Evolução dos estabelecimentos comerciais e de serviços segundo seus diferentes portes, entre 1990 e 2003.

SUBS IBGE	1990			1995			2000			2003		
	PEQ.*	MÉD.**	GRA.***	PEQ.	MÉD.	GRA.	PEQ.	MÉD.	GRA.	PEQ.	MÉD.	GRA.
CONSTR CIVIL	258	30	1	730	48	4	725	33	3	798	44	3
COMÉRCIO	6469	137	2	10278	171	5	11901	179	4	13245	190	2
COM VAREJ	5922	105	1	9263	126	5	10819	144	4	12028	148	2
COM ATACAD	547	32	1	1015	45	0	1082	35	0	1217	42	0
SERVIÇOS	5262	350	18	8945	427	21	11920	533	53	13120	529	70
INST FINANC	167	85	1	466	33	0	593	33	1	688	32	1
ADM TEC PROF	1469	59	3	3001	108	4	4465	193	22	4736	212	35
TRAN E COMUN	311	84	5	709	112	5	1173	102	7	1504	88	6
ALOJ COMUNIC	2567	78	8	2886	73	4	3237	105	10	3592	108	15
MED ODON VET	490	30	1	1338	43	6	1758	43	8	1836	30	8
ENSINO	258	14	0	545	58	2	694	57	5	764	59	5
ADM PUBLICA	16	19	12	38	13	11	33	13	8	20	13	8
AGRICULTURA	121	0	0	54	1	3	41	0	3	46	0	0
OUTR/IGN	207	5	0	552	13	0	3	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2005.

Notas:

(*) – empresas com até 49 empregados.

(**) – empresas de 50 até 499 empregados.

(***) – empresas com mais de 500 empregados.

Com podemos observar acima, nos segmentos comercial e de serviços há um expressivo crescimento nos estabelecimentos de porte pequeno⁶⁰, e um crescimento muito pouco significativo nos estabelecimentos de porte médio e pequeno.

2.6. As Transformações no Mercado Formal de Trabalho no ABC Paulista.

Vimos até aqui as transformações econômicas por que passou a região do ABC nos últimos 20 anos, com relativo decréscimo de seu parque industrial, e, em contrapartida, o crescimento do setor serviços na região. Obviamente que essas transformações tiveram profundos impactos na composição do mercado de trabalho na região, como já evidenciado em muitas passagens acima.

Dessa forma, nosso propósito nesse tópico é o de analisar mais profundamente quais as modificações que ocorreram no mercado de trabalho

⁶⁰ Observa-se com isso um fenômeno semelhante ao ocorrido com os estabelecimentos industriais, conforme visto anteriormente.

nessa região. Para tanto começamos mostrando a tabela abaixo que ilustra a evolução ao longo dos anos 90 da composição da força de trabalho entre os diferentes setores econômicos e segundo os diferentes municípios do ABC.

Vejamos:

Tabela 43: Evolução do Mercado Formal de Trabalho no ABC, segundo os diferentes Setores de Atividade Econômica, entre 1991 e 2002.

Empregos por Setor Econômico/Anos	1991		1995		1998		1999		2000		2001		2002	
	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%
Total de empregos ocupados	518954	100,00	505664	100,00	470724	100,00	478497	100,00	517950	100,00	522108	100,00	550946	100,00
Empregos ocupados na indústria	294739	56,79	274153	54,22	207116	44,00	202000	42,22	210360	40,61	209486	40,12	195293	35,45
Empregos ocupados no comércio	56492	10,89	64700	12,80	66519	14,13	67266	14,06	74169	14,32	76939	14,74	81877	14,86
Empregos ocupados nos serviços	129991	25,05	159660	31,57	193603	41,13	206386	43,13	230663	44,53	235493	45,10	261199	47,41
Demais empregos ocupados	37732	7,27	7151	1,41	3486	0,74	2845	0,59	2758	0,53	190	0,04	12577	2,28

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE/2004.

Como se pode observar pela tabela acima, a região do ABC passou por um profundo processo de transformação em seu mercado de trabalho formal. Entre 1991 e 2002, o setor industrial registrou uma perda de quase 100 mil postos de trabalho, ao passo que os setores comercial e de serviços, apresentaram juntos um crescimento de aproximadamente 156 mil postos de trabalho, o que evidencia um nítido processo de transferência de postos de trabalho do setor industrial para os setores de comércio e de serviços.

Já no comportamento do mercado formal de trabalho para os municípios que compõe o ABC, apresentado na tabela no ANEXO VII desse trabalho, observa-se uma tendência comum para todos os municípios do ABC.

No setor industrial, a exceção é o município de Mauá que apresenta um pequeno crescimento de 17000 para 17400 empregados entre 1991 e 2001⁶¹. Para os demais, observa-se uma queda acentuada no emprego industrial, sobretudo na cidade de Santo André, que perde 23 mil postos de trabalho, ou seja, em 1991, o setor industrial era responsável por 41% aproximadamente dos empregos no município, contra somente 24% , em 2001.

O município de São Bernardo do Campo, também apresenta uma forte trajetória de perda de participação do emprego industrial no conjunto dos empregos no município: em 1991 a indústria era responsável por mais de 64%

⁶¹ Isso pode ser explicado pelo fato de que a cidade de Mauá ainda apresenta áreas disponíveis para a instalação industrial (como o Parque Industrial de Sertãozinho) e para onde se dirigiram

dos empregos existentes; em 2001, essa participação se contrai para 43% aproximadamente.

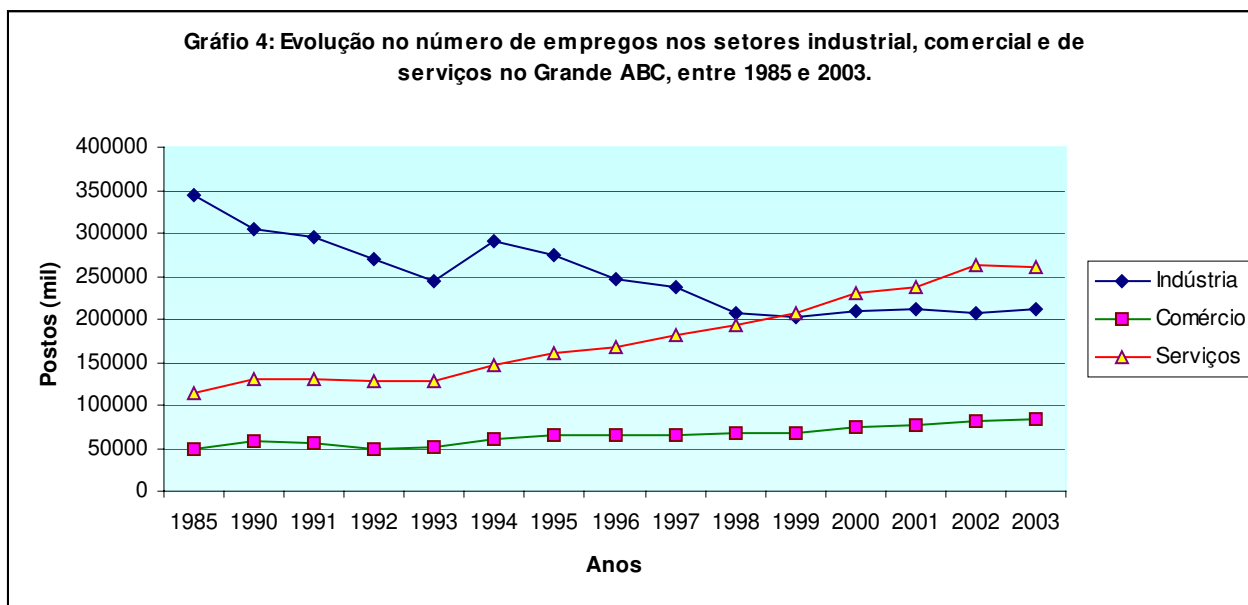
A cidade de São Caetano do Sul também apresenta uma forte queda em seu emprego industrial: em 1991 o setor empregava quase 26 mil pessoas e respondia por 41% aproximadamente dos empregos no município; em 2001, a indústria passava a empregar pouco mais de 14 mil pessoas e passa a 13% do total de seus empregos.

De outra forma podemos observar esse fenômeno a partir dos dados da RAIS/Ministério do Trabalho, desagrupando os diferentes setores econômicos. A tabela constante no ANEXO XVI ilustra esse movimento.

Assim, pode-se colocar que, grosso modo, da impressionante perda de mais de 130 mil postos de trabalho no setor industrial (tomando-se como base o ano de 1995), os ramos que mais apresentaram perdas foram: material de transportes, com uma perda de quase 70 mil postos de trabalho, metalurgia com quase 21 mil postos a menos, mecânica com uma perda de 12 mil postos, borracha, com 9 mil, química, com perdas de 7 mil postos, e por fim a têxtil com uma perda de aproximadamente 6,5 mil postos de trabalho.

Por outro lado, os setores comercial e de serviços apresentaram um crescimento de aproximadamente 180 mil postos de trabalho.

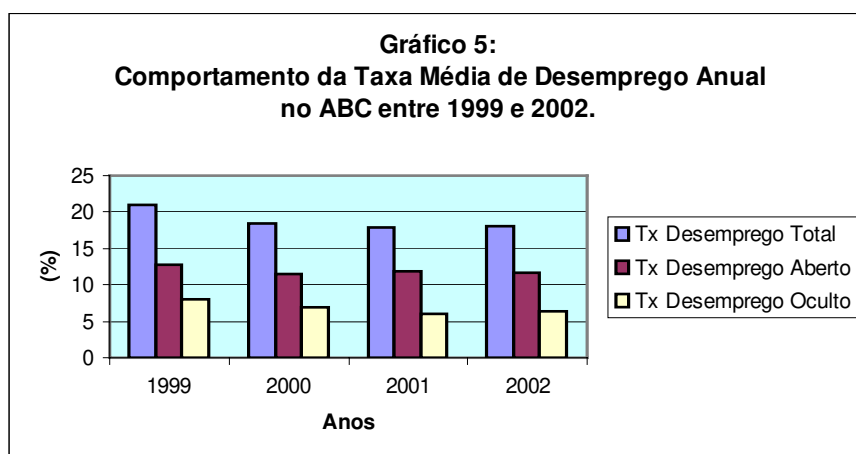
O gráfico abaixo ilustra o comportamento do emprego entre os diferentes setores.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho/RAIS, 2005.

Como se pode observar, nos anos 90 há uma grande transferência de empregos do setor industrial para os demais setores da economia, o que levanta uma série de questões, sendo a principal delas a qualidade dos empregos gerados pelos setores comercial e de serviços. Como estes geralmente pagam salários mais baixos que a indústria, o potencial de consumo da região, variável considerada por muitos como de fundamental importância para a conservação do potencial econômico do ABC, poderia estar comprometido.

O gráfico 4 abaixo ilustra a evolução do desemprego.



Fonte: SEADE/DIEESE – PED/ABC, 2005.

Como podemos observar no quadro acima a taxa de desemprego no ABC permanece em patamares bastante elevados, próximos aos 20%.

Quando desagregamos essa taxa em desemprego aberto e oculto⁶², observamos que a taxa de desemprego aberto se encontra em patamares superiores a 10% (em média 12% aproximadamente), e a taxa de desemprego oculto se apresenta em níveis superiores a 5% (em média 5,2% aproximadamente), o que evidencia a profunda crise de emprego na região.

Por fim, merecem destaque algumas informações apresentadas por Barbosa (2001). Essa autora, cruzando dados do número de estabelecimentos com os de emprego, indica os ramos que ampliaram ou reduziram, simultaneamente ou não, emprego e estabelecimentos. Os resultados podem ser vistos no ANEXO X ao final desse trabalho.

No quadro observa-se que entre os ramos que reduziram o número de estabelecimentos e postos de trabalho simultaneamente, destaca-se no segmento das empresas de grande porte: material de transporte, mecânica, metalurgia e química; considerados os ramos mais relevantes na estrutura industrial do ABC.

Em contrapartida nos segmentos de empresas de pequeno e médio porte, observa-se um crescimento tanto no número de estabelecimentos como de postos de trabalho nos ramos de minerais não – metálicos, mecânica, metalurgia e química, no setor industrial.

2.6.1. O Comportamento do Rendimento Médio dos Assalariados no ABC, segundo os diferentes Setores Econômicos.

Apesar do crescimento do emprego nos setores comercial e de serviços contrabalançando a queda dos níveis de emprego no setor industrial, os empregos gerados nesses segmentos tiveram um rendimento muito inferior àquele apresentado pelo setor industrial.

⁶² Podemos definir, grosso modo, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED o desemprego oculto como sendo àquele relacionado ao trabalho precário e ao desalento (medida acolhida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT); e o desemprego aberto como sendo decorrente da procura e não colocação no mercado de trabalho.

A tabela apresentada abaixo ilustra o comportamento dos rendimentos médios pagos pelos diferentes setores e ramos.

Tabela 44: Rendimento Real Médio (1) dos Ocupados, segundo Setor e Ramo de Atividade Econômica do Trabalho Principal, para a Região do ABC Paulista, entre 1988-1999. (Em reais de Maio de 2000)

Setor e Ramo de Atividade	1988-1989	1998-1999	Variação
Indústria	1365	1073	-21,4
Metal-Mecânica	1526	1240	-18,7
Química e Borracha	1418	1212	-14,5
Vestuário e Têxtil	893	-	-
Alimentação	-	-	-
Gráfica e Papel	-	-	-
Outras	925	732	-20,9
Construção Civil	-	-	-
Comércio	876	703	-19,7
Serviços	986	881	-10,6
Reformas	-	557	-
Oficina Mecânica	-	710	-
Limpeza e Outras Oficinas	639	560	-12,4
Transportes	1257	995	-20,8
Especializados	-	1387	-
Administração e Utilidade Pública	1357	1227	-9,6
Creditícios	-	-	-
Alimentação	-	534	-
Educação	903	885	-2,0
Saúde	-	1009	-
Auxiliares	-	982	-
Outros	692	660	-4,6
Serviços Domésticos	223	285	27,8
Outros	-	-	-
Ocupados	1109	865	-22,0

Fonte: Gonzaga (2000). Dados: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Notas:

(1) – Como deflator foi utilizado o ICV (Índice de Custo de Vida) do DIEESE.

(-) – A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Como pode ser observado pelos dados apresentados acima, enquanto o setor industrial propiciava um rendimento médio de aproximadamente R\$ 1.073 em 1999, o setor de serviços apresentava uma renda média de R\$ 881, e o setor comercial uma renda média de R\$ 703. Entretanto a tabela anterior nos mostra outra tendência, que é a da queda generalizada nos rendimentos.

Pode-se deduzir que isso se deve fundamentalmente ao elevado nível de desemprego existente na região⁶³, que força para baixo os salários pagos. A tabela acima mostra a dimensão de queda do rendimento médio do trabalhador na região, entre 1989 e 1999. O setor industrial apresentou uma redução média de mais de 20%, contra quase 11% no setor de serviços e de 20% no setor comercial aproximadamente.

A tabela abaixo ilustra a evolução do rendimento médio dos trabalhadores, segundo atividades, entre 1989 e 1999, segundo sua situação de registro no emprego.

Tabela 45: Rendimento Real Médio (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação no Trabalho Principal, para a Região do ABC, entre 1988-1999. (Em Reais de Maio de 2000)

Posição na Ocupação	1988-1989	1998-1999	Variação
Assalariados (2)	1178	900	-23,6
Setor Privado	1165	866	-25,7
C/ Carteira Assinada	1252	955	-23,7
S/ Carteira Assinada	449	518	15,4
Setor Público (3)	1295	1149	-11,3
Autônomos	821	675	-17,8
Trabalha para o Público	694	572	-17,6
Trabalha para a Empresa	1034	833	-19,4
Empregador	-	1953	-
Empregado Doméstico	223	285	27,8
Outros	-	-	-
Ocupados	1109	865	-22,0

Fonte: Gonzaga (2000). Dados: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Notas:

- (1) – Como deflator foi utilizado o ICV do DIEESE.
- (2) – Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.
- (3) – Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos Municipal, Estadual e Federal, Empresa de Economia Mista, Autarquia, Fundação, etc.)
- (-) – A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A tabela acima evidencia que a queda no rendimento médio, se deu, principalmente, no setor privado com uma retração no rendimento médio de R\$ 1165 em 1989 para R\$ 866 em 1999, ou seja, uma queda de quase 26%. Contudo, nota-se que somente os trabalhadores sem carteira assinada apresentaram um crescimento no rendimento médio no período compreendido

⁶³ Desde o começo dos anos 90 a taxa de desemprego na região do ABC vem permanecendo na casa dos 20% da população economicamente ativa. (IMES/2004)

entre 1989 e 1999, que passa de R\$ 449 para R\$ 518, ou seja, um aumento de 15,4%.

Também podemos analisar o comportamento do rendimento médio pago entre 1988 e 1999, na região do ABC segundo o porte das empresas empregadoras.

Tabela 46: Rendimento Médio Real (1) dos Assalariados do Setor Privado, segundo Setor de Atividade e Tamanho da Empresa onde Trabalham, para a Região do ABC Paulista, entre 1988 e 1999. (Em reais de maio de 2000)

Setor e Ramo de Atividade	1988-1989 (3)	1998-1999	Varição
Total dos Assalariados do Setor Privado (2)	1168	866	-25,9
Até 5 empregados	462	415	-10,2
De 6 até 49 empregados	706	619	-12,3
<i>De 50 até 99 empregados</i>	<i>993</i>	<i>804</i>	<i>-19,0</i>
<i>De 100 até 499 empregados</i>	<i>1175</i>	<i>944</i>	<i>-19,7</i>
<i>500 empregados ou mais</i>	<i>1540</i>	<i>1272</i>	<i>-17,4</i>
Não sabe	744	572	-23,1

Fonte: Gonzaga (2000). Dados: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Notas:

- (1) – Deflacionado pelo ICV do DIEESE.
- (2) – Exclui os serviços domésticos e inclui os demais setores de atividade.
- (3) – Dados disponíveis a partir de fevereiro de 1988.
- (-) – A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A tabela acima revela que entre os assalariados do setor privado, a queda no rendimento médio se concentrou nas empresas de 50 a 99 funcionários, e de 100 a 499 funcionários, ou seja, naquelas definidas como de médio porte.

Nessa faixa, a contração na renda média se situou na casa dos 19,3% aproximadamente, com uma queda de R\$ 993 para R\$ 804, nas empresas de 50 a 99 funcionários, e de R\$ 1.175 para R\$ 944 nas empresas de 100 a 499 funcionários, entre 1989 e 1999.

Por outro lado, no segmento de pequenas empresas, ou seja, na faixa com até 5 funcionários e de 6 até 49 funcionários, a queda no rendimento médio ficou na ordem de 11,2%, com redução de R\$ 462 para R\$ 415, nas empresas com até 5 funcionários; e de R\$ 706 para R\$ 619, nas empresas de 6 até 49 funcionários.

2.7. O Comportamento das Finanças Públicas nos municípios que compõe o ABC Paulista.

No campo das finanças públicas, dos municípios que compõem a região do ABC, não se pode negligenciar o forte impacto que as transformações econômicas ocorridas ao longo dos anos 90 têm sobre a fiscalidade local. Nesse tópico vamos demonstrar, ainda que superficialmente, as conseqüências fiscais para os municípios da região da diminuição da atividade industrial local. Para tanto, vamos analisar o comportamento das receitas, despesas, e dos principais indicadores fiscais, tais como a evolução do Índice de Participação dos Municípios (IPM) na distribuição do ICMS, e o nível de endividamento público.

2.7.1. O Comportamento e Evolução dos Principais Indicadores Fiscais.

Um dos indicadores fiscais mais relevantes nas finanças públicas municipais corresponde ao comportamento do IPM, que determina a distribuição de 25% de todo o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadado no território do Estado de São Paulo. Como esse índice é calculado a partir dos dados de Valor Adicionado gerado no território de cada município, a atividade econômica, sobretudo a industrial, que é capaz de gerar maior volume de Valor Adicionado, determina em grande medida a fatia a que cada município pode dispor da repartição do ICMS. De maneira simplificada, de todo o ICMS arrecadado no território do Estado de São Paulo, 25% é destinado aos municípios e desses 25% o *quantum* de Valor Adicionado gerado no território de cada município possui um peso de 76%. Ou seja, quanto mais um município gerar de Valor Adicionado, mais ele terá direito a recursos oriundos do ICMS. O quadro abaixo ilustra o comportamento desse índice nos diferentes municípios do ABC.

Tabela 47: Evolução do Índice de Participação dos Municípios no ICMS, entre 1980 a 2003. (Em %)

Municípios/Anos	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Santo André	4,41	2,89	2,58	1,95	1,87	1,85	1,74	1,61	1,60	1,62	1,56	1,48
São Bernardo do Campo	5,94	4,47	4,05	3,96	4,67	4,82	4,28	4,29	4,18	3,73	3,39	3,27
São Caetano do Sul	1,69	1,23	0,97	1,20	1,40	1,42	1,17	1,05	1,12	0,98	0,82	0,80
Diadema	1,17	1,29	1,63	1,24	1,26	1,34	1,42	1,43	1,32	1,21	1,14	1,13
Mauá	0,97	1,56	1,32	1,45	1,56	1,51	1,26	1,04	1,03	1,10	1,20	1,20
Ribeirão Pires	0,19	0,24	0,23	0,22	0,25	0,28	0,26	0,22	0,19	0,17	0,15	0,15
Rio Grande da Serra	0,02	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03

Fonte: SEADE/2004.

Como se pode observar, em quase todos os municípios do ABC, há uma queda do IPM, o que acaba por impactar fortemente nas finanças desses municípios o que veremos mais à frente. Os únicos municípios que apresentaram ganho nesse índice foram Mauá e Rio Grande da Serra. No caso de Mauá diferentemente dos demais municípios da região do ABC, há áreas disponíveis para a implantação de indústrias e um setor químico/petroquímico bastante avançado.

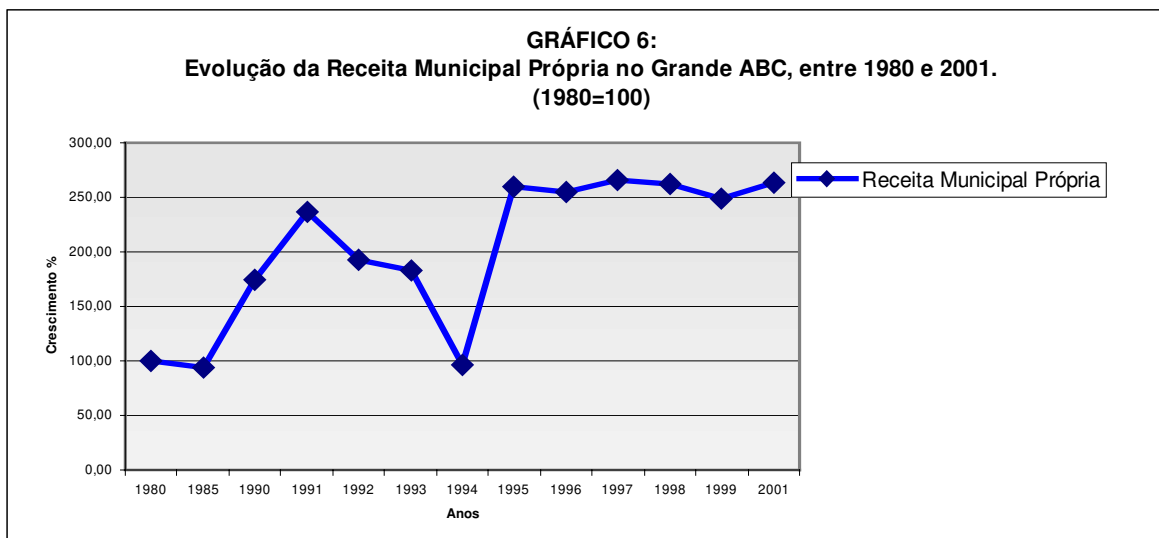
A contrapartida dessa perda de receita fiscal oriunda do IPM pode ser observada a partir do comportamento da receita municipal própria nos municípios do ABC. A tabela abaixo ilustra esse comportamento nos últimos vinte anos em seus diferentes municípios.

Tabela 48: Evolução da Receita Municipal Própria nos município do ABC, entre 1980 e 2001. (1980=100)

Municípios/Anos	1980	1985	1990	1991	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Santo André	100,00	108,42	169,59	286,63	244,37	215,25	169,04	179,95	148,58	153,91	173,02	167,16
São Bernardo do Campo	100,00	91,31	191,21	259,63	187,29	170,56	340,60	266,81	346,57	317,17	283,28	336,37
São Caetano do Sul	100,00	86,40	197,90	176,12	226,79	185,57	203,61	263,31	245,18	305,87	293,09	300,78
Diadema	100,00	98,96	210,48	218,06	151,31	232,75	342,70	369,70	343,95	338,11	272,31	217,41
Mauá	100,00	51,04	82,11	78,15	89,87	90,25	206,25	271,30	230,33	296,81	309,55	294,20
Ribeirão Pires	100,00	97,57	63,43	92,44	80,84	105,09	180,35	454,76	272,02	192,76	195,36	204,21
Rio Grande da Serra	100,00	83,32	109,47	68,61	46,91	82,43	90,67	83,31	127,64	102,15	99,14	125,98

Fonte: SEADE/2004.

Pode-se observar um forte crescimento dessas receitas, resultante dos esforços de arrecadação empreendida pelos municípios como forma de sustentar seus gastos. Tomando-se o ABC em seu conjunto há um crescimento significativo na geração de receita própria, conforme pode ser visto no gráfico abaixo. Vejamos:



Fonte: SEADE, 2005.

Assim, considerando o ABC como um todo, a receita própria em seus municípios cresceu, entre 1980 e 2001, mais de 260%, se estabilizando nesse patamar a partir de 1995.

Nota-se a brutal queda nessa variável entre 1991 e 1994, resultante em grande medida do primeiro impacto da reestruturação industrial regional, reduzindo a capacidade de geração de receitas a partir das transferências governamentais baseadas no dinamismo econômico local, como a cota-parte no IPM.

2.7.1.1. Receitas.

Vejamos agora como se comportou a variável receita nas finanças públicas nos municípios do ABC. A tabela abaixo ilustra a evolução das principais variáveis que compõe as receitas municipais. Vejamos:

Tabela 49: Evolução das principais variáveis componentes das Receitas Municipais no ABC tomado em seu conjunto, entre 1985 e 2001. (1985=100)

GRANDE ABC/Anos	1985	1990	1991	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Total da receita municipal	100,00	165,20	179,46	153,06	148,07	214,37	221,89	223,27	220,15	213,98	211,65
Receita municipal - cota-parte do ICMS	100,00	159,25	146,21	127,83	121,98	182,83	187,31	184,86	159,93	149,98	139,71
Receita municipal - cota-parte do FPM	100,00	128,95	113,11	112,74	118,92	135,09	151,92	138,48	195,11	168,70	168,72
Total de receitas municipais correntes	100,00	173,76	185,13	157,89	148,94	226,86	227,89	236,76	231,86	222,81	223,64
Total da receita tributária municipal	100,00	148,86	213,77	171,96	125,38	257,48	266,36	276,33	285,69	264,42	281,46
Total da arrecadação de impostos municipais	100,00	165,43	245,02	198,73	141,36	293,62	303,70	299,53	320,36	322,85	363,22
Arrecadação de IPTU	100,00	115,37	336,06	225,07	102,66	361,89	364,88	368,31	422,88	448,63	515,13
Arrecadação de ISS	100,00	153,49	154,41	141,12	125,38	211,81	234,36	226,57	223,54	212,35	240,95
Total da arrecadação municipal de taxas	100,00	99,47	134,08	106,30	90,26	181,43	102,80	232,27	215,58	137,12	100,98
Total da receita municipal por participação na receita da União	100,00	151,73	147,56	110,93	125,09	181,11	203,80	211,80	247,55	220,87	x
Total da receita municipal por participação na receita corrente do Estado	100,00	160,83	151,48	131,02	124,60	195,10	200,43	205,11	181,44	168,23	158,98

Fonte: SEADE/2004.

Nota:

(X) – Dado indisponível, em função da não disponibilidade em algum município do ABC.

Como pode ser observado a partir dos dados apresentados acima, a variável impostos municipais apresentou um crescimento entre 1985 e 2001, de 360% aproximadamente, sendo os destaques as variáveis IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISS (Imposto sobre Serviço), com crescimento de 515% e 240%, respectivamente, nesse mesmo período.

2.7.1.2. Despesas.

Vimos acima o comportamento das receitas municipais no ABC, vejamos agora o comportamento das despesas municipais. A tabela abaixo ilustra o comportamento das despesas segundo seus principais componentes.

Tabela 50: Evolução das Despesas Municipais no ABC, tomado em seu conjunto, segundo seus

GRANDE ABC/ Anos	1985	1990	1991	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Total de despesas municipais	100,00	197,71	199,38	166,57	166,69	242,38	271,43	225,97	234,59	223,36	218,07
Total de despesas municipais correntes	100,00	211,95	219,89	194,76	199,19	280,99	334,07	290,91	314,31	297,14	284,68
Total de despesas municipais de custeio	100,00	216,31	223,09	191,78	192,76	275,93	319,59	285,24	284,45	270,63	260,08
Despesas municipais com pessoal	100,00	202,65	202,36	174,40	174,91	240,21	278,00	264,03	251,53	237,71	234,08
Despesas municipais com material de consumo	100,00	157,49	127,54	104,73	113,35	125,66	118,20	96,54	74,46	102,66	x
Despesas municipais com serviços de terceiros e encargos	100,00	311,62	373,64	318,38	299,28	499,76	599,95	502,05	556,54	516,60	437,93
Diversas despesas municipais de custeio	100,00	156,51	99,71	351,18	1108,00	1224,73	1533,55	786,27	843,55	396,39	6382,80
Despesas municipais com encargos da dívida (interna e externa)	100,00	79,63	63,48	227,52	174,54	209,37	285,86	84,23	68,22	80,49	62,80
Total de despesas municipais com investimentos	100,00	177,97	174,20	125,69	116,09	194,51	172,42	110,48	87,08	87,60	96,61

principais componentes, entre 1985 e 2001. (1985=100)

Fonte: SEADE/2004.

Nota:

(X) – Dado indisponível, em função da não disponibilidade em algum município do ABC.

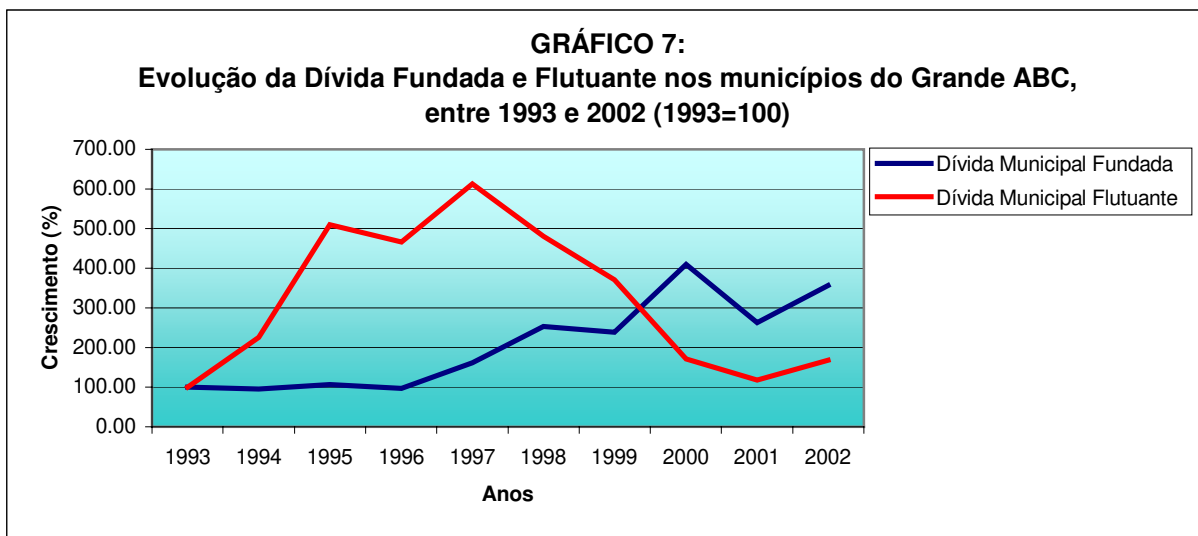
Podemos observar pelos dados acima que os componentes das despesas municipais mais representativas como despesas correntes e de custeio apresentaram um crescimento de mais de 250% em média, o que evidencia a necessidade de esforço arrecadatório por parte dos municípios do ABC na última década principalmente.

2.7.1.3. Endividamento.

O endividamento público nos municípios do ABC se comportou de forma explosiva ao longo dos anos 90, fruto em grande medida da perda de receitas, o que somente foi compensado pelo crescimento das receitas próprias (ISS, IPTU, etc.) de um lado e pelo crescimento da dívida de outro.

No campo do endividamento público analisamos o comportamento dos dois segmentos de dívida pública: a fundada e a flutuante⁶⁴. O gráfico abaixo ilustra o comportamento do endividamento público nos municípios do ABC entre 1993 e 2002.

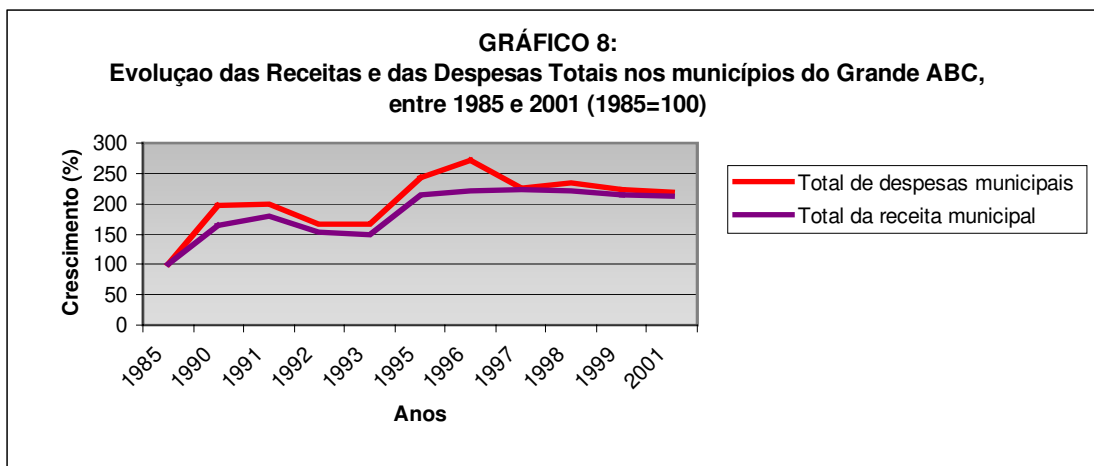
⁶⁴ Segundo definição da Secretaria Estadual de Fazenda, a dívida fundada é definida como sendo: Compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos, provenientes da colocação de títulos do tesouro e/ou empréstimos dentro ou fora do país. Já a dívida flutuante é definida como sendo: Compromissos de curto prazo, isto é, de exigibilidade inferior a 12 meses, compreendendo os restos a pagar; os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos da tesouraria.



Fonte: SEADE, 2005.

Pelo comportamento das dívidas municipais fundada e flutuante, observa-se o forte crescimento que assume a dívida fundada, superior a 12 meses, e uma forte queda da dívida flutuante, de exigibilidade inferior a 12 meses (de curto prazo, portanto), o que evidencia na prática uma mudança no perfil do endividamento municipal, nos municípios do ABC. A dívida fundada, cresce nesse período quase 350%, ao passo que a dívida flutuante, que chega a crescer até 600% aproximadamente entre 1993 e 1997, chega a 2002 com um crescimento de 67%.

O gráfico abaixo ilustra o comportamento das receitas e despesas totais no ABC⁶⁵.



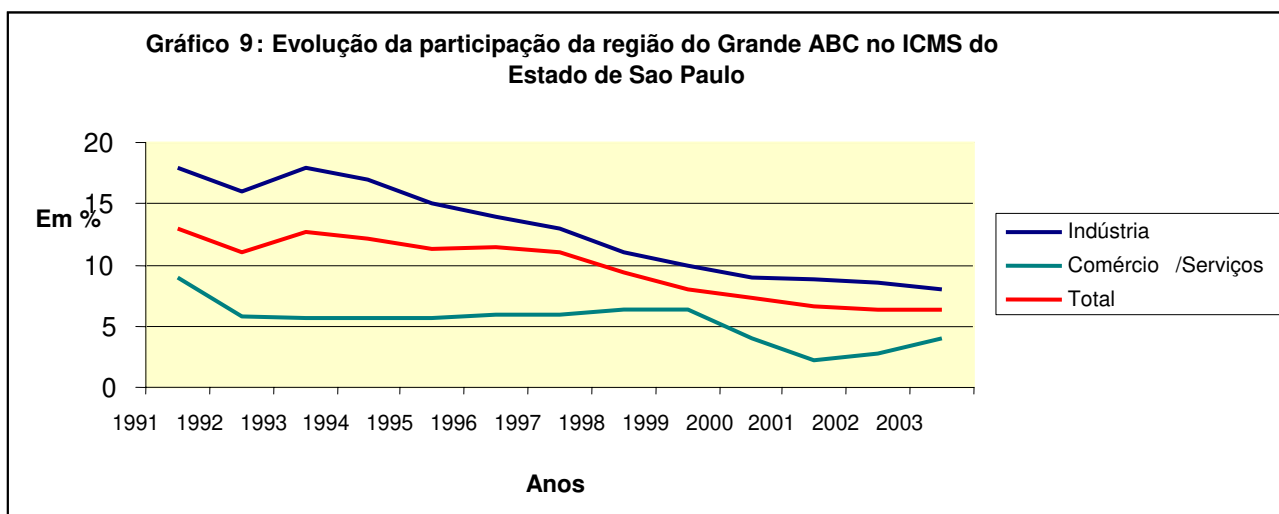
Fonte: SEADE/2004.

Como podemos observar pelo gráfico acima, em que pese a perda de receitas oriundas da indústria, o esforço arrecadatório local propiciou à região do ABC manter-se em uma situação de relativo equilíbrio em suas contas públicas, muito embora com um grau de endividamento constante, como pode ser observado pelo hiato existente entre as curvas de despesas e receitas totais⁶⁶.

Para concluir, o gráfico abaixo ilustra a participação do ABC no ICMS gerado no estado de São Paulo.

⁶⁵ Obviamente que, ao apresentarmos a estrutura das finanças públicas municipais da forma como estamos fazendo podemos incorrer em distorções de um município para o outro, isso porque os municípios não são iguais em termos de população, potencial econômico, etc. Contudo, essa forma nos propicia um quadro geral do comportamento das finanças municipais nos municípios que compõe o ABC. Entretanto deve-se salientar que essas estruturas de receitas e despesas, bem como de indicadores descritos acima são altamente parecidos em todos os municípios do ABC.

⁶⁶ Outro ponto relevante se refere à chamada Lei de Responsabilidade Fiscal instituída em 2000 que determina que os gastos com pessoal não ultrapassem os 60% da receita operacional líquida dos municípios o que implicou ainda mais na necessidade de se ampliar a arrecadação local.



Fonte: Observatório Econômico nº 4, ano, Santo André, abril/Maio/Junho de 2004.

Como podemos observar pelo gráfico, as receitas tributárias oriundas do ICMS no ABC apresentaram uma redução de 45% aproximadamente entre 1991 e 2003, redução puxada fortemente pela retração industrial, cuja participação no ICMS gerado no estado recua de 17% em 1991 para 7% em 2003.

Como conclusão geral desse capítulo, podemos identificar um forte dinamismo econômico existente na região do ABC, que pese sua relativa perda de participação industrial, conforma analisamos no capítulo anterior.

Seu setor de serviços se mantém dinâmico, inovativo, e em expansão, o e mesmo se pode dizer, ainda que com alguma cautela sobre seu setor industrial.

De fato, não se pode negar a grande perda de postos de trabalho sofrida no ABC, sem analisar seu setor industrial. Entretanto, olhar somente para a perda de postos de trabalho pode desviar a atenção para o que de fato vêm ocorrendo na estrutura produtiva do ABC nas últimas duas décadas (1980 e 1990), que consiste numa profunda transformação em seu regime produtivo, agora pautado muito mais em tecnologia que em mão-de-obra. Logo, falar em processo de “desindustrialização” parece não muito adequado ao que de fato vêm ocorrendo nessa região. Pois como aponta Araújo (DGABC, 2002:3): “O mito da desindustrialização do ABC foi construído em torno da perda de empregos industriais, e não com base na geração de riquezas dessa indústria”.

Frente a esse cenário de profundo desemprego na região, se criou entre os agentes públicos locais a necessidade de uma atuação conjunta para enfrentamento dos diversos problemas que afetavam de maneira semelhante todos os municípios da região.

Logo, a partir de uma articulação entre os atores governamentais e da sociedade civil, foram criadas instituições regional que de forma articulada procuram debater e propor ações públicas para a solução de problemas econômicos e sociais comuns à região.

A instituição original e ponto de partida para esses organismos foi o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, composto pelos sete municípios da região e criado em dezembro de 1990.

Em seguida, é criada a Câmara Regional do Grande ABC, também composta pelos sete municípios da região e criada em março de 1997. Sua constituição integra os municípios (através do Consórcio Intermunicipal), o Governo Estadual, e agentes da sociedade civil.

Por fim, em outubro de 1998 com objetivos de avançar nos trabalhos emanados da Câmara Regional nasce a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Trata-se de uma ONG composta pelas sete prefeituras, Associações Comerciais e Industriais da região, Sindicatos, Instituições de Ensino e de empresas da região, particularmente do Pólo Petroquímico.

Dessas instituições nascem diversas políticas de atuação pública para o enfrentamento das questões econômicas e sociais que afligem a região, tais como o desemprego, educação, saúde, e fundamentalmente, projetos que visem o fortalecimento de seu setor industrial. Nesse sentido, destacam-se os programas destinados ao apoio às pequenas e micro empresas, e os programas de capacitação profissional.

Entretanto, devido aos limites e objetivos desse trabalho não vamos nos adentrar nas especificidades dessa avançada institucionalidade que se cria na região para o enfrentamento dos problemas objetos de análise nesse trabalho.

Contudo, dentre os diversos programas criados destaca-se mais recentemente a articulação entre pequenas e médias empresas em forma de

Arranjos Produtivos Locais (APLs) nos ramos de autopeças, ferramentaria e plásticos⁶⁷. Trata-se de ramos industriais com muitas empresas que, por assim se apresentar, propicia um ambiente favorável à formação de redes de cooperação.

O quadro abaixo ilustra as diversas empresas que já fazem parte ativamente desse arranjo.

Quadro 7: Empresas participantes do APL do Grande ABC em ferramentaria, plásticos e

Autopeças		Ferramentaria		Plásticos	
Empresas	Ano	Empresas	Ano	Empresas	Ano
Acelik Indústria Mecânica	1989	Andy Ferramentaria e Inj. Plástica	2004	Acilplast Ind. e Com.	1994
Aquarius Usinagem e Estamparia	1981	Ecos ABC Ind. Mecânica	2000	Andy Ferramentaria e Injeção Plástica	2004
Ferkoda S/A Artefatos de Metais	1969	Ecos Usinagem e Ferramentaria	1987	Aplastec	1992
Ferramentaria Transfer	1998	Erofort Indústria	2001	Brinquedos Plastilindo	1969
Fiori Usinagem e Ferramentaria	2000	Fabrimold Ind. Com. de Moldes e Peças Injetadas	1994	Chick Home Ind. e Com.	2004
Fischer Pastilhas e Freios Especiais	1980	Fematec Com. e Serviços	2004	Compacto Ind. e Com.	2004
Heral S/A Ind. Metalúrgica	1955	Fercap Ferramentaria e Automação	1999	Ecos Injeção	2002
Ind. e Com. Uster	1994	Kayac do Brasil	-	Giana Ind. e Com. de Moldados	1991
Ind. Met. Maxdel	1977	HBR Metalúrgica	-	Injecrom Ind. e Com.	1997
Metalúrgica Furocar	1992	HR Ferram. Estamparia e Usinagem	-	MacPrado Termoplástica	1998
Metalúrgica Tinonin	1999	L Fortunato EPP - Fortunmold	-	Nikkey Pigmentos Plásticos	2002
Molas Pentágono Ind. e Com.	1985	Marro Máquinas Operatrizes	1991	Plastifama Indústria e Comércio	1967
Philuma Manutenção	1989	Mecânica e Usinagem Soriani	1988	Polibel Ind. e Com.	1986
Uniparts Ind. de Autopeças	1974	Metalúrgica Union	2002	Qualyplas Ind. e Com.	1992
Well Ind. Com. de Peças	1999	Prodemol Ind. e Com.	1995	RCE Tecnologia Industrial	2001
		Pro Model Usinagem	1988	Resitec Mercantil de Polímeros	2002
		TKS Ferramentaria Ind. e Com.	1991	Solplas Ind. de Plástico	1973
		Uniwida Cooperativa Industrial	1999	SQV Indústria e Comércio	2001
		UR Usinagem e Ferramentaria	1994	Welcon Indústria Metalúrgica	1990
Fonte: www.aplgrandeabc.com.br					
Nota:					
(-): Dado indisponível.					

autopeças.

As empresas que fazem parte desse APL grande ABC apresentaram em 2003 um faturamento de cerca de R\$ 36 milhões, com expectativa para um crescimento da ordem de 20% aproximadamente para 2004, e geram 1.742 empregos diretos e mais 6.698 empregos indiretos.⁶⁸

⁶⁷ Em uma definição simples, Arranjos Produtivos Locais constituem na associação de diversas empresas (pequenas e médias) atuantes numa mesa atividade econômica, com o objetivo de juntas fortalecerem suas capacidades tecnológicas e comerciais, fundamentalmente.

⁶⁸ Fonte: www.aplgrandeabc.com.br, 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região conhecida como Grande ABC Paulista ao se constituir como uma das regiões mais densamente industrializadas do país sofreu drasticamente com as mudanças estruturais que se processam no Brasil a partir do final dos anos 80.

A indústria instalada no país inicia uma reestruturação produtiva e organização abrangente, visando se adaptar ao novo contexto. Ocorre também o deslocamento de algumas atividades industriais em direção a regiões menos industrializadas, onde os salários e a organização sindical dos trabalhadores são menores, as ofertas de subsídios e diversos favores se expandem, a legislação e a fiscalização ambientais são menos rígidos, etc.

Dessa forma regiões altamente industrializadas como o Grande ABC, sofreram fortemente com esses processos, ganhando destaque no debate local o que se convencionou chamar de “custo ABC”, resultado em grande medida de sua própria densidade industrial. Sua estrutura produtiva, baseada em certa medida nas inter-relações do complexo produtivo dos segmentos de material de transportes, padeceu neste novo ambiente concorrencial.

A análise da dinâmica econômica do Grande ABC realizada nesse trabalho a partir das observações de VAF, mercado de trabalho, inovação, serviços, investimentos, etc aponta para um quadro onde a estrutura econômica dessa região em que pese ter (e estar) passando por profundas transformações não apresenta de forma tão contundente uma situação que pudesse ser caracterizada simplesmente de desindustrialização ou esvaziamento econômico.

Se os dados de VAF industrial apontam para uma queda na participação do ABC no total do Estado, de 16,66%, em 1980, para 11,29% em 2001, o número de estabelecimentos industriais cresceu de 3.159 para 4.612, entre 1980 e 2003.

Quanto à potencialidade inovativa os ramos industriais mais relevantes, como o de material de transportes, máquinas e material elétrico, metalurgia básica e de produtos químicos, apresentaram índices de inovação bastante elevados

comparativamente ao apresentado pelas demais regiões do Estado, segundo a PAEP.

No que diz respeito aos investimentos anunciados para a região, destaca-se que o ABC, ainda se apresenta como destino de fatia significativa dos investimentos industriais. Grande parte desses investimentos se destinou fundamentalmente à modernização e ampliação de plantas, o que está intimamente relacionado com o comportamento inovador da indústria local como vimos.

Na esteira desse processo de relativo declínio industrial, o setor de serviços ganha espaço na estrutura produtiva regional.

O comportamento do mercado de trabalho expressa essas mudanças. Há um decréscimo significativo dos postos de trabalho industriais, que se reduzem em 130.000, enquanto o setor de serviços e comércio apresentou nesse mesmo período um crescimento de 180.000 postos de trabalho.

Parcela significativa do segmento de serviços está intimamente relacionada ao setor industrial (serviços industriais). O parque industrial montado, apesar de perder alguma substância, parece ser ainda o indutor da economia da região, podendo ainda engendrar a construção de um setor terciário avançado, como apontam alguns analistas.

O próprio balanço entre recepções e transferências de unidades industriais, ou fases do processo produtivo, não sinaliza uma perda acentuada de plantas, ao contrário, indica que o movimento de saída de unidades industriais e/ou linhas de produção foi, pelo menos parcialmente, compensado pela chegada de novas plataformas de produção.

Quanto às finanças públicas os dados apresentados apontam para um forte impacto fiscal e financeiro, visto que a transferência de recursos baseada no VAF gerado localmente apresentou uma tendência de queda nos anos 90, o que foi compensada em grande medida pelo crescimento das receitas próprias e do próprio endividamento municipal. Sem dúvida esse foi um problema que atingiu principalmente os municípios cujo setor industrial foi mais atingido nesse processo de reestruturação, como Santo André.

Por fim, devemos salientar que o desempenho da indústria do ABC está intimamente relacionado ao desempenho mais geral da economia brasileira. Dada sua alta complexidade e fortes relações interindustriais com conteúdo de alta complexidade tecnológica, não seria possível afirmar categoricamente a perda de dinamismo econômico (industrial) no ABC, analisando somente dados de emprego.

Adicionalmente, pode-se ainda considerar que o crescimento industrial de um país não poderia se realizar continuamente em uma única região, como no início do processo de industrialização, mas tende, de uma forma até natural, a certa desconcentração pelo território na medida em que o setor industrial vai se tornando cada vez mais complexo.

Dessa forma não foi apenas a região do ABC que “perdeu” dinamismo industrial, mas sim outras regiões, antes com baixo desenvolvimento industrial, passaram a se apresentar como novos espaços para investimentos.

Nesse contexto é que alguns autores apontam para um processo de “desconcentração concentrada” (Diniz, 1993), segundo a qual, em que pese o processo de desconcentração industrial, esse ainda se mantém bastante próximo às áreas mais desenvolvidas do país. Klink (2001:107) afirma que: “as potencialidades de para uma região como o Grande ABC de se transformar numa economia regional dinâmica, capaz de criar renda e emprego numa base competitiva, estarão estreitamente relacionadas com sua capacidade de se inserir na especialização de trabalho entre as cidades-regiões/aglomerações que compõe o polígono”.

Neste momento, inúmeras políticas de integração de cadeias produtivas nos principais ramos industriais locais vêm sendo colocadas em prática (na forma de Arranjos Produtivos Locais, com destaque para o setor de plásticos, que conta na região com um grande número de pequenos e médios estabelecimentos).

Frente ao cenário de enormes constrangimentos estruturais que a região teve que enfrentar, as ações públicas e privadas na região passaram a se dar de forma mais concertada e segundo uma institucionalidade própria (Câmara, Agência, Consórcio, Fórum da Cidadania), já bastante discutida na literatura

pertinente e que tem inspirado novos arranjos institucionais em outras regiões brasileiras.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC. A Atividade Econômica nos Anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisa*, n. 1. Santo André, 1999.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC. A Atividade Econômica nos Anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisa*, n. 2. Santo André, 2000.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC. A Atividade Econômica nos Anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisa*, n. 3. Santo André, 2001.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC. A Atividade Econômica nos Anos 90 no Grande ABC. *Cadernos de Pesquisa*, n. 4. Santo André, 2002.
- ANAU, R. V. As transformações econômicas no Grande ABC de 1980 a 1999. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2001.
- ARAÚJO, M. F. I. Impactos da reestruturação produtiva sobre a região metropolitana de São Paulo no final do século XX. *Tese de Doutorado* (Economia Aplicada). Instituto de Economia/UNICAMP, 2001.
- ARAÚJO, M. F. I. Mapa da Estrutura Industrial e Comercial do Estado de São Paulo. Economia Paulista – *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol.32 nº1-2, jan/jul, 1999.
- ARAÚJO, M. F. I. Reestruturação Produtiva e Transformações Econômicas: Região Metropolitana de São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 15/nº1. São Paulo, jan/mar de 2001.
- ARAÚJO, M. F. I. Grande ABC: Caracterização Geral e Evolução Recente. Instituto de Economia da Unicamp. Mimeo, 1998.
- ARBIX, G. & ZILBOVICIUS, M. Local adjustment to globalization: a comparative study of foreign investment in two regions of Brazil, Greater ABC and Greater Porto Alegre. International Labor Organization. São Paulo, 2000 (b).
- ARBIX, G. Guerra Fiscal e Competição Intermunicipal por novos Investimentos no Setor Automotivo Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais – Dados*, Vol. 34, Rio de Janeiro, 2000.

- ARBIX, G. Política industrial e o Laissez-Faire na Guerra Fiscal. In: RATTNER, H. (Org.) *Brasil no Limiar do Século XXI*. Edusp, São Paulo, 2000 (c).
- ARBIX, G. Desamparo institucional e despreparo governamental na guerra fiscal brasileira. II Seminário Internacional da USP: Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Estratégias de Integração e Desenvolvimento. São Paulo, 27 – 28 de agosto de 2001.
- AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico*, São Paulo, n. 58, 1986.
- AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. *Estudos Econômicos*, nº16. São Paulo, 1986.
- AZZONI, C. R.; CAPELATO, R. Ranking das regiões paulistas segundo o potencial de consumo. *Economia & Empresa*, São Paulo, v. 3, n. 3, jul/set. 1996.
- PAMPLONA, J. B. Mitos e fatos da desindustrialização do ABC. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 02 de maio de 2001.
- BARBOSA, M. E. B. Impactos das mudanças no mercado formal de trabalho no período de 1994 a 1999: um estudo centrado na região do ABCDM, no Estado de São Paulo. *Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas* IMES – Centro Universitário de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2001.
- BELO, E. Pesquisa descarta fuga de indústrias da região do ABC. *Jornal Valor Econômico*. São Paulo, 6,7,8 e 9 de setembro de 2001.
- BRANDAO, A. C. A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. *Tese de Livre – docência*. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2003.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 – 1970*. São Paulo: Ed. Global/Ed. UNICAMP, 1985.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e sociedade*, Campinas, n. 8, jun. 1997.
- _____. coord. *A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São paulo (1920-1980)*. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção Economia Paulista, 3 v.)
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

-
- . Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil. In: AFFONSO, R. B. ^a; SILVA, P. L. B.; org. *A federação em perspectiva*. São Paulo: Fundap, 1995.
- CONCEIÇÃO, J. J. As fábricas do ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90. *Dissertação de Mestrado*. IMES – Centro Universitário de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2001.
- CONCEIÇÃO, J. J. ABC: Região em Mudança. *Teoria e Debate*. Revista Trimestral da Fundação Perseu Abramo, nº37, São Paulo, fev/mar/abr de 1998.
- COUTINHO, L. G. A Terceira Revolução Industrial. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, ago. 1992.
- CLEMENTE, A. Economia Regional e Urbana. Ed. Globo. São Paulo, 1994.
- DANIEL, C. & SOMEKH, N. Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC. *Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR*. Porto Alegre, 1999.
- DANIEL, C. A Câmara Regional do Grande ABC: Desenvolvimento Econômico com Participação da Comunidade. Santo André, 1997.
- DANIEL, C. Uma estratégia econômica para o Grande ABC. *Revista São Paulo em Perspectiva*, n/10(3). São Paulo, 1996.
- DIAGNOSTICO E PERSPECTIVAS DAS CADEIAS PETROQUÍMICA E AUTOMOTIVA DO ABC. SEBRAE/UNICAMP, 1998.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC – Diversos números.
- DIEESE – SUBSEÇÃO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Competitividade Regional: construindo o futuro. São Bernardo do Campo, 2001.
- DINIZ, C. C. desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, set. 1994.
- DINIZ, C. C. Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1991. (Tese de professor Titular).

- _____. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 35-64, set. 1993.
- DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: PARA A DÉCADA DE 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989. V. 3, p. 161-99.
- DINIZ, C. D.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1. Jul. 1996.
- DOMINGOS, R. ABC é quartel – general de indústrias. *Diário do Grande ABC*. Santo André, 04 de agosto de 2002.
- DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, nº18, junho de 2002.
- FONSECA, R. R. Localização e emprego na indústria automobilística brasileira. *III Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho*. Buenos Aires, 1999.
- FREANCO, C. & DUTRA, A. P. Custo ABC afugenta empresas da região. *Diário do Grande ABC*. Santo André, 28 de novembro de 1999.
- GIAMBIAGI, F. & MOREIRA, M. M. (ORG.) A Economia Brasileira nos Anos 90. 1ª ed. BNDES, Rio de Janeiro, 1999.
- GOMES, E. N. Planejamento econômico local, desenvolvimento e participação social: a experiência das cidades do Grande ABC Paulista. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Economia), PUC. São Paulo, 1999.
- GONZAGA, L. L. As transformações do mercado de trabalho no ABC nos anos 90. *Trabalho de conclusão de curso de especialização em Economia e Gestão das Relações de Trabalho*. PUC. São Paulo, 2000.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B., org. *Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)*. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. P.13-59.

INSTITUO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO CAETANO DO SUL – IMES. Sumário de Dados da Região do Grande ABC. São Caetano do Sul, 2001.

KLINK, J. J. A cidade – região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KLINK, J. J. Internacionalização e reestruturação da economia local: uma análise teórica do incipiente sistema de *governance* regional no Grande ABC Paulista. *Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR*. Porto Alegre, 1999.

KLINK, J. J. Região do Vale do Ruhr tem semelhança com o Grande ABC. *Diário do Grande ABC*. Santo André, 22 de agosto de 1998.

KON, A. Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico. s.d. (mimeo).

LANGENBUCH, J. R. A Estruturação da Grande São Paulo. IBGE, Rio de Janeiro 1971.

LAPLANE, M. (Coord.) Região do ABC e Baixada Santista. Workshop Regional 2. *2º Congresso da Indústria Paulista*. Fiesp/Ciesp. São Paulo, 2004.

LAPLANE, M. F.; SILVA, A. L. G. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 3, p.81-97, dez. 1994.

LEITE, M. P. Desenvolvimento Econômico Local e Descentralização na América latina: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil. CEPAL. Santiago, Chile, 2000.

LIMA, D. *Revista Livre Mercado*. Ed. Livre Mercado e Jornal Diário do Grande ABC, 2001. (várias edições)

MAGALHÃES, C. Os trabalhadores da Câmara Regional do Grande ABC. *X Congresso Brasileiro de Sociologia*. Fortaleza, 2001.

MATTEO, M. A dinâmica industrial da região do ABC. SEADE. São Paulo, s.d. (mimeo).

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1995.

MERCURE, C. ABC supera Estado em inovação. *Diário do Grande ABC*. Santo André, 26 de março de 2000.

MONTAGNER, P. & OLIVEIRA, A. A Evolução Recente do Mercado de Trabalho no ABC e suas Perspectivas. SEADE, São Paulo, 1998.

NASSER, B. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais. *Revista do BNDES*, v. 7, n. 14, p. 145-178, dez.2000.

NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)*. Campinas: UNICAMP.IE, 1994. (Tese de Doutorado)

NEGRI, B. A desconcentração da indústria paulista nos últimos 20 anos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Campos do Jordão, 1992.

_____; PACHECO, C. A. *Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista*. Campinas: SCTDE/FECAMP/UNICAMP.IE, 1993. mimeo. (Relatório da pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e competitividade da Indústria Brasileira).

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. *Boletim n°1, Ano 1*. Santo André, jun/jul/ago de 2003. (disponível no site: www.santoandre.sp.gov.br)

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. *Boletim n°2, Ano 1*. Santo André, set/out/nov de 2003. (disponível no site: www.santoandre.sp.gov.br)

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. *Boletim n°3, Ano 2*. Santo André, jan/fev/mar de 2004. (disponível no site: www.santoandre.sp.gov.br)

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. *Boletim n°4, Ano 2*. Santo André, abr/mai/jun de 2004. (disponível no site: www.santoandre.sp.gov.br)

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. *Boletim n°5, Ano 2*. Santo André, jul/ago/set de 2004. (disponível no site: www.santoandre.sp.gov.br)

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. *Boletim n°6, Ano 2*. Santo André, out/nov/dez de 2004. (disponível no site: www.santoandre.sp.gov.br)

OLMOS, M. O ABC encolhe: a região perde indústrias, que não resistem aos apelos do interior. *Notícias*. São Paulo: Fiesp/Cisep/Sei, 1995.

PACHECO, C. A (coord.). *A dinâmica industrial e financeira na especialização das regiões*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. mimeo.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, jun. 1996.

- _____. A questão regional brasileira pós – 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. *Tese de Doutorado em Economia*. Instituto de Economia/ UNICAMP. Campinas, 1996.
- PACHECO, C. A *A mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1992. mimeo.
- PAMPLONA, J. B. *Revista Livre Mercado*. Ed. Livre Mercado e Diário do Grande ABC, edição de junho 2001.
- PAULINO, L. A. O novo mapa da indústria brasileira. *Teoria e Debate*. N°38, Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1998.
- REGIÃO DO GRANDE ABC. TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Primeiro Workshop PRODER/SEBRAE/UNICAMP, 1998.
- RESENDE, M. F. C. Competitividade e potencial de crescimento do cluster de embalagens plásticas do ABC Paulista. *Texto para Discussão n°185*. Cedeplar/UFMG, 2003.
- ROMEIRO, M. C. Economia regional: reflexões sobre a economia da região do ABC Paulista. *Caderno de Pesquisa CEAPOG – IMES*, N°1. São Caetano do Sul, 1999.
- SANFO, B. Complexo industrial automobilístico e seus impactos sócio espaciais no ABC. *Tese de Doutorado*. Departamento de Geografia/USP, 2002.
- SCOTT, A. Industrial Revitalization in the ABC municipalities, São Paulo. Diagnostics Analysis and Strategic Recommendations for a New Economy and a New Regionalism. A report presented to the Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Santo André, 1998.
- SEBRAE. Diagnóstico socioeconômico. *Tendências e potencialidades dos municípios e região do Grande ABC*. Sebrae. São Paulo, 1998.
- SINDICATO DOS METALURGICOS DO GRANDE ABC. Rumos do ABC: a economia do Grande ABC na visão dos metalúrgicos. São Bernardo do Campo, 1995.

- SILVA, M. A. da. Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil : o caso do setor automotivo. *Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente)*. Instituto de Economia/UNICAMP, 2001.
- SILVA, S. L. C. Crise e ajusta da indústria da Grande São Paulo – 1980/1993: Um estudo do caso da Região do ABC. *Dissertação de Mestrado*. Instituto de Economia da UNICAMP, 1994.
- SOARES, L. H. ABC paulista: crise ou recomposição? *Livre Mercado*. Santo André: Livre Mercado, Diário do Grande ABC, 1998.
- SOUZA, N. J. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. *Análise Econômica*, ano 11, mar.1993.
- STAMER, J. M. Estratégias de desenvolvimento local e regional: Clusters, Política de localização e Competitividade sistêmica. *Policy Paper*, nº28. ILDES, 2001.
- SUZIGAN, W. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para uma política industrial. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 89-109, 1992.
- TELES DA ROSA, A L. Reestruturação regional da indústria brasileira: em direção a um processo de reconcentração nos anos 90?. *Economia & Empresa*, São Paulo, v. 3, n. 3, jul/set. 1996.
- VERGOLINO, J. R. O.; GOMES, G. M. e NETO, A. M. Produtos Internos Brutos dos Municípios Brasileiros: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1996. *Texto para Discussão – IPEA*. Brasília, 1996.
- VIEIRA, A. Desemprego impõe desafio ao ABC Paulista. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 16 de setembro de 1996.
- VILLELA, A *Infra-estrutura econômica e competitividade industrial: problemas e necessidades*. Campinas: : Instituto de Economia
- SCHOEREDER, V. E. Grande ABC: desindustrialização ou crise do emprego? In: Anos 90: um olhar sobre as políticas de industrialização no Estado de São Paulo (ORG.) ADRIANA, V. S.; IDENILZA, M. M.; ROGERIO, S. A; SCHOEREDER, V. E. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- WALDMAN, M. A questão dos mananciais no Grande ABC: uma análise da gestão do partido dos trabalhadores em São Bernardo do Campo. s.d. (mimeo)

DADOS ESTATÍSTICOS:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
(site: www.ibge.gov.br)

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE
(site: www.seade.gov.br)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
(www.ipea.gov.br)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
(www.bndes.gov.br)

Central Digital para o Desenvolvimento – Governo de São Paulo
(www.investimentos.sp.gov.br)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio – econômicos.
(www.dieese.org.br)

Ministério do Trabalho e Emprego
(www.mtb.gov.br)

Agência do Grande ABC
(www.agenciaabc.com.br/www.aplgrandeabc.com.br)

CENSOS INDUSTRIAIS DO IBGE – Diversos números.

ANFAVEA – Anuário Estatístico. Diversos números.

PERIÓDICOS PESQUISADOS:

GAZETA MERCANTIL – Diversos números.

DIÁRIO DO GRANDE ABC – Diversos números.

FOLHA DE SÃO PAULO – Diversos números.

O ESTADO DE SÃO PAULO – Diversos números.

REVISTA LIVRE MERCADO – Diversas Edições.

ANEXOS

ANEXO I:

Tabela: Comportamento dos Quocientes Locacionais (Q. L.) para a Indústria do ABC com relação à Indústria do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo. (1990 - 1998)

Ramos/Anos	Q. L. em Relação a RMSP										Q. L. em Relação ao ESP							
	1.990	1.991	1.992	1.993	1.994	1.995	1.996	1.997	1.998	1.990	1.991	1.992	1.993	1.994	1.995	1.996	1.997	1.998
Material de Transporte	2,05	2,13	2,03	1,86	2,12	2,29	2,54	2,30	2,39	2,33	2,39	2,50	2,26	2,58	2,70	2,53	2,67	2,71
Metalúrgica	1,07	0,92	0,91	1,06	0,87	1,06	0,96	0,93	0,92	1,18	1,02	1,04	1,19	0,99	1,12	1,02	0,96	0,91
Material Elétrico e de Comunicações	0,70	0,62	0,58	0,46	0,68	0,43	0,55	0,53	0,56	0,93	0,83	0,80	0,49	0,85	0,52	0,63	0,59	0,61
Produtos Químicos	1,89	1,77	1,62	1,73	1,42	1,48	1,53	1,40	1,44	1,74	1,52	1,26	1,32	1,03	1,12	1,65	1,50	1,57
Produtos Alimentícios	0,47	0,39	0,37	0,38	0,37	0,42	0,41	0,58	0,69	0,28	0,22	0,23	0,22	0,22	0,26	0,24	0,29	0,33
Produtos Têxteis	0,62	0,78	0,89	0,90	0,81	0,83	0,83	0,76	0,72	0,56	0,71	0,86	0,82	0,76	0,79	0,77	0,69	0,62
Produtos Farmacêuticos, Médicos e Perfumaria	0,51	0,50	0,47	0,57	0,55	0,44	0,48	0,43	0,44	0,61	0,62	0,67	0,84	0,83	0,67	0,70	0,62	0,67
Produtos Minerais Não-Metálicos e Cimento	0,65	0,61	0,55	0,72	0,62	0,65	0,65	0,50	0,54	0,54	0,53	0,47	0,58	0,48	0,51	0,50	0,38	0,42
Papel e Papelão	0,25	0,25	0,20	0,26	0,28	0,21	0,25	0,23	0,15	0,24	0,23	0,18	0,18	0,20	0,16	0,17	0,18	0,12
Produtos Mecânicos	0,78	0,79	0,69	0,80	0,65	0,72	0,82	0,74	0,74	0,86	0,93	0,89	0,93	0,75	0,80	0,92	0,81	0,82
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	0,15	0,17	0,19	0,19	0,33	0,29	0,26	0,26	0,27	0,14	0,16	0,18	0,19	0,33	0,29	0,28	0,30	0,32
Material Plástico	0,86	0,87	0,94	0,92	0,82	0,93	0,98	0,78	0,96	1,16	1,24	1,41	1,23	1,09	1,31	1,36	1,08	1,26
Produtos de Borracha	1,52	1,67	1,77	1,96	1,65	1,95	1,97	1,93	2,14	1,72	2,14	2,54	2,67	1,96	2,43	2,38	2,41	2,70
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagre	0,00	-	-	0,28	0,28	0,19	0,37	-	-	-	-	-	0,13	0,11	0,08	0,12	-	-
Mobiliários	0,59	0,46	0,34	0,42	0,45	0,59	0,57	0,53	0,56	0,62	0,50	0,38	0,46	0,48	0,65	0,61	0,55	0,61
Editorial e Gráfica	0,15	0,21	0,20	0,25	0,21	0,29	0,47	0,34	0,26	0,23	0,33	0,34	0,40	0,35	0,47	0,74	0,56	0,45
Diversos (I e II)	0,31	0,28	0,24	0,27	0,27	0,25	0,28	0,39	0,48	0,47	0,41	0,38	0,43	0,39	0,37	0,38	0,50	0,63
Diversos (II)	0,22	0,25	0,19	0,18	0,17	0,21	0,19	0,18	0,18	0,12	0,20	0,07	0,15	0,14	0,18	0,14	0,14	0,15
Artigos e Artefatos de Madeira	0,57	0,57	0,59	0,58	0,59	0,58	0,45	0,45	0,69	0,36	0,29	0,31	0,30	0,30	0,28	0,21	0,23	0,30
Produtos do Reino Vegetal-In Natura	-	-	-	0,30	0,18	0,25	0,30	-	-	-	-	-	0,11	0,07	0,08	0,08	-	-
Produtos do Reino Animal-In Natura-Frigoríficos	-	-	-	0,33	0,29	0,18	0,32	-	-	-	-	-	0,09	0,08	0,05	0,09	-	-
Fumo e Produtos Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra e Outros Materiais de Construção	0,48	0,43	0,25	0,07	0,80	0,83	0,48	0,32	0,40	0,18	0,12	0,08	0,05	0,23	0,23	0,13	0,13	0,18
Couros, Peles e Produtos Similares	-	0,05	0,05	0,12	0,13	0,26	0,24	0,05	0,05	0,00	0,03	0,04	0,09	0,10	0,20	0,18	0,04	0,04
Outras Indústrias	0,16	0,15	0,30	0,30	0,42	0,26	0,36	0,24	0,20	0,20	0,21	0,45	0,41	0,46	0,33	0,41	0,33	0,29
Indústria Extrativa	0,07	0,07	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,00	0,04	0,04	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Indústria Total	1,19	1,16	1,22	1,25	1,20	1,23	1,34	1,38	1,37	1,30	1,27	1,26	1,24	1,24	1,24	1,33	1,39	1,35

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da Fundação SEADE/2002.

Nota:

(-) - Ramo Inexistente ou com baixa atividade do ABC.

ANEXO II:

Tabela: Ocorrência de Inovação e Intenção nas empresas com unidades locais situadas na região do ABC, segundo as oito principais divisões industriais da região (respostas “sim”). (1994 – 1996)

Divisão industrial (Classificação PAEP)	Inovação (% do nº de unidades locais na divisão industrial)						Inovação (% do valor adicionado da divisão industrial)					
	De produto incremental (94 – 96)	De produto significativa (94 – 96)	De processo (94 – 96)	De produto ou processo (94 – 96)	Intenção de inovação (97 – 99)	Indicador de inovação	De produto incremental (94 – 96)	De produto significativa (94 – 96)	De processo (94 – 96)	De produto ou processo (94 – 96)	Intenção de inovação (97 – 99)	Indicador de inovação
Fab. e Montagem de veículos automotores, Reboques e Carrocerias	46%	41%	54%	59%	64%	53	94%	51%	98%	98%	99%	88
Fabricação de Produtos Químicos	44%	34%	44%	52%	58%	46	76%	71%	85%	87%	87%	81
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	24%	18%	29%	34%	44%	30	44%	44%	62%	65%	64%	56
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	25%	18%	29%	34%	46%	30	54%	17%	47%	58%	62%	47
Fabricação de Produtos de Metal (excl. Máq. e Equip.)	20%	13%	27%	30%	35%	25	37%	16%	48%	51%	54%	41
Fabricação de Alimentos e Bebidas	13%	8%	16%	18%	25%	16	19%	7%	18%	27%	31%	21
Metalurgia Básica	31%	16%	33%	42%	51%	35	65%	53%	67%	78%	87%	70

Fab. de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	39%	34%	40%	44%	43%	40	85%	84%	855	86%	88%	86
Subtotal dos oito principais setores do ABC	27%	20%	31%	37%	43%	32	73%	48%	79%	82%	83%	73
Subtotal dos demais subsetores	24%	17%	23%	31%	33%	26	54%	44%	53%	64%	65%	56
Total	26%	19%	28%	35%	40%	30	71%	47%	76%	80%	81%	71

Fonte: Cadernos de Pesquisa nº 2/ Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – 1996, p. 32.

Observação:

Inovação de produto incremental: corresponde à realização de um substancial aperfeiçoamento de um produto previamente existente.

Inovação de produto significativa: corresponde a fabricação de um produto inteiramente novo, com características tecnológicas ou de uso e finalidade que o distinguem daqueles antes produzidos.

Inovação de processo: corresponnde à incorporação de um novo processo de produção ou às modificações tecnológicas em processos já em uso.

Inovação de produto ou processo: indica se a empresa realizou modificações tecnológicas no(s) produto(s) ou processo(s).

Intenção de Inovação: indica se a empresa pretende introduzir alguma inovação de produto ou processo.

Indicador de Inovação: pode variar de 0 a 100, serve tão somente para classificar os ramos mais ou menos inovadores. Quanto mais próximo de 100 mais inovador é o ramo industrial. Foi construído a partir de uma média aritmética simples dos demais indicadores acima.

ANEXO III:

Tabela: Grau de importância dos Fatores que Motivaram as unidades locais da Indústria a Inovar, na Região do ABC. (1994 – 1996)

Fatores/Grau de importância	Obsolescência		Mix de produtos		Participação no mercado		Novos mercados		Flexibilidade		Custos		Meio Ambiente		Qualidade		Segurança do trabalho	
	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%
Indiferente	109	12%	91	9%	20	2%	37	4%	35	3%	33	3%	109	12%	9	1%	43	4%
Pouco importante	99	11%	104	10%	30	3%	44	4%	66	6%	27	2%	83	9%	7	1%	43	4%
Importante	325	36%	313	32%	290	28%	314	31%	382	37%	250	23%	280	31%	190	18%	303	29%
Muito importante	248	27%	363	37%	433	41%	418	41%	380	37%	398	37%	291	32%	498	46%	446	43%
Crucial	126	14%	122	12%	281	27%	207	20%	171	17%	366	34%	145	16%	376	35%	198	19%
Subtotal (3 + 4 + 5)	699	77%	797	80%	1003	95%	939	92%	933	90%	1013	94%	716	79%	1064	99%	947	92%
Total	907	100%	992	100%	1053	100%	1020	100%	1035	100%	1073	100%	908	100%	1080	100%	1033	100%
Sem informação	30		29		29		29		29		29		29		29		29	
Não se aplica	2335		2251		2191		2224		2209		2171		2335		2163		2210	
Total Global	3273		3273		3273		3273		3273		3273		3273		3273		3273	

Fonte: Cadernos de Pesquisa nº 2/ Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – 1996, p. 40,41, 42, 43 e 44.

(Continuação da tabela 3)

Fontes/Grau de importância	Empresas de consultoria		Universidades		Institutos de pesquisa		Licenças, patentes e "Know-How"		Conferências, encontros e publicações		Feiras e exposições	
	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%
2-Pouco importante	195	26%	181	26%	146	20%	181	25%	119	14%	75	8%
2-Pouco importante	217	29%	170	24%	168	23%	150	21%	193	22%	122	13%
3-Importante	263	34%	226	32%	241	33%	242	33%	382	44%	442	47%
4-Muito importante	80	11%	102	15%	146	20%	121	17%	167	19%	254	27%
5-Crucial	7	1%	19	3%	22	3%	32	4%	8	1%	38	4%
Subtotal (3 + 4 + 5)	350	46%	347	50%	409	57%	395	54%	557	64%	734	79%
Total	761	100%	698	100%	722	100%	725	100%	868	100%	931	100%
Sem informação	35		33		33		34		34		34	
Não se aplica	2476		2542		2518		2513		2370		2307	
Total global	3273		3273		3273		3273		3273		3273	

Fonte: Cadernos de Pesquisa nº 2/ Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – 1996, p. 45, 46, 47, 48, 49 e 50.

ANEXO V:

Tabela: Grau de Importância dos Fatores Locacionais nas Decisões de Investimento dos Estabelecimentos Industriais no ABC. (1990-1996)

Fatores Locacionais	Indiferente		Pouco Importante		Importante		Muito Importante		Crucial		Subtotal (3+4+5)		Total	
	Uls*	%	Uls	%	Uls	%	Uls	%	Uls	%	Uls	%	Uls	%
Baixo Custo da Mão-de-Obra	527	54	162	17	213	22	57	6	14	1	284	29	973	100
Qualificação da Mão-de-Obra	465	48	153	16	256	26	84	9	12	1	352	36	970	100
Proximidade dos Fornecedores	383	39	123	13	329	34	117	12	22	2	468	48	974	100
Proximidade dos Consumidores	348	36	92	9	285	29	192	20	60	6	537	55	977	100
Acesso ao Sistema de Transporte	360	37	123	13	327	34	141	15	19	2	487	50	970	100
Infra-Estrutura Urbana	256	26	92	9	359	37	219	22	55	6	633	65	981	100
Qualidade de Vida	324	33	113	12	345	35	160	16	33	3	538	55	975	100
Centros de Pesquisa	570	64	140	16	113	13	54	6	8	1	175	20	885	100
Serviços Técnicos de Apoio	490	53	124	13	207	22	94	10	9	1	310	34	924	100
Incentivos: Federal e Estadual	594	67	96	11	99	11	64	7	34	4	197	22	887	100
Incentivo Municipal	584	66	95	11	101	11	70	8	36	4	207	23	886	100
Preço do Terreno	482	53	78	9	185	20	114	13	45	5	344	38	904	100

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa n. 3/junho de 2001.

Nota: (*) – Corresponde ao Número de Empresas Pesquisadas.

ANEXO VI:

Tabela: Grau de Importância dos Fatores Locacionais nas Decisões de Transferência do Processo de Produção e/ou Fabricação de Produtos no ABC. (1990-1996)

Fatores Locacionais	Indiferente		Pouco Importante		Importante		Muito Importante		Crucial		Subtotal (3+4+5)		Total	
	ULs*	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%	ULs	%
Desatualização do Layout da Planta	18	33	17	31	13	24	4	7	2	4	19	35	54	100
Necessidade de Espaço Físico	13	22	10	17	9	15	12	20	15	25	36	61	59	100
Racionalização das Plantas	14	23	4	6	24	39	13	21	7	11	44	71	62	100
Custo de Mão-de-Obra	15	24	8	13	15	24	17	27	7	11	39	63	62	100
Falta de Mão-de-Obra Qualificada	29	57	19	37	3	6	0	0	0	0	3	6	51	100
Logística de Abastecimento e Escoamento	16	28	15	26	12	21	8	14	6	11	26	46	57	100
Proximidade do Mercado	25	42	11	18	9	15	11	18	4	7	24	40	60	100
Proximidade com Fornecedores	33	56	18	31	6	10	2	3	0	0	8	14	59	100
Debilidade da Infra-Estrutura Urbana	31	54	16	28	5	9	3	5	2	4	10	18	57	100
Qualidade de Vida	33	57	17	29	6	10	1	2	1	2	8	14	58	100
Conflito Trabalhista	27	46	16	27	7	12	5	8	4	7	16	27	59	100
Incentivos Públicos Fiscais	22	42	14	27	6	12	4	8	6	12	16	31	52	100
Problemas e Custos Ambientais	20	39	20	39	8	16	3	6	0	0	11	22	51	100

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa n. 3/junho de 2001.

Nota: (*) – Corresponde ao Número de Empresas Pesquisadas.

ANEXO VII:

Tabela: Evolução do Mercado Formal de Trabalho no ABC, segundo seus diferentes Ramos Econômicos e Cidades, entre 1991 e 2002.

Regiões/Anos	1991		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%	N. Absol.	%
Município de Diadema																
Total de empregos ocupados	84.371	100,00	79.361	100,00	76.719	100,00	74.462	100,00	70.775	100,00	68.482	100,00	73.225	100,00	73.101	100,00
Empregos ocupados na indústria	61.606	73,02	58890	74,21	56.064	73,08	51.192	68,75	47.530	67,16	43.716	63,84	46.682	63,75	46.475	63,58
Empregos ocupados no comércio	6.925	8,21	6.976	8,79	7.419	9,67	7.643	10,26	7.726	10,92	7.889	11,52	9.144	12,49	8.999	12,31
Empregos ocupados nos serviços	12.020	14,25	13.068	16,47	13.184	17,18	14.703	19,75	14.790	20,90	16.281	23,77	16.850	23,01	17.625	24,11
Demais empregos ocupados	3.820	4,53	427	0,54	52	0,07	924	1,24	729	1,03	596	0,87	549	0,75	2	0,00
Município de Mauá																
Total de empregos ocupados	27.566	100,00	32.561	100,00	30.287	100,00	29.083	100,00	29.451	100,00	33.250	100,00	32.494	100,00	33.906	100,00
Empregos ocupados na indústria	17.092	62,00	17896	54,96	14.734	48,65	12.678	43,59	13.195	44,80	16.210	48,75	14.850	45,70	17.185	50,68
Empregos ocupados no comércio	4.466	16,20	5.056	15,53	4.998	16,50	5.045	17,35	5.426	18,42	5.651	17,00	5.911	18,19	6.809	20,08
Empregos ocupados nos serviços	4.526	16,42	7.524	23,11	8.614	28,44	9.114	31,34	8.923	30,30	9.949	29,92	10.198	31,38	9.899	29,20
Demais empregos ocupados	1.482	5,38	2.085	6,40	1.941	6,41	2.246	7,72	1.907	6,48	1.440	4,33	1.535	4,72	13	0,04
Município de Ribeirão Pires																
Total de empregos ocupados	15.669	100,00	16.882	100,00	15.423	100,00	13.600	100,00	12.998	100,00	13.126	100,00	13.471	100,00	13.719	100,00
Empregos ocupados na indústria	9.412	60,07	10.477	62,06	8.699	56,40	6.926	50,93	6.257	48,14	6.241	47,55	6.247	46,37	6.163	44,92
Empregos ocupados no comércio	1.404	8,96	1.946	11,53	1.967	12,75	2.079	15,29	2.044	15,73	2.115	16,11	2.107	15,64	2.114	15,41
Empregos ocupados nos serviços	4.177	26,66	4.232	25,07	4.633	30,04	4.569	33,60	4.685	36,04	4.732	36,05	5.088	37,77	5.416	39,48
Demais empregos ocupados	676	4,31	227	1,34	124	0,80	26	0,19	12	0,09	38	0,29	29	0,22	26	0,19
Município de Rio Grande da Serra																
Total de empregos ocupados	1.857	100,00	1.319	100,00	1.388	100,00	1.159	100,00	1.408	100,00	1.344	100,00	2.016	100,00	2.221	100,00
Empregos ocupados na indústria	984	52,99	706	53,53	726	52,31	730	62,99	529	37,57	453	33,71	783	38,84	824	37,10
Empregos ocupados no comércio	146	7,86	140	10,61	168	12,10	206	17,77	209	14,84	266	19,79	244	12,10	253	11,39
Empregos ocupados nos serviços	672	36,19	468	35,48	493	35,52	221	19,07	669	47,51	624	46,43	988	49,01	1.144	51,51
Demais empregos ocupados	55	2,96	5	0,38	1	0,07	2	0,17	1	0,07	1	0,07	1	0,05	-	-
Município de Santo André																
Total de empregos ocupados	127.501	100,00	119.559	100,00	113.131	100,00	115.096	100,00	108.545	100,00	111.212	100,00	115.552	100,00	117.890	100,00
Empregos ocupados na indústria	52.142	40,90	44.621	37,32	36.663	32,41	36.608	31,81	31.019	28,58	29.064	26,13	29.925	25,90	30.574	25,93
Empregos ocupados no comércio	20.585	16,14	22.404	18,74	21.855	19,32	22.106	19,21	22.311	20,55	22.140	19,91	24.490	21,19	25.243	21,41
Empregos ocupados nos serviços	38.536	30,22	50.911	42,58	53.558	47,34	55.467	48,19	54.503	50,21	59.373	53,39	60.548	52,40	62.061	52,64
Demais empregos ocupados	16.238	12,74	1.623	1,36	1.055	0,93	915	0,79	712	0,66	635	0,57	589	0,51	12	0,01
Município de São Bernardo do Campo																
Total de empregos ocupados	198.642	100,00	194.520	100,00	182.310	100,00	189.428	100,00	171.773	100,00	177.948	100,00	188.908	100,00	186.622	100,00
Empregos ocupados na indústria	127.549	64,21	115.053	59,15	106.716	58,54	108.685	57,38	91.232	53,11	89.144	50,10	94.241	49,89	90.281	48,38
Empregos ocupados no comércio	15.018	7,56	19.810	10,18	17.481	9,59	18.971	10,01	19.289	11,23	19.969	11,22	22.037	11,67	23.548	12,62
Empregos ocupados nos serviços	45.653	22,98	57.477	29,55	57.470	31,52	61.703	32,57	61.210	35,63	68.742	38,63	72.582	38,42	72.746	38,98
Demais empregos ocupados	10.422	5,25	2.180	1,12	643	0,35	69	0,04	42	0,02	93	0,05	48	0,03	47	0,03
Município de São Caetano do Sul																
Total de empregos ocupados	63.348	100,00	61.462	100,00	64.803	100,00	64.715	100,00	75.774	100,00	73.135	100,00	92.284	100,00	94.649	100,00
Empregos ocupados na indústria	25.954	40,97	26.510	43,13	23.900	36,88	19.935	30,80	17.354	22,90	17.172	23,48	17.632	19,11	17.984	19,00
Empregos ocupados no comércio	7.948	12,55	8.368	13,61	11.078	17,09	9.335	14,42	9.514	12,56	9.236	12,63	10.236	11,09	9.973	10,54
Empregos ocupados nos serviços	24.407	38,53	25.980	42,27	29.645	45,75	35.335	54,60	48.823	64,43	46.685	63,83	64.409	69,79	66.602	70,37
Demais empregos ocupados	5.039	7,95	604	0,98	180	0,28	110	0,17	83	0,11	42	0,06	7	0,01	90	0,10

Fonte: Fundação Estadual de Análise de Dados – SEADE/2004.

ANEXO VIII:

Quadro: Variações quanto ao Número de Estabelecimentos e Postos de Trabalho segundo os Diferentes Ramos e Porte das Empresas.

Ramos	Pequeno e Médio Porte	Grande Porte
Ramos que aumentaram o número de estabelecimentos e de postos de trabalho simultaneamente	Alojamento e Alimentação Com. A Adm. De Imóveis Comércio Atacadista Comércio Varejista Ensino Ind. de Alimentos e Bebidas Ind. de Material de Transporte Ind. Papel e Gráfica Médico, Odontológico e Veterinário Serviços Industriais de Utilidade Pública	Alojamento e Alimentação Com. E Adm. de Imóveis e Outros Ensino Ind. de Madeira e Mobiliário Médico, Odontológico e Veterinário Transporte e Comunicações
Ramos que aumentaram somente a quantidade de postos de trabalho	Ind. de Calçados	Administração Pública
Ramos que aumentaram somente a quantidade de estabelecimentos empregadores	Ind. de Material Elétrico e Comunicações Ind. de Produtos Minerais não-metálicos Ind. Mecânica Ind. Metalúrgica Ind. Química Instituições Financeiras Transporte e Comunicações	Comércio Varejista
Ramos que reduziram o número de estabelecimentos e os postos de trabalho simultaneamente	Administração Pública Agricultura e Criação de Animais Extrativa Mineral Ind. de Borracha, Fumo e Couro Ind. de madeira e Mobiliário Ind. Têxtil Outros/Ignorado	Comércio Atacadista Construção Civil Ind. de Alimentos e Bebidas Ind. de Borracha, Fumo e Couro Ind. de Material de Transporte Ind. de Papel e Gráfica Ind. de Produtos Minerais não-metálicos Ind. Mecânica Ind. Metalúrgica Ind. Química Ind. Têxtil Instituições Financeiras Outros/Ignorado
Ramos que reduziram somente a quantidade de postos de trabalho	Construção Civil Ind. de Produtos Minerais não-metálicos Ind. Mecânica Ind. Metalúrgica Ind. Química Instituições Financeiras Transporte e Comunicações	Agricultura e Criação de Animais Comércio Varejista Ind. de Material Elétrico e Comunicações Serviços Industriais de Utilidade Pública
Ramos que reduziram somente a quantidade de estabelecimentos empregadores	Ind. de Calçados	Administração Pública
Ramos que reduziram o número de postos de trabalho e aumentaram o número de estabelecimentos empregadores	Ind. de Produtos Minerais não-metálicos Ind. Mecânica Ind. Metalúrgica Ind. Química Instituições Financeiras Transporte e Comunicações	Comércio Varejista
Ramos que reduziram a quantidade de estabelecimentos empregadores e aumentaram o número de postos de trabalho	Ind. De Calçados	Administração Pública

Fonte: BARBOSA, M. E. B. (2001) – p. 37, 42 e 43.

ANEXO XIX:

Tabela: **Motivos de instalação** das unidades do setor de serviços empresariais no ABC declarados em 2000. (Em %)

Motivo de instalação da Unidade Local	GABC
Preço acessível para aquisição ou aluguel de terreno ou imóvel	29,4%
Disponibilidade de imóvel próprio para instalação do negócio nessa área geográfica	27,7%
Ficar próximo do local de residência do proprietário/sócios	15,9%
Disponibilidade de imóvel (não próprio) com estrutura adequada à atividade da empresa	39,5%
Menor ou baixo custo da mão-de-obra necessária a atividade do estabelecimento	5,0%
Qualificação satisfatória da mão-de-obra	26,1%
Ficar próximo de fornecedores de material/produtos necessários à atividade	25,2%
Ficar próximo do mercado consumidor dos serviços	68,1%
Potencial econômico do mercado consumidor local	52,1%
Empresas que contribuem para a disseminação de conhecimento de novas técnicas	31,1%
Centros de pesquisa/universidades e disseminação de tecnologia	16,8%
Menor taxa de ISS comparativamente a outras localidades	26,0%
Menor contribuição do IPTU comparativamente a outras localidades	10,0%
Outros incentivos do poder público municipal (doação de terreno, imóvel para a atividade)	5,9%
Incentivos fiscais oferecidos pelo poder público federal ou estadual	4,2%
Qualidade de vida para os funcionários da empresa mais satisfatória	13,4%
Facilidade de transporte urbano de pessoas	32,7%
Disponibilidade de infra-estrutura de serviços públicos	24,4%
Disponibilidade de financiamento/recursos local para uso pela atividade	3,4%

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa 4/junho de 2002, p. 47.

ANEXO X:

Tabela: **Obstáculo ou real dificuldade das unidades** do setor de serviços empresariais no ABC declarados em 2000. (Em %)

Obstáculo ao desempenho da empresa	GABC (1)
Falta de mão-de-obra especializada, no município ou região	28,2%
Falta de recursos profissionalizantes para atualização e aprimoramento	20,4%
Baixa produtividade da mão-de-obra da empresa	27,4%
Alta rotatividade da mão-de-obra utilizada na empresa	25,5%
Dificuldade de relacionamento com a prefeitura local	10,4%
Não acesso a formas de empréstimo (banco do povo)	22,5%
Falta de infra-estrutura de fornecimento de água	5,6%
Atuação do movimento sindical do trabalhador	14,9%
Impostos e taxas municipais incidentes sobre a atividade	40,9%
Lei de proteção aos mananciais	11,9%
Lei de zoneamento municipal	10,2%
Falta de serviços oferecidos por associações comerciais	21,6%
Falta de infra-estrutura de coleta de lixo	5,5%
Dificuldade de relacionamento com órgãos de regulamentação e fiscalização da atividade	13,1%
Encargos sociais incidentes sobre mão-de-obra assalariada	67,5%
Falta de capital de giro para manter as atividades da empresa	35,5%
Nível de endividamento da empresa	21,0%
Dificuldade de acesso a linhas de financiamento de longo prazo	34,7%
Alto nível da taxa de juros para empréstimos nos bancos comerciais	59,8%
O mercado da região apresenta baixo potencial de consumo do serviço prEstado	20,5%
Alto índice de inadimplência dos nossos clientes (atraso/não pagamento)	27,1%
Existência de estabelecimentos sem registro (informais) concorrendo	42,2%
Falta ou incipiente infra-estrutura de telecomunicações	13,9%
Falta ou incipiente infra-estrutura viária	20,2%
Falta ou incipiente infra-estrutura de fornecimento de energia	7,4%
Criminalidade/falta de segurança na área onde está instalada a empresa	42,1%
Falta ou fraca ativ. de instit. de pesquisa que contribuam para o desenvolv. da atividade	19,8%

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa 4/junho de 2002, p. 49.

Nota:

(1): Somente unidades empresariais com pessoal ocupado maior que 50.

ANEXO XI:

Tabela: **Ações sugeridas pelas unidades do setor de serviços** empresariais do ABC em 2000.
(1) (Em %)

Ações do poder público	GABC (2)
Estimular a organização de seminários e eventos para discussão de problemas em comum	44,1%
Estimular a organização de seminários e eventos de capacitação	39,0%
Estimular a produção de publicações econômicas sobre a região	35,3%
Estimular a produção de sites na internet que divulguem informações econômicas da região	40,7%
Criar sistema de informações sobre disponibilidade do mercado imobiliário da região – para fins comerciais	14,4%
Ampliação do sistema de informações sobre mão-de-obra disponível para contratação	47,1%
Ampliação dos programas de capacitação de mão-de-obra	51,3%
Ampliação de rede de assistência/orientação à pequena empresa	36,1%
Ampliação de rede de assistência/orientação tecnológica para aprimoramento	31,9%
Estimular a criação de incubadora de empresas de prestação de serviços	22,9%
Estimular a implantação de centros de pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologia de serviços	28,2%
Estimular a criação de cooperativas de compra de insumos	25,6%
Adotar ações de marketing para a consolidação de uma imagem dentro da própria região	57,1%
Adotar ações de marketing para a consolidação de uma imagem em outras regiões	62,2%
Adotar programa de combate aos estabelecimentos informais e camelôs	36,4%
Organizar, na região do ABC, feiras e seminários sobre atividades específicas	47,0%
Criar sistema de informações sobre empresas instaladas na região	53,4%
Oferecimento de empréstimos por instituições públicas municipais (banco do povo)	35,0%

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa 4/junho de 2002, p. 51.

Notas:

(1): A % equivale à proporção de empresas que responderam que a ação representa muita ou crucial importância para o desempenho do negócio.

(2): Somente unidades empresariais com pessoal ocupado maior que 50.

ANEXO XII:

Tabela: Motivos para escolha de área geográfica pelas empresas de serviços empresariais localizadas no ABC que intencionavam abrir novo estabelecimento ou transferir um já existente (2000). (Em %)

Motivo de instalação da empresa	GABC(1)
Preço acessível para aquisição ou aluguel de terreno ou imóvel	44,1%
Disponibilidade de imóvel próprio para instalação do negócio nessa área geográfica	25,4%
Ficar próximo do local de residência do proprietário/sócios	22,0%
Disponibilidade de imóvel (não próprio) com estrutura adequada à atividade da empresa	32,2%
Menor ou baixo custo da mão-de-obra necessária a atividade da empresa	13,6%
Qualificação satisfatória da mão-de-obra	42,4%
Ficar próximo de fornecedores de materiais/produtos necessários à atividade	33,9%
Ficar próximo do mercado consumidor dos serviços	74,6%
Potencial econômico do mercado consumidor local	49,2%
Empresas que contribuem para a disseminação de conhecimento de novas técnicas	30,5%
Centros de pesquisa/universidades e disseminação de tecnologia	25,4%
Menor taxa de INSS comparativamente a outras localidades	44,1%
Menor contribuição do IPTU comparativamente a outras localidades	32,2%
Outros incentivos do poder público local (doação de terreno, imóvel para a atividade)	28,8%
Incentivos fiscais oferecidos pelo poder público estadual ou federal	28,8%
Qualidade de vida para os funcionários da empresa	35,6%
Facilidade de transporte urbano para as pessoas	42,4%
Disponibilidade de infra-estrutura de serviços públicos	40,7%
Disponibilidade de financiamentos/recursos locais para uso pela atividade	22,0%
Área geográfica de fácil acesso para consumidores/clientes de vários municípios	57,6%
Afastamento do movimento sindical	16,9%

Fonte: Agência de Desenvolvimento do ABC – Cadernos de Pesquisa nº 4 (2000, p. 62)

Notas:

(1): Somente unidades empresariais com pessoal ocupado maior que 50.

ANEXO XIII:

Tabela: Motivos para escolha da área apontada pelas empresas de serviços empresariais localizadas no ABC que intencionavam abrir novo estabelecimento, por área pretendida para instalar esta nova unidade (2000)*. (Em %)

Motivo de instalação da empresa	GABC	Fora do GABC	Total
Preço acessível para aquisição ou aluguel de terreno ou imóvel	38,3%	39,1%	38,4%
Disponibilidade de imóvel próprio para instalação do negócio nessa área geográfica	28,0%	29,3%	28,4%
Ficar próximo do local de residência do proprietário/sócios	23,4%	3,3%	13,9%
Disponibilidade de imóvel (não próprio) com estrutura adequada à atividade da empresa	36,4%	26,0%	31,8%
Menor ou baixo custo da mão-de-obra necessária a atividade da empresa	14,0%	9,8%	13,4%
Qualificação satisfatória da mão-de-obra	20,6%	24,0%	22,4%
Ficar próximo de fornecedores de materiais/produtos necessários à atividade	21,5%	26,1%	23,4%
Ficar próximo do mercado consumidor dos serviços	70,1%	80,4%	74,1%
Potencial econômico do mercado consumidor local	53,2%	59,8%	55,7%
Empresas que contribuem para a disseminação de conhecimento de novas técnicas	29,0%	20,6%	24,9%
Centros de pesquisa/universidades e disseminação de tecnologia	12,1%	9,8%	10,9%
Menor taxa de INSS comparativamente a outras localidades	30,8%	34,8%	32,8%
Menor contribuição do IPTU comparativamente a outras localidades	26,1%	27,2%	26,9%
Outros incentivos do poder público local (doação de terreno, imóvel para a atividade)	23,3%	23,9%	23,4%
Incentivos fiscais oferecidos pelo poder público estadual ou federal	26,2%	22,8%	24,9%
Qualidade de vida para os funcionários da empresa	30,9%	31,5%	31,3%
Facilidade de transporte urbano para as pessoas	44,9%	37,0%	41,3%
Disponibilidade de infra-estrutura de serviços públicos	39,2%	29,3%	34,8%
Disponibilidade de financiametos/recursos locais para uso pela atividade	25,3%	15,2%	20,4%
Área geográfica de fácil acesso para consumidores/clientes de vários municípios	62,6%	63,0%	62,2%
Afastamento do movimento sindical	14,0%	8,7%	11,4%

Fonte: Agência de Desenvolvimento do ABC – Cadernos de Pesquisa nº 4 (2000, p. 62)

Nota:

(*): A percentagem equivale à proporção de empresas que responderam que o motivo representava muita ou crucial importância para o desempenho do negócio e que pretendem abrir um novo estabelecimento.

ANEXO XIV:

Tabela: Investimentos realizados pelas empresas do setor de serviços empresariais do ABC no período de julho de 1998 a junho de 2000.

Divisão do CNAE	1-No município	2-Em outro município do Grande ABC	No ABC (1 + 2)	3-No município de São Paulo	4-Em outro município da região metropolitana de São Paulo	5-Em outro município do Estado de São Paulo	6-Em outro Estado	Não informado	Total
Alojamento e alimentação	41,7%	16,7%	58,4%	12,5%	4,2%	4,2%	16,7%	4,2%	100,00%
Transporte terrestre	32,6%	19,6%	52,2%	4,3%	2,2%	13,0%	28,3%	0,0%	100,00%
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	28,6%	14,3%	42,9%	28,6%	0,0%	28,6%	0,0%	0,0%	100,00%
Correio e telecomunicações	0,0%	28,6%	28,6%	0,0%	28,6%	28,6%	14,3%	0,0%	100,00%
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	0,0%	42,9%	42,9%	28,6%	14,3%	14,3%	0,0%	0,0%	100,00%
Seguros e previdência privada	33,3%	50,0%	83,3%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	100,00%
Atividades imobiliárias	41,7%	33,3%	75,0%	16,7%	8,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,00%
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores	8,3%	33,3%	41,6%	33,3%	8,3%	8,3%	8,3%	0,0%	100,00%
Atividades de informática e conexas	38,1%	23,8%	61,9%	19,0%	4,8%	9,5%	4,8%	0,0%	100,00%
Serviços prestados principalmente às empresas	32,9%	20,5%	53,4%	19,2%	5,5%	16,4%	4,1%	1,4%	100,00%
Educação	18,2%	63,6%	81,8%	0,0%	9,1%	0,0%	9,1%	0,0%	100,00%
Total	30,5%	25,2%	55,7%	14,6%	5,8%	12,4%	10,6%	0,9%	100,00%

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa nº 4 (2002, p. 58)

ANEXO XV:

Tabela: Expectativas de expansão e modernização de empresas do setor de serviços empresarias do ABC, por divisão do CNAE no período entre o 2º semestre de 2000 e dezembro de 2001. (Em 2000)

Divisão do CNAE	Fechar a empresa e não abrir outra	Manter a empresa em funcionamento (s/ exp. / s/ modern.)	Expandir ou modernizar a empresa e não abrir outra	Fechar a empresa e abrir outra	Manter a empresa em funcionamento s/ exp. Ou modernizá-la	Expandir ou modernizar a empresa e abrir outra	Transferir a empresa para outra localidade	Total
Alojamento e alimentação	0,0%	22,4%	46,1%	0,0%	2,6%	28,9%	0,0%	100,00%
Transporte terrestre	0,0%	21,1%	41,5%	1,6%	6,5%	22,8%	6,5%	100,00%
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	0,0%	3,3%	73,3%	0,0%	0,0%	23,3%	0,0%	100,00%
Correio e telecomunicações	2,5%	15,6%	65,0%	2,5%	0,0%	12,5%	2,5%	100,00%
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	0,0%	14,3%	35,7%	0,0%	14,3%	35,7%	0,0%	100,00%
Seguros e previdência privada	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	8,3%	41,7%	0,0%	100,00%
Atividades imobiliárias	0,0%	18,4%	57,1%	0,0%	8,2%	14,3%	2,0%	100,00%
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores	3,8%	7,7%	42,3%	0,0%	19,2%	19,2%	7,7%	100,00%
Atividades de informática e conexas	0,0%	14,7%	57,3%	0,0%	2,7%	18,7%	6,7%	100,00%
Serviços prEstados principalmente às empresas	0,9%	16,6%	61,3%	0,9%	2,3%	15,7%	2,3%	100,00%
Educação	1,6%	6,5%	74,2%	1,6%	3,2%	12,9%	0,0%	100,00%

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC – Cadernos de Pesquisa nº 4 (2002, p. 60)

ANEXO XVI:

Tabela: Índices de Inovação Industrial para as diferentes regiões do Estado de São Paulo e tipo de inovação.

Divisão Industrial	De Produto Incremental	De Produto Significativa	De Processo	De Produto ou Processo	Intenção de Inovação
Alimentos e Bebidas					
Interior	18	12	20	24	29
RMSP (GABC + MSP)	8	6	5	8	21
MSP	17	11	17	24	26
GABC	13	8	16	18	25
ESP	17	11	18	23	27
Produtos Têxteis					
Interior	16	12	19	24	30
RMSP (GABC + MSP)	13	26	26	30	41
MSP	17	12	17	24	25
GABC	31	29	30	38	38
ESP	17	14	19	25	29
Celulose e Papel					
Interior	29	23	31	37	42
RMSP (GABC + MSP)	18	25	24	32	32
MSP	21	15	24	30	30
GABC	19	15	21	32	41
ESP	23	19	26	33	35
Impressão, Reprod.					
Interior	18	11	23	26	34
RMSP (GABC + MSP)	17	6	20	21	35
MSP	18	12	25	27	32
GABC	24	17	30	33	45
ESP	18	11	24	26	34
Produtos Químicos					
Interior	37	33	41	49	56
RMSP (GABC + MSP)	36	35	38	44	49
MSP	31	27	35	39	42
GABC	44	34	44	52	58
ESP	35	31	38	45	50
Artigos de Borracha e Plásticos					
Interior	28	18	27	38	45
RMSP (GABC + MSP)	20	17	29	33	28
MSP	27	16	20	31	40
GABC	25	18	29	34	46
ESP	26	17	25	34	40
Minerais Não - Metálicos					
Interior	19	11	19	27	34
RMSP (GABC + MSP)	17	12	20	21	25
MSP	32	17	28	37	37
GABC	26	16	31	35	34
ESP	21	13	21	28	33
Metalurgia Básica					
Interior	28	24	35	40	44
RMSP (GABC + MSP)	29	31	34	39	50
MSP	12	6	16	17	30
GABC	31	16	33	42	51
ESP	22	17	27	31	40
Produtos de Metal					
Interior	13	12	21	25	28
RMSP (GABC + MSP)	27	15	24	42	51
MSP	20	11	24	25	27
GABC	20	13	27	30	35
ESP	18	12	23	28	31
Máquinas e Equipamentos					
Interior	27	22	29	37	45
RMSP (GABC + MSP)	28	15	19	31	37
MSP	29	27	33	38	44
GABC	24	18	29	34	44
ESP	28	23	29	36	43
Material Elétrico					
Interior	32	25	34	44	50
RMSP (GABC + MSP)	24	19	25	28	47
MSP	22	15	22	27	37
GABC	39	34	40	44	43
ESP	26	20	27	33	43
Mat. Eletrônico e de Comunicações					
Interior	62	55	54	67	71
RMSP (GABC + MSP)	30	24	31	32	55
MSP	36	32	37	45	47

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Cadernos de Pesquisa, n.2. Santo André, 2000. (p.36 e 37)

ANEXO XVII:

Tabela: Comportamento do Mercado Formal de Trabalho, segundo os diferentes setores e ramos econômicos.

Setores/Anos	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
INDÚSTRIA												
EXTR MINERAL	307	423	321	269	241	196	228	138	60	87	70	75
MIN NAO MET	11872	9862	9158	7898	7721	8934	8431	7361	6221	5458	6130	6161
IND METALURG	48176	40220	35230	32343	32367	36744	34834	29348	28829	25081	25627	25751
IND MECANICA	27516	29307	23649	20993	20710	21431	20036	15851	13943	12309	12579	14614
ELET E COMUN	17375	18164	14833	13010	14266	11536	11274	10265	9526	8499	7713	8348
MAT TRANSP	123333	89126	98083	92305	61773	89323	82011	73848	74168	60719	56799	56791
MAD E MOBIL	9296	8610	7321	7018	7081	6629	6322	6120	5785	4906	5312	5628
PAPEL E GRAF	7663	7930	7282	5736	5888	9158	8691	8855	7680	7318	7380	7795
BOR FUM COUR	22661	19494	19018	17993	19166	16645	15373	13399	13471	11862	11274	12232
IND QUIMICA	42716	46133	43914	36907	40693	46648	41663	39318	36971	35126	35131	35362
IND TEXTIL	15407	15291	13844	13725	14103	15570	15069	13647	11945	8902	8532	9586
IND CALCADOS	733	537	605	495	546	268	196	188	234	185	172	362
ALIM E BEB	10070	8757	8308	7760	8147	10895	11940	12737	10905	11259	11110	11176
SER UTIL PUB	515	913	878	963	1271	2673	2410	2546	3798	2741	2872	2627
CONSTR CIVIL	6363	10945	12295	12087	9781	14133	15675	13881	13218	12664	11299	13852
TOTAL DA IND.	344003	305712	294739	269502	243754	290783	274153	247502	236754	207116	202000	210360
COMERCIO												
COM VAREJ	38779	46700	44946	39542	40111	50962	54440	54858	56076	57210	57124	62694
COM ATACAD	9451	11181	11546	10400	10617	10169	10260	10108	9309	9309	10142	11475
TOTAL DO COM.	48230	57881	56492	49942	50728	61131	64700	64966	65385	66519	67266	74169
SERVIÇOS												
INST FINANC	13745	11380	10686	9364	9766	8954	8501	7439	8105	8165	8030	8725
ADM TEC PROF	16818	27812	26765	25801	25230	29361	31709	37903	44134	55692	63994	80957
TRAN E COMUN	22875	24499	24179	23247	25725	31558	29985	32518	33980	32387	31707	30064
ALOJ COMUNIC	29811	34630	33338	31859	27513	23302	27649	26983	31757	33834	35486	41518
MED ODON VET	8048	8829	10680	11205	12201	15138	16847	16465	17064	17327	17113	17544
ENSINO	3465	4596	4317	4068	3759	6996	13285	14320	14300	14871	15497	15826
ADM PUBLICA	20111	19468	19703	21964	22618	31894	31684	31969	31772	31327	34559	36029
TOTAL DOS SERV.	114873	131214	129668	127508	126812	147203	159660	167597	181112	193603	206386	230663
AGRICULTURA												
AGRICULTURA	414	478	457	645	600	3954	3888	3277	4159	3480	2796	2758
OUTROS												
OUTR/IGN	1686	32116	37598	40871	45580	11480	3263	719	133	6	49	4
TOTAL	1016312	1022208	999853	935420	888768	1013668	1004177	964126	970794	937962	954149	1033146

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS, 2005.